

# Diário do Legislativo de 01/09/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 79ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 29ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da 1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte

1.3 - 30ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da 1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte

1.4 - Evento Realizado na 74ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da 1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte

1.5 - 50ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.6 - 51ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.7 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - MANIFESTAÇÕES

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/8/2007

Presidência dos Deputados Doutor Viana, José Henrique e Ademir Lucas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 90/2007 (encaminha o Projeto de Lei nº 1.530/2007), do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.531 e 1.532/2007- Requerimentos nºs 1.047 a 1.065/2007 - Requerimentos dos Deputados Bráulio Braz e Célio Moreira e outros - Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação, de Meio Ambiente e do Trabalho - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Weliton Prado, Luiz Tadeu Leite, Carlin Moura, Almir Paraca e Domingos Sávio - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Requerimento do Deputado Paulo Guedes; deferimento; discurso do Deputado Paulo Guedes - Requerimento do Deputado Adalclever Lopes; deferimento; discurso do Deputado Getúlio Neiva - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Ademir Lucas - Almir Paraca - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Irani Barbosa - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Getúlio Neiva, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Carlin Moura, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"mENSAGEM Nº 90/2007\*

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2007.

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame e deliberação dessa Egrégia Assembléia Legislativa projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$610.000,00 (seiscentos e dez mil reais) em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

A providência ora adotada tem a justificá-la o fato de a Lei Orçamentária Anual - Lei nº 16.696, de 16 de janeiro de 2007 -, não conter dispositivo que autorize o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao orçamento do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, medida só viável mediante proposta legislativa, o que ora se observa.

O crédito suplementar destina-se a cobrir despesas com assinatura de Cessão de Uso entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, referente ao imóvel situado na Avenida Prudente de Moraes, transferindo para este a responsabilidade de pagamento de impostos, taxas e contribuições, bem como a manutenção do mesmo, reajuste do auxílio-alimentação dos servidores do Poder Judiciário e despesas com benefícios de pensionistas, e utilizará recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias próprias no valor de R\$610.000,00 (seiscentos e dez mil reais).

São estas, Senhor Presidente, as razões que me levam solicitar dessa augusta Casa a aprovação do projeto.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

## Projeto de lei nº 1.530/2007

Autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$610.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$610.000,00 (seiscentos e dez mil reais), para atender a:

I - despesas decorrentes da assinatura de Cessão do Uso nº 002/00/2007 entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e o Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, referente ao imóvel situado na Avenida Prudente de Moraes, transferindo para este a responsabilidade de pagamento de impostos, taxas e contribuições, bem como a manutenção do mesmo, no valor de R\$230.000,00 (duzentos e trinta reais);

II - despesas decorrentes do reajuste do auxílio-alimentação dos servidores do Poder Judiciário, no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) e

III - despesas com benefícios de pensionistas, no valor de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Art. 2º - Para atender ao disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias próprias, no valor de R\$610.000,00 (seiscentos e dez mil reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

## OFÍCIOS

Do Sr. Mário Heringer, Deputado Federal, solicitando informação sobre lista de aprovados em concurso público para o cargo de Professor. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. José Eustáquio Batista, Presidente da Câmara Municipal de Moema, solicitando a prorrogação do prazo de nomeação referente ao último concurso público para o cargo de Professor de Educação Básica. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Lúcio Urbano Silva Martins, Ouvidor-Geral do Estado, prestando informações referentes ao Requerimento nº 850/2007, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Cirlanda Marques Chaves, Presidente da 16ª Subseção da OAB-MG, solicitando o apoio da Casa à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2007.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 828 e 850/2007, das Comissões de Assuntos Municipais e de Direitos Humanos, respectivamente.

Da Sra. Raissa Figueiredo Monte Raso Araújo, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Três Pontas, e outros, solicitando a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, em tramitação nesta Casa, que prevê a criação de mais uma vara para a referida Comarca. (- Anexe-se ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2007.)

Do Sr. Wellington Rosário Bessa, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, comunicando a eleição da nova Mesa Diretora do referido Conselho.

Do Sr. Marcos M. F. Borges, Presidente da Associação Comunitária do Bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, comunicando o resultado do Plebiscito Mercado Distrital de Santa Tereza, em que 90,3% da comunidade votou por sua recuperação física e revitalização, e agradecendo o apoio recebido. (- À Comissão de Cultura.)

### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### Projeto de Lei nº 1.531/2007

Declara de utilidade pública a Associação de Mulheres de Contagem, com sede no Município de Contagem.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Mulheres de Contagem, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de agosto de 2007.

Carlin Moura

Justificação: A Associação de Mulheres de Contagem, com sede no Município de Contagem, fundada em 12/6/2001, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

Essa Associação está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.532/2007

(Ex-Projeto de Lei nº 137/2007)

Declara de utilidade pública o Instituto Cultural e Social Maranata, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Cultural e Social Maranata, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de agosto de 2007.

Sargento Rodrigues

Justificação: O Instituto Cultural e Social Maranata, com sede no Município de Ribeirão das Neves, com pleno e regular exercício, constituído em 14/12/98, está localizado na Rua João Ferreira da Silva, 430 – Bairro Línice. É uma entidade civil de caráter filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, sendo também designada pela sigla ICSM.

Tal entidade tem como finalidade promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos, estimulando o aperfeiçoamento e o cumprimento da legislação que instrumentalize a consecução dos objetivos dispostos no estatuto social.

O Instituto Cultural e Social Maranata foi declarado de utilidade pública municipal em 30/6/2005, por meio da Lei nº 2.849.

Assim, por preencher os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998, esperamos o apoio dos nobres pares à aprovação do projeto ora apresentado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 1.047/2007, do Deputado Ademir Lucas, em que solicita seja formulado apelo aos Correios com vistas à reabertura do posto dos Correios no Bairro Nacional. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 1.048/2007, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Maj. Márcio dos Santos Cassavari pelos relevantes serviços prestados ao Estado, no comando da 5ª Cia. do 1º Batalhão da PMMG. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.049/2007, do Deputado Zezé Perrella, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Passa-Tempo pelo transcurso do 96º aniversário desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 1.050/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a atleta uberlandense Letícia Ferreira pela brilhante participação nos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.051/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a atleta uberlandense Joana Santos pela conquista da medalha de bronze, da medalha de prata e da medalha de ouro no salto em distância nos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.052/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o atleta uberlandense Carlos Antônio Trindade Cassim por sua brilhante participação nos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.053/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o atleta uberlandense Rodrigo Rosa Carvalho Marques pela conquista da medalha de prata no levantamento de peso, categoria peso pesado, nos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.054/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a atleta uberlandense Pollyane Miranda por sua brilhante participação nos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.055/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Centro Municipal de Excelência Esportiva pelo apoio aos atletas uberlandenses que participaram dos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.056/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Instituto Virtus pelo apoio aos atletas uberlandenses que participaram dos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.057/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Uberlândia Tênis Clube pelo apoio aos atletas uberlandenses que participaram dos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.058/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Paraplégicos de Uberlândia pelo apoio aos atletas uberlandenses que participaram dos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.059/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer pelo apoio aos atletas uberlandenses que participaram dos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.060/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sesi pelo apoio aos atletas uberlandenses que participaram dos Jogos Parapan-Americanos 2007.

Nº 1.061/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia pelo apoio aos atletas uberlandenses que participaram dos Jogos Parapan-Americanos 2007. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 1.062/2007, da Comissão de Transporte, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Transportes com vistas à construção de uma passarela no km 517 da BR-040, no Município de Contagem.

Nº 1.063/2007, da Comissão de Transporte, em que solicita seja formulado apelo ao Superintendente da 6ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre do DNIT com vistas à construção de uma passarela nas proximidades do km 517 da BR-040, no Município de Contagem.

Nº 1.064/2007, da Comissão de Saúde, em que solicita seja formulado apelo ao Secretário de Saúde com vistas à promoção de ações que resultem em acordo entre os Estados de Minas Gerais e de São Paulo para o atendimento de habitantes de Municípios do Sul de Minas em unidades hospitalares paulistas.

Nº 1.065/2007, da Comissão de Saúde, em que solicita seja formulado apelo ao Presidente do TJMG com vistas à interdição das instalações do serviço de perícias médicas do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, até que sejam feitas as adequações indicadas pela Vigilância Sanitária para o seu funcionamento.

Do Deputado Bráulio Braz em que solicita seja incluído no seminário legislativo "Meio Ambiente, Mineração e Sociedade - Políticas para a Sustentabilidade", a ser promovido por esta Casa, o tema "Mineração de Bauxita em Minas Gerais", com destaque para a região da Zona da Mata. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Célio Moreira e outros comunicando a implantação da Frente Parlamentar de Luta contra a Aids. (- À Mesa da Assembléia.)

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Educação, de Meio Ambiente e do Trabalho.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência registra com muita alegria a presença, nas galerias, dos alunos do ensino médio da Escola Estadual São João Batista, de Morro do Ferro. Desejamo-lhes boa estada aqui e agradecemos-lhes a visita e a presença.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Weliton Prado, Luiz Tadeu Leite, Carlin Moura, Almir Paraca e Domingos Sávio proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Ademir Lucas) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 1.062 e 1.063/2007, da Comissão de Transporte, e 1.064 e 1.065/2007, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Educação - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 29/8/2007, dos Projetos de Lei nºs 827/2007, do Deputado Arlen Santiago, 918/2007, da Deputada Rosângela Reis, 1.213/2007, do Deputado Célio Moreira, 1.244/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 1.303/2007, do Governador do Estado, e dos Requerimentos nºs 901/2007, do Deputado Paulo Cesar, 914/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 916/2007, do Deputado Deiró Marra, 925/2007, do Deputado Weliton Prado, 944/2007, da Deputada Ana Maria Resende, 945 a 947/2007, do Deputado Délio Malheiros, 961 e 962/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 965/2007, do Deputado Luiz Tadeu Leite, 983/2007, do Deputado Carlin Moura, 994/2007, do Deputado Wander Borges, e 995 a 997/2007 e 1.000/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Meio Ambiente - aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 29/8/2007, do Projeto de Lei nº 1.395/2007, do Deputado Tiago Ulisses; e do Trabalho - aprovação, na 6ª Reunião Extraordinária, em 29/8/2007, dos Projetos de Lei nºs 402/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, 1.322/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 1.334/2007, do Deputado Mauri Torres, 1.348/2007, do Deputado Carlin Moura, 1.359/2007, do Deputado Antônio Júlio, 1.362/2007, do Deputado Doutor Viana, 1.370/2007, do Deputado Célio Moreira, 1.371/2007, do Deputado Jayro Lessa, 1.373/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 1.374/2007, do Deputado Padre João, 1.380 e 1.382/2007, do Deputado André Quintão, 1.384/2007, do Deputado Bráulio Braz, 1.385/2007, do Deputado Doutor Rinaldo, 1.388 a 1.391/2007, do Deputado Doutor Viana, e 1.393 e 1.394/2007, do Deputado Tiago Ulisses (Ciente. Publique-se.).

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Guedes, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Deputado Deputado Paulo Guedes.

- O Deputado Paulo Guedes profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Adalclever Lopes, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Getúlio Neiva. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Deputado Getúlio Neiva.

- O Deputado Getúlio Neiva profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

## Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 347 e 1.332/2007, e, em 1º turno, a discussão dos Projetos de Lei nºs 994, 1.356 e 1.415/2007, uma vez que permaneceram em ordem do dia por 6 reuniões.

## Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 29ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/8/2007

### Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Roberto Carvalho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Dilzon Melo - Palavras do Prefeito Fernando Damata Pimentel - Palavras do Prefeito Ubiraci Prata Lima - Palavras do Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia - Proclamação e Instalação da Assembléia Metropolitana - Agradecimentos - Palavras do Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Sérgio de Azevedo - Palavras do Sr. Fernando Luiz Abrucio - Palavras da Secretária Adjunta Maria Coeli Simões Pires - Eleição dos representantes para o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano - Encerramento - Ordem do dia.

## Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Bráulio Braz - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Elisa Costa - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Declaro instalada a 1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização da 1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, convocada por meio do Decreto de 11/6/2007, e realizada conjuntamente pelo governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

## 1º Painel

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel os Exmos. Srs. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Desembargador Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça; Procurador de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt, representando o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; Fernando Damata Pimentel, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Conselheiro Wanderley Ávila, representando o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Elmo Braz Soares; e Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; a Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, autora do requerimento de constituição da Frente Parlamentar Mineira em prol da RMBH; e o Exmo. Sr. Ubiraci Prata Lima, Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel - e Prefeito Municipal de Itaguara.

### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença das Exmas. Sras. Marília Campos, Prefeita de Contagem e ex-Deputada desta Assembléia; e Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão; e dos Exmos. Srs. Octávio Elísio Alves de Brito, Subsecretário de Ensino Superior, representando o Secretário Alberto Portugal, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Hermes Rodrigues da Fonseca Filho, Diretor Administrativo da Cia. de Saneamento do Paraná; Márcio Lacerda, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Manoel Costa, Secretário Extraordinário para Reforma Agrária; Leopoldo Portela Júnior, Defensor Público-Geral; Hamilton Trindade, representando a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais; Nelson Fonseca Leite, Superintendente Regional de Distribuição da Cemig; Cel. Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da Polícia Militar; Deputado Federal Vítor Penido, Presidente da Frente Parlamentar Municipalista, representando o Senador Eliseu Resende, Presidente do Democratas de Minas Gerais; Prefeito de Ribeirão das Neves, Wallace Ventura; D. Mauro Morelli, Presidente do Consea-MG; Sebastião Quintão, Prefeito de Ipatinga; Prefeitos Dalmo Vieira, de Esmeraldas; Tonico, de Brumadinho; e Carlaile Pedrosa, de Betim; Deputado Federal Rafael Guerra; e Prefeitos de Jaboticatubas, Fábio Moreira Santos, e de Nova Lima, Carlos Roberto Rodrigues.

### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será executado pelos músicos da Banda do Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais, 2º-Sgt. Santana e Cb. Osvaldo.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Palavras do Sr. Presidente

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem grande satisfação em abrigar, em seu Plenário, a 1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Estaremos nesses dois dias, juntamente com os governos do Estado e dos Municípios da região, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e os representantes dos demais órgãos públicos e da sociedade civil, profundamente empenhados em garantir a plena viabilidade da governança metropolitana.

Com a instalação da Assembléia Metropolitana e a eleição dos membros do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estaremos estabelecendo as principais diretrizes de planejamento com as quais asseguramos um sistema de gestão responsável pelo planejamento estratégico e operacional de todos os Municípios envolvidos.

No âmbito da Região Metropolitana, imbricam-se políticas de transporte e infra-estrutura viária, segurança pública, saúde, saneamento e habitação, com minuciosas implicações jurídicas, institucionais e de financiamento.

Reunindo um quarto da população do Estado e responsável por um terço de seu Produto Interno Bruto, a RMBH, mesmo detendo boas oportunidades de acesso ao trabalho, lazer, bens e serviços, convive com bolsões de miséria e uma carência habitacional a ser combatida com um melhor planejamento urbano e estrutural.

Com o entendimento de todos os setores envolvidos, sobretudo com a criação da Agência de Desenvolvimento Metropolitanano, estamos dando um importante passo para equacionar o planejamento da gestão urbana integrada. Problemas comuns, quando encarados de uma forma consorciada, resultam em desenvolvimento, em crescimento e em riqueza melhor compartilhada.

Com o planejamento integrado, exigido pela complementaridade das funções urbanas, estamos respondendo às demandas do cidadão metropolitanano, aquele que, sem se ater aos limites geográficos de uma única cidade, vive e exerce sua cidadania na metrópole. Integrar planejamento e ações, envolvendo os Municípios que constituem esse tecido urbano contínuo, garante, para toda a população, uma melhor qualidade de vida.

Para tornar real esta idéia no dia-a-dia de todos, é necessária essa articulação, que se faz de maneira harmônica e representativa, do poder público, da sociedade civil e dos demais atores metropolitananos.

Atendendo a uma concentração de problemas, pela gestão compartilhada, estaremos desmanchando uma relação de competitividade e disputa entre os Municípios, substituída pelo atendimento à população nos mais diversos serviços de interesse coletivo, com soluções abrangentes, equilibradas e mais justas.

A Assembléia Legislativa tem a certeza de que esta conferência é um passo importante, decisivo e histórico para a mudança do destino de mais de 4 milhões de mineiros, garantindo também um futuro melhor para seus descendentes. Muito obrigado!"

## Palavras do Secretário Dilzon Melo

Boa-tarde a todos! Prezado Presidente Alberto Pinto Coelho, nosso parceiro de organização e nosso companheiro, principalmente na preparação desta conferência, para que pudesse ser realizada com a Assembléia Legislativa; e prezado Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia, representando nosso Governador Aécio Neves, em nome dos quais saúdo todos os componentes da Mesa e diversas autoridades presentes.

Amigos, com a lei delegada de fevereiro de 2007, o Governador nos determinou que déssemos prioridade absoluta para criar, por meio da Sedru - tão bem capitaneada pela Subsecretária Madalena e pela Secretária Adjunta Coeli, que trabalharam incansavelmente com os demais parceiros -, os instrumentos necessários para a instalação da Assembléia Metropolitana. Esforços foram feitos, e vivemos um novo momento na Sedru, à procura de Prefeitos, dos verdadeiros parceiros dos Municípios, das entidades privadas e públicas, da sociedade civil, do Crea, da Granbel e de tantos outros órgãos, para que pudéssemos vivenciar esse novo momento na vida da nossa Região Metropolitana. Isso nos deixa bastante gratificados e orgulhosos, porque temos a consciência de que se trata de um desafio que nos acompanha há quase 20 anos, na busca de soluções para os inúmeros problemas das cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. E hoje estamos aqui, dando o primeiro passo para que as coisas aconteçam efetivamente. Mas o que poderia haver de extraordinário nessa organização? Todos sabemos que os Municípios recebem, a cada dia, novas incumbências e novos ônus para solucionar todos os seus problemas, porém raramente recebem os bônus ou os recursos financeiros para fazer frente aos problemas. Com a instalação da Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte, por meio de um projeto de lei do nosso companheiro e amigo Deputado Roberto Carvalho - na pessoa do qual saúdo todos os presentes e as demais autoridades -, esse instrumento já está criado, precisando somente sair do virtual para a prática.

Ainda são muitos os percalços e desafios que teremos pela frente, mas, como eu disse, a Sedru, neste novo momento, faz-se companheira permanente, e não só pelas atribuições que lhe são conferidas, dos Prefeitos e das representações que elegeram em seus Municípios, na procura da solução para esses problemas.

De portas abertas e, como eu disse, em parceria com o Crea, a Granbel, a Prefeitura de Belo Horizonte e todas as demais, a iniciativa privada, a Sedru dá o primeiro passo para dizer que de mãos dadas poderemos encontrar essa solução. É difícil pensar que cada Prefeito queira achar a solução para seu Município de forma individualizada. Para os Municípios que fazem parte da Região Metropolitana e que enfrentam problemas comuns a todos, haverá de prevalecer o bom-senso e o entendimento; assim, certamente, a solução ocorrerá para todos eles.

Embora o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho já o tenha feito, damos também as boas-vindas a todos vocês: 34 Prefeitos, representantes de Câmaras Municipais, Vereadores, organizações civis, Oscips e entidades que, ao longo do tempo, junto com a equipe da Sedru, ajudaram a constituir e estabelecer este novo momento. Sejam todos bem-vindos. O trabalho apenas se iniciou, não só nesta instalação que fazemos agora, mas também nas que vão acontecer hoje à tarde e amanhã, até mesmo com a posse dos membros que farão parte do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana.

Sejam bem-vindos, colocando à frente de tudo a certeza de que devemos ter disposição, coragem e abnegação, para que possamos solucionar esses problemas que são comuns a todos. Meu agradecimento especial aos colegas Secretários de Estado que não mediram esforços para que chegássemos a este momento: da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; da Seplag, pelas pessoas da Renata e do Márcio Lacerda; da Secretaria da Reforma Agrária, pelo Manoel; da Sedese; da Secretaria de Agricultura, enfim, de todas as secretarias, que trabalharam imbuídas do mesmo propósito de vencer esse desafio, que é comum a todos. Agradecendo a todos, conclamamos a instalação desta conferência, esperando que ela dê os frutos de que todos necessitamos.

Vamos avante. Os desafios são grandes, mas reitero a coragem e a disposição da Sedru, que, de braços abertos, espera todos os Prefeitos. Tomando emprestada a expressão "todos aqueles que querem o melhor Estado para se viver", muito usada pelo Governador, quero dizer que todos aqueles que querem um bom Município para se viver deverão estar empenhados para vencer os novos desafios. Muito obrigado pela presença. Que Deus abençoe todo esse trabalho, que não foi fácil, mas que está sendo gratificante, porque vamos vencer mais um passo desse grande desafio. Muito obrigado.

#### Palavras do Prefeito Fernando Damata Pimentel

Boa-tarde. Permitam-me saudar primeiramente: caro amigo Prof. Antônio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do nosso Estado, representando o Governador Aécio Neves; Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nosso anfitrião neste evento; caro amigo Desembargador Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; nosso Procurador Carlos André Mariani, representando o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; caro amigo Conselheiro Wanderley Ávila, representando o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; a Deputada Gláucia Brandão, autora do requerimento de constituição da Frente Parlamentar Mineira em prol da RMBH; meu colega Ubiraci Prata, Presidente da Granbel e Prefeito de Itaguara, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Deputado Roberto Carvalho, caro amigo, autor da lei complementar que deu origem a esse novo desenho da Região Metropolitana, por quem saúdo os demais Deputados; Deputado Federal Vítor Penido, por quem saúdo os Deputados Federais; colegas Prefeitos da Região Metropolitana, quero saudá-los na pessoa da Prefeita Marília Campos, minha colega de Contagem, minha amiga e companheira; Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal, por quem cumprimento todos os colegas Vereadores; Secretários Municipais, são muitos os presentes; Secretária Renata Vilhena, da Seplog, por quem cumprimento os Secretários de Estado; conferencista, quero mencioná-los na pessoa do Prof. Sérgio de Azevedo, meu ex-professor e ex-colega da UFMG; enfim, todos os presentes.

Serão duas breves palavras. Primeiramente, quero apenas registrar minha alegria de ter a honra de iniciarmos aqui a 1ª Conferência da Região Metropolitana de Belo Horizonte numa hora muito oportuna, adequada. O novo desenho da nossa Região Metropolitana foi feito por iniciativa desta Casa, por meio da Lei Complementar nº 88 - ou 89, se não me engano -, cuja autoria foi do Deputado Roberto Carvalho, recebeu grande saudade na pessoa do Governador Aécio Neves, especialmente com o apoio do Vice-Governador, Anastasia, e do Secretário Dilzon Melo. Feito esse novo desenho, estamos preparados para enfrentar o desafio apresentado pela nossa Região Metropolitana, diria até que esse desafio é nacional, de todas as regiões metropolitanas.

Hoje o Brasil possui 13 regiões metropolitanas nas quais vivem aproximadamente 70 milhões de brasileiros. Só esse número mostra a importância, a magnitude do desafio apresentado. Nós, em Minas, estamos apetrechados para fazer o que tem de ser feito, porque agora, sim, temos um aparato legislativo, jurídico, extremamente moderno e contemporâneo: encontrar a forma de gestão adequada e eficiente para essas regiões, que agregam diversos Municípios, mas têm um problema comum, a busca da melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Acredito que estamos num momento adequado, mais adequado ainda, quando constatamos que o Brasil novamente ingressa no crescimento econômico, há um governo federal que está aportando recursos expressivos para as gestões metropolitanas, por meio do Plano de Aceleração de Crescimento - PAC. Só para a RMBH serão destinados mais de R\$2.000.000,00 em diversos projetos acordados, que já estão em fase de elaboração pelo governo estadual e pelas Prefeituras da Região Metropolitana. Teremos recursos e já contamos com um desenho adequado para enfrentar o desafio, portanto acredito que esta Conferência é muito oportuna.

Encerrando, a minha alegria se completa com a segunda palavra a dizer: esperança. O que estamos fazendo não só neste evento, mas também no Estado de Minas Gerais, na RMBH, na Capital do Estado, que é compartilhar a gestão, o diagnóstico dos problemas, buscar soluções consensuais e deixar de lado as divergências partidárias, que são naturais no campo democrático, mas que serão deixadas de lado em prol de uma gestão administrativa correta que traga benefícios para o conjunto da população. Esperamos que tal atitude possa servir de exemplo para outros Estados, outras cidades e outras regiões metropolitanas.

Que esta Conferência possa iluminar um pouco o caminho do nosso país no rumo do crescimento com distribuição de renda! Essa é minha esperança. Bom trabalho a todos! Muito obrigado pela atenção.

#### Palavras do Prefeito Ubiraci Prata Lima

Gostaria de cumprimentar o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia; o Dr. Antonio Augusto Anastasia, representando o governo do Estado de Minas Gerais; o Desembargador Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Procurador de Justiça Carlos André Mariani Bittencourt, representando o Sr. Jarbas Soares Júnior, Procurador-Geral de Justiça; o Conselheiro Wanderley Ávila, representando o Conselheiro Elmo Braz Soares, Presidente do Tribunal de Contas; o Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, que tem aberto as portas da Sedru a todos os Municípios metropolitanos; a Deputada Gláucia Brandão, pelo eficiente trabalho realizado nesta Casa em prol dos Municípios metropolitanos, o nosso amigo Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; os Srs. Deputados e os Srs. Prefeitos metropolitanos. Senhoras e senhores, todos envolvidos nesse processo da região metropolitana, o nosso abraço.

Temos a certeza de que o dia de hoje se transformará num marco histórico para a Região Metropolitana. Meu querido Deputado João Leite, também da Região Metropolitana, essa reorganização proposta... Até prefiro não dizer reorganização, mas sim organização, porque a Região Metropolitana nunca teve uma organização de fato. Os Municípios metropolitanos nunca perceberam a organização metropolitana que de fato deveria existir, a fim de que se evitasse que chegássemos ao processo a que chegamos. São 5 milhões de habitantes contidos num espaço de 1,6% de todo o território mineiro, com situações conflitantes, disparidades sociais múltiplas, situações que não deveriam estar existindo na Região Metropolitana. O meu querido Wallace está ali com um baixo IDH em Ribeirão das Neves, enquanto outras cidades possuem um alto IDH.

Em termos de região metropolitana, não podemos perder de vista a busca do equilíbrio dessa região, como o equilíbrio socioeconômico, o equilíbrio em segurança, em saúde, em todos os setores, e tudo que se faça de proveito e bem-estar para o nosso povo, para a nossa gente. Região metropolitana nada mais é do que povo, do que gente, do que esses habitantes que estão aqui, do que nossos municípios. Não podemos perder de vista isso. Digo sempre que nada se legitima na região metropolitana sem a presença dos Municípios, sem a nossa presença, a dos representantes dos Municípios, dos Prefeitos, do povo aqui representado, pois qualquer ação que se faça nessa região vai ao encontro desse povo. Não podemos perder de vista isso, Sr. Vice-Governador Anastasia.

Parabenizo o nosso Governador do Estado pela percepção do fato. Parabenizo este novo governo por essa nova ação desenvolvida em termos de região metropolitana. Até hoje, nunca ninguém fez. Em termos de região metropolitana, nunca percebemos isso concretamente. Agora, sim, podemos dizer que passamos a ter um projeto de região metropolitana. Um projeto concreto, que tem a sua assembléia, o seu conselho, a sua agência, o seu fundo.

Esse é um projeto que agora tem de sair do papel e ser colocado em prática, pois esperamos resultados. Vivemos de resultados, e nossa Região Metropolitana também espera resultados concretos que realmente mantenham essa disparidade social em um nível compatível com o progresso e com a situação que precisamos como dignidade social. Isso é de suma importância. Temos de procurar não perder o foco: o mais

importante para a nossa região é o equilíbrio metropolitano. Temos de procurar realmente esse equilíbrio. Esperamos ter êxito e ser felizes em nossas colocações e propostas. Muito obrigado a todos.

#### Palavras do Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, na pessoa do qual me permito saudar todos os membros da mesa de honra, já aqui nominados, Srs. Prefeitos Municipais, Srs. Deputados Estaduais e Federais, Srs. Vereadores, Srs. Secretários de Estado, Srs. Secretários Municipais, autoridades civis e militares, senhores membros da sociedade, que aqui acorrem em grande número para a instalação desta 1ª Conferência Metropolitana de Belo Horizonte. Sr. Presidente, tendo em vista a iminência de minha palestra daqui a instantes, vou-me limitar tão-somente a transmitir a todos os senhores os meus cumprimentos e meu pessoal entusiasmo pela realização deste evento.

Tive a oportunidade - Deus me permitiu - de acompanhar aqui, neste mesmo Plenário, junto com muitos senhores que estão aqui, em setembro de 1989, a promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais. Naquela época, a Constituição mineira, de maneira inovadora, teceu considerações e um arcabouço institucional para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Lamentavelmente, por motivos que aqui vou desdobrar em instantes, esse modelo não funcionou; entretanto Minas Gerais agora, em razão de um trabalho hercúleo da Assembléia Legislativa do Estado, das Prefeituras Municipais, das Câmaras Municipais e do governo do Estado, apresentou ao Brasil as três leis complementares que regulamentam o marco institucional da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo primeiro passo, tão importante, está sendo dado nesta data.

O Governador Aécio Neves determinou-nos, a toda a sua equipe de governo - a mim, ao Secretário Dilzon, aos demais Secretários -, que de fato empenhássemos todo o nosso labor e esforço para o êxito desse novo modelo, na medida em que o Brasil todo está aqui nos acompanhando, pois o tema da região metropolitana é realmente um grande desafio para os administradores públicos. Desse modo, ao ver aqui o Plenário da Assembléia, Sr. Presidente, repleto - os senhores parlamentares, as autoridades e a sociedade, que é mais importante -, constatamos que todos estão aqui irmanados para, de fato, naquela figura tão bela do nosso saudoso Prof. Paulo Neves de Carvalho, da mancha de óleo, regulamentar esse modelo e permitir que as políticas públicas metropolitanas se tornem efetivas a favor dos nossos cidadãos. Muito obrigado.

#### Proclamação e Instalação da Assembléia Metropolitana

O locutor - Solicitamos ao Exmo. Sr. Vice-Governador a gentileza de se posicionar no local indicado pelo cerimonial, aqui abaixo, para a assinatura do termo de posse. Convidamos também, para a assinatura do termo de posse, os Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia; Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Deputado Ivair Nogueira, representante da Assembléia Legislativa de Minas Gerais na Assembléia Metropolitana; Fernando Damata Pimentel, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Ubiraci Prata Lima, Presidente da Granbel e Prefeito Municipal de Itaguara. Convidamos ainda, para assinarem o termo de posse, os Exmos. Srs. Prefeitos e os Presidentes das Câmaras dos seguintes Municípios: Baldim, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

Leitura do termo de posse dos membros da Assembléia Metropolitana Região Metropolitana de Belo Horizonte. (- Lê:)

"Aos vinte dias do mês de agosto de 2007, no âmbito da 1ª Conferência Metropolitana da RMBH, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais - ALMG -, no Plenário Juscelino Kubitschek, compareceram, nos termos da convocação constante no Decreto de 11 de junho de 2007, perante o Vice-Governador, Professor Antonio Augusto Junho Anastasia, representando S. Exa. o Governador de Estado, Dr. Aécio Neves, os membros da Assembléia Metropolitana da RMBH, de que trata a Lei Complementar nº 89, integrada por quatro representantes do Poder Executivo Estadual, um da Assembléia Legislativa, o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal de cada Município integrante da RMBH, que assinaram o presente termo de posse, para os fins de direito. Belo Horizonte, 20 de agosto de 2007." .

- Procede-se à assinatura do termo de posse.

O locutor - Convidamos o Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Prof. Antonio Augusto Junho Anastasia, a proclamar instalada a Assembléia Metropolitana.

O Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia - Proclamo instalada a Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos termos do marco legal.

#### Agradecimentos

O Sr. Presidente - A Assembléia Legislativa e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana manifestam seus agradecimentos às autoridades, Prefeitos, Vereadores, entidades da sociedade e demais convidados que participaram da abertura desta Conferência.

O locutor - Gostaríamos de agradecer aos patrocinadores deste evento: Iveco, Grupo Fiat, Café Utam, Associação Mineira da Indústria de Panificação - Amipão -, Sindicato da Indústria de Laticínios de Minas Gerais - Silemg - e Precon. Agradecemos também o apoio do Crea-MG, da Fiemg, da Copasa, da BHTRANS, do Instituto de Arquitetos do Brasil, do Observatório das Metrôpoles da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Federal de Minas Gerais e do Projeto Manuelzão. Agradecemos, igualmente, o apoio das Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Social. Queremos ainda agradecer, na pessoa do Prof. Fernando Limoeiro, ao Teatro Universitário da UFMG e à Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais a participação neste evento.

O Sr. Presidente (Deputado Roberto Carvalho) - Quando da elaboração da emenda à Constituição, assim como de todas as leis, houve inúmeros seminários nesta Casa. O Deputado Fábio Avelar, aqui presente, foi um dos coordenadores e teve a iniciativa de vários seminários, e várias pessoas participaram decisiva e diretamente na elaboração dessa emenda e, posteriormente, das leis complementares. O Prof. Anastasia participou de todos os passos - discutíamos sempre e trocávamos idéias; o Prof. Gustavo também participou de tudo; o Secretário Manoel Costa deu uma contribuição importantíssima; o Dr. José Abílio, primeiro Presidente do Plambel, participou em todos os níveis, desde que iniciamos as discussões, porque é um apaixonado pelo tema - e é inegável a contribuição do Plambel, após a qual ficamos, neste ato, por quase 20 anos; o Dr. Benício, que foi Presidente do Plambel, também participou de tudo; o Marcelo Moura esteve várias vezes com o professor discutindo toda a lei; e a Flávia Mourão, que também participou em todos os instantes. Essa é efetivamente uma lei coletiva, e o seu sucesso é devido exatamente a um processo extremamente democrático, pois ficamos quatro anos discutindo. Então, este é um momento histórico da maior importância e ficamos muito felizes de estar aqui, porque já temos a legislação, mas agora teremos os instrumentos funcionando. E a

Sedru, a Coeli, a Madalena e a Assembléia Legislativa também participam desta conferência. Professor, através da resposta da sociedade ao chamamento para a conferência, vimos que o caminho estava mais do que certo. Os Prefeitos também participaram em todos os momentos e estiveram aqui na Assembléia. Está aí a Gláucia, que veio, nesta legislatura, com todo o sangue quente, para que possamos fazer com que a lei vire realidade e não fiquemos apenas discutindo os problemas. Gostaria também de agradecer ao Sr. Otávio, "Tavinho", que foi uma das peças-chaves na articulação da emenda e de todas as leis complementares que apresentamos aqui, e à Miriam e ao Juscelino, que, juntamente com a Sra. Madalena, a Sra. Coeli e o Deputado Dilzon Melo, são responsáveis pela nossa conferência.

#### Palavras do Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia

Caríssimo Deputado Roberto Carvalho, Secretário Dilzon Melo, Deputados, autoridades civis e militares, membros da sociedade, a quem há pouco cumprimentava - aliás, reitero meus cumprimentos -, Prefeitos Municipais, Vereadores e Secretários.

Caro Deputado Roberto Carvalho, o tema "Região metropolitana" - sempre digo isso -, não há dúvida de que é, a meu juízo, o maior desafio sob o ponto de vista conceitual e, ao mesmo tempo, de aplicação das políticas públicas no Brasil. Por qual motivo? A estrutura federativa brasileira, como todos conhecemos, desde a Constituição republicana de 1891, se distribui em três níveis: União, Estados Federados, ou Estados membros, e Municípios. Com o passar dos anos, os Municípios, especialmente os das Capitais, ou seja, os mais populosos, começavam a fazer parte de um fenômeno físico de conurbação e começaram a interagir. O resultado foi que passamos a ter realidades físicas distintas das fronteiras exclusivamente municipais, ou seja, a realidade ultrapassou o direito - o que, aliás, é muito comum.

O resultado dessa fotografia foi exatamente a necessidade de dar-se um marco ou uma moldura institucional a essa nova realidade. Por qual motivo? Porque percebemos que, em alguns casos, os interesses municipais eram conflitantes com outros interesses municipais de Municípios vizinhos, ambos conurbados, ou mesmo com os do Estado em relação a determinado tema em determinada região.

Na década de 70, pelo governo militar da época, com uma condição de comando muito diferente do momento atual - felizmente, estamos muito mais evoluídos hoje do que naquela época -, surge a figura da região metropolitana; aliás, surge de um comando de cima para baixo. Não houve prévia discussão de participação ou legitimação popular de Prefeituras e de governos estaduais. De modo unilateral, o governo federal da época decidiu a criação da figura das regiões metropolitanas.

Foi um acerto. Ainda que possa haver uma discussão sobre a legitimidade daquele modelo naquele momento, sob o ponto de vista fático e técnico, foi um passo muito favorável. Passamos a ter uma estrutura organizacional, aliás, com recursos financeiros, corpo técnico e pessoas que passaram a discutir o assunto. Mais do que isso, com a criação daquilo que é a pedra de toque, exatamente o dado mais difícil: a criação da figura do interesse metropolitano, que está na nossa Constituição mineira.

O que é o interesse metropolitano em contraponto ao interesse municipal ou estadual? É uma discussão que não tem fim. Todos nós, professores de direito, sempre dizemos que, durante décadas, desde a Constituição de 1946, falava-se em interesse local. Ninguém descobriu o que era, e passou para peculiar interesse, e vice-versa. Nunca se discutiu bem ou se definiu com precisão o que é um conceito ou outro conceito. É o mesmo caso do interesse metropolitano.

É muito difícil que, de modo cirúrgico e objetivo, consigamos clarear e identificar de maneira cristalina onde termina o interesse do Município e começa o do Estado; e, entre eles, onde figura o interesse metropolitano. Tende a haver uma harmonização, um acordo. Cada qual cede uma coisa. Deu-se um exemplo há pouco do Município de Neves - aliás, encontram-se presentes aqui o Prefeito Wallace e a Deputada Gláucia Brandão, oriunda desse Município -, que é muito distinto do Município de Montes Claros, tão bem representado nesta douta Assembléia Legislativa. É um Município importante, mas não está conurbado com nenhum outro, assim como o Município de Ubá, em homenagem ao nosso querido Deputado Roberto Carvalho. Portanto, têm uma realidade distinta.

Há também políticas públicas regionais que afetam Ubá, Montes Claros e outras cidades do Estado e do Brasil. É claro que não discutiremos hoje esse assunto. A questão metropolitana é diferente. Não sabemos onde começa Belo Horizonte e Contagem; onde começa Belo Horizonte e Santa Luzia.

Está aqui o Prefeito José Raimundo. Tive a honra de participar hoje pela manhã dos festejos cívicos e militares em honra ao aniversário de 165 anos da batalha final da Revolução Liberal de 1842, em Santa Luzia. No caminho entre Belo Horizonte e Santa Luzia há uma conurbação só. Não se distinguem, a não ser pelo portal, muito bem feito pelo Prefeito, no momento em que se entra. Trata-se de uma linha urbana única que se colocou entre as duas cidades.

Portanto, quando o governo militar, na década de 70, cria a figura do interesse metropolitano e cria a região metropolitana, é dado um passo muito favorável. É claro que, naquele momento, vejam só, são retirados das Prefeituras poderes e autonomia. Aí está o pecado original daquele modelo: a falta de legitimidade. Os Prefeitos das Capitais, é bom lembrar, àquela época, sob o pálio da Constituição Federal de 1967, eram nomeados, estando, assim, de acordo com o governo estadual e este, por sua vez, era "dono", entre aspas, da figura metropolitana. Não tínhamos ali uma legitimidade sob o ponto de vista político e social. Mas, sob o ponto de vista técnico, foi dado o primeiro passo favorável.

Em Minas Gerais, os avanços foram expressivos. Era a época do Plambel, organismo de alta relevância, com um corpo técnico de alta qualificação, de grande esmero e competência, que conseguiu, de fato, traçar os primeiros estudos e projetos relativos à Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Mas logo depois veio a Constituição Federal de 1988 e, com ela, o processo pleno de redemocratização. A região metropolitana foi considerada, talvez não de maneira explícita, mas nos nossos subconscientes, permitam-me, entre aspas, parte daquilo que se chamou na época de "entulho autoritário". Tratava-se de uma perda de autonomia dos Municípios, uma interferência em relação às Capitais e aos demais Municípios. Não tinha, portanto, legitimidade. O constituinte de 1988, talvez premido por essa culpa e por outras dificuldades, acovardou-se. A palavra é forte, mas talvez seja verdade. Não dispôs sobre a região metropolitana. Deixou que cada ente da Federação adotasse determinado perfil. Quedou-se silente no texto magno sobre uma realidade talvez das mais angustiantes que temos no Brasil. Basta ver não só a Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas outras maiores e com problemas igualmente maiores, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Então, o constituinte federal de 1988, que pretendia reformar, na plenitude, o Estado brasileiro, num tema tão relevante, não disse nenhuma palavra de natureza indicativa de qual seria o comportamento adequado dos Estados e dos Municípios. Ele não menciona a existência do interesse metropolitano, não dá um traço que vá distinguir aonde vai o Município e aonde vai o Estado e se o interesse metropolitano, de fato, tem condições de se imiscuir naquele cotidiano das atividades de cada ente da Federação. Muito bem. Cada Estado tem, então, de acordo com as suas necessidades e com suas realidades, um determinado perfil.

Como disse aqui, na minha saudação inicial, em Minas Gerais a Constituição Estadual de 1989 deu um passo adiante. Sob a inspiração do Prof. Paulo Neves Carvalho, que era um grande entusiasta da figura da região metropolitana, e do relator da Constituinte, Deputado Bonifácio Mourão, dedicou um capítulo à região metropolitana. Criou-se, então, a figura da Ambel, a assembléia metropolitana, que congregava os Municípios, as Câmaras Municipais e um único representante do Poder Executivo do Estado, todos em pé de igualdade. Resultado: em uma

assembléia composta por quase 100 pessoas, o Estado tinha um voto, bem como a Capital apenas um. Fomos, então, do oito ao oitenta.

O resultado disso foi que esse modelo, lamentavelmente, não funcionou. O próprio Estado, naquela época, e as cidades maiores, em especial a Capital, consideravam-se sub-representadas nesse modelo, e, por conseqüência, a Ambel foi instalada, mas foi minguando, minguando e, infelizmente, acabou fenecendo sem apresentar uma folha de bons serviços ao Estado e à Região Metropolitana.

Nesse meio tempo, os problemas metropolitanos, ao invés de serem melhorados, pioraram muito, porque a conurbação não parou, em razão da ausência da normatização. Tivemos loteamentos metropolitanos, problemas ligados ao meio ambiente, à segurança pública, ao saneamento básico, à infra-estrutura e à saúde pública. Eu poderia apresentar aqui uma miríade de ações de políticas públicas que estão entrelaçadas de modo indelével entre a Capital e os demais Municípios que compõem a região metropolitana, tanto a de Belo Horizonte como a de outras Capitais Brasil afora.

O modelo anterior, lamentavelmente, não funcionou. Faltou um braço técnico a conceber e estudar as soluções. Faltou igualmente um financiamento para esse modelo, assim como faltou identificação de uma força executiva, firme, até com a participação da sociedade civil, aqui bem saudada pelo Deputado Roberto Carvalho, que desse sustentação e legitimidade, juntamente com os Municípios, a essa figura nova de uma região metropolitana, que se pretende competente o suficiente para superar as dificuldades, os gargalos e as perplexidades do interesse metropolitano, que é uma realidade.

No momento em que algum cidadão de Belo Horizonte abre a torneira de sua casa, a água da qual se utiliza, para tomar banho, para escovar os dentes ou para beber, é uma água metropolitana, e não apenas de Belo Horizonte. Seu lixo, após ser recolhido, igualmente terá destino metropolitano. O mesmo ocorre com as reservas ambientais, que são metropolitanas. O corpo de segurança é metropolitano; a saúde pública igualmente. Se a pessoa tem um problema, corre para o hospital daqui ou de acolá, ou seja, todas as políticas públicas têm esse perfil.

Qual era nosso quadro em 2002 e 2003? Tínhamos - como temos - uma realidade angustiante, ou seja, de clamar, de maneira veemente, por soluções emergenciais. Estávamos - e estamos - completamente despidos ou desprovidos de instrumentos formais e legais para nos contrapor a essa situação. Inclusive, essa é a definição exata do interesse metropolitano, que é o nó górdio a ser sempre desmanchado.

A figura da Ambel, como eu disse, não teve sustentação e força para superar essas dificuldades. E os anos passaram. Foi realizado, salvo engano, em 2003 ou 2004, um grande evento, aqui, na Assembléia Legislativa, por iniciativa dos Srs. Deputados. Os Deputados Fábio Avelar e Roberto Carvalho foram mencionados, assim como muitos outros. A sociedade compareceu, as Prefeituras compareceram, e o tema foi discutido.

Foram traçadas ali algumas grandes diretrizes. Dessas, foram apresentadas uma proposta de emenda à Constituição, da qual o Deputado Roberto Carvalho, justiça seja feita, foi o grande e ardoroso defensor. Ele defendia esse modelo, em articulação com diversos outros parlamentares, como o Deputado Fábio Avelar, há pouco mencionado.

Em resultado, a Assembléia, em um processo corretamente moroso, em razão da dimensão e da densidade do tema, além de suas circunstâncias e eventuais conseqüências, aprovou a emenda à Constituição que deu um novo modelo, um novo marco, uma nova moldura à Região Metropolitana. Falo não só de Belo Horizonte, mas de Minas. Também teremos, salvo engano, em outubro, a instalação, no Vale do Aço, da região metropolitana daquela conglomeração, que apresenta a mesma realidade de Ipatinga, de Timóteo e de Coronel Fabriciano, já se desdobrando para outros Municípios.

A Assembléia Legislativa, então, aprovou esse modelo. Imediatamente, começaram a ser estudados os perfis das leis complementares. A emenda foi promulgada em 2005, quando começamos a estudar os projetos.

Foram mencionados, com muita justiça, pelo Deputado Roberto Carvalho, diversos nomes. Permitam-me saudar, mais uma vez, o Prof. Gustavo, que está ali, meu ex-aluno. É um rapaz brilhante, servidor de carreira do Estado, que se dedicou muito, em nome do Executivo, sob o comando do Secretário Manoel Costa, às articulações com esta Casa.

Obtivemos resultados, após idas e vindas. Um projeto legislativo dessa monta, envolvendo interesses das Prefeituras Municipais, algumas menores, outras maiores, como a da própria Capital, assim como interesses do governo do Estado, da Câmara e da sociedade, naturalmente seria muito discutido. E isso ocorreu, e a Assembléia Legislativa revelou ali a sua face mais valiosa, que é de fato ser a Casa da discussão, do debate e da democracia.

As proposições foram apresentadas, os projetos foram discutidos à exaustão. Propostas foram apresentadas, retiradas, debatidas, votadas, e, ao final, depois de grande empenho, em 2006, o marco legal complementou-se.

Sabíamos que 2004 tinha sido um ano eleitoral do ponto de vista dos Municípios, e 2006 tinha sido um ano eleitoral do ponto de vista do Estado. Então as leis foram aprovadas no primeiro semestre, mas seria conveniente aguardar 2007 para realizar esse processo. Nesse meio tempo, o Governador Aécio Neves, na reforma administrativa que realizou em janeiro deste ano, acresceu, na Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, sob o comando do Deputado Dilzon Melo, a Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano. A Secretária Maria Coeli, professora da área e grande consultora desta Casa e da Constituinte mineira, há mais de 20 anos é conhecedora, como ninguém, do tema da região metropolitana. Sra. Maria Coeli, lembro-me de sua famosa monografia sobre o tema da região metropolitana, sobre o qual V. Sa. já demonstrava ter pleno conhecimento, apresentada no nosso V Congresso, realizado em 1986, relatada pelo Ministro Eros Grau. Cito ainda a Dra. Madalena, que está aqui com sua equipe e, sob o comando do Secretário Dilzon Melo, conseguiu dar os primeiros passos para essa instalação. Na verdade, não poderia fazê-lo, Deputado Roberto Carvalho, sem a articulação firme com a Assembléia Legislativa, já que o interesse metropolitano é o interesse do Estado, mas não exclusivo deste. E aqui está a grande inovação: é um interesse misto; está pigmentado, eivado do interesse municipal também.

Portanto esse modelo criado tem de contar, desde o primeiro momento, com a adesão plena das Prefeituras e das Câmaras Municipais. Do contrário, não funcionará. Ele não pode ser só do Estado, como na época militar; também não pode ser só dos Municípios, como se tentou na época da Ambel. É o equilíbrio, onde está a virtude, como diziam os romanos.

Lembra-me aqui do acordo americano - claro que não podemos ser ambiciosos de nos comparar ao grande acordo americano que consagrou, no Congresso da Filadélfia, o modelo federativo. Como os senhores sabem, quando os norte-americanos, ou seja, quando as 13 colônias proclamavam a independência da Inglaterra e discutiam o modelo que a nova república adotaria, elas enfrentaram grandes conflitos. Algumas dessas colônias eram populosas, e a grande maioria não populosa. Quem mandaria? O número seria em razão das 13 colônias ou da população delas? Então, chegou-se ao famoso grande acordo, segundo o qual, na Câmara Baixa, prevaleceria a população, enquanto, na Câmara Alta, a igualdade entre as antigas colônias. Esse modelo espalhou-se por todo o mundo.

Aqui também há algo parecido: temos um modelo que foi colocado como inovação à sociedade, que, aliás, é fundamental à realidade

metropolitana, visto que é destinatária das políticas públicas. Então, um modelo aprovado pela emenda à Constituição e consolidado nas leis complementares prevê, em primeiro lugar, a assembléia metropolitana, que acaba de ser instalada, composta pelos Prefeitos e pelos Presidentes das Câmaras Municipais de todos os Municípios que a integram; dos representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com quórum de votação que dá o equilíbrio. Ninguém estabelece a vontade sozinho, mas também temos a necessidade permanente de harmonia e dessa negociação.

Mais importante que a assembléia, do ponto de vista operacional - já que é uma assembléia expressiva em seu número -, é a criação do conselho deliberativo, órgão executivo, composto de 16 membros, entre os quais estão os representantes da sociedade, do Estado, da Assembléia Legislativa e das Prefeituras. Vejam só: temos 16 membros, e a determinação é que o quórum de aprovação das deliberações é de três quartos, portanto, 12 membros. Como ninguém tem 12, ninguém aprova nada sem que haja a negociação de um interesse que - repito - não é privativo nem do Estado nem de cada Município; ele compõe o misto.

Estamos criando uma nova esfera da Federação em Minas Gerais, contra o modelo constitucional? Não. Está aqui a Profa. Ana Carolina, esposa do nosso querido Prof. José Nilo de Castro, cuja famosa tese apresentada anos atrás na Universidade de Sorbonne, em Paris, abordava exatamente o tema metropolitano e a possibilidade de criação do quarto nível de poder. Mas não é isso o que foi criado aqui em Minas Gerais; não é esse o modelo. Temos uma instância administrativa, e não política. O interesse metropolitano que será tutelado, quer pela Assembléia, quer pelo conselho, é de natureza administrativa, mas pressupõe entendimento político para que determinada ação ou projeto sejam implementados em harmonia entre as esferas do governo.

Volto a dizer que a nossa cereja, tão importante no caso, é a participação da sociedade; todavia, não bastou o conselho, a lei. O modelo institucional também criou o fundo metropolitano, para o qual serão carreados recursos financeiros, para fazerem frente aos interesses metropolitanos, e, o mais importante, a Agência de Desenvolvimento Metropolitano, com competência técnica e institucional para sustentar as políticas que refletirão os interesses metropolitanos.

Os anteprojetos relativos aos textos estão sendo ultimados pelas Secretarias de Desenvolvimento e de Planejamento, para serem apreciados pela egrégia Assembléia Legislativa. Assim, teremos a conclusão absoluta de todo o processo do marco legal. A agência suprirá a lacuna que tivemos no tempo da Ambel, porque faltavam dados técnicos.

Minhas senhoras, meus senhores, acredito que a gestão administrativa e o marco institucional que Minas Gerais oferece à Nação em termos de gestão metropolitana são muito inovadores. Mas, Sr. Presidente, Deputado Roberto Carvalho, Sr. Secretário Dilzon Melo, Srs. Prefeitos Municipais, membros da sociedade, isso só funcionará, se houver, de modo efetivo, harmonia entre os seus membros e os interesses.

Há diversas realidades na Região Metropolitana hoje. São projetos capitaneados pelo Crea, pelas secretarias municipais, pelas Prefeituras, pela União, por outros organismos da sociedade e pelo próprio governo do Estado - alguns, de modo disperso, é verdade. A região é tão grande e a estrutura administrativa, tão pesada, que há projetos dispersos. É esse o objetivo que o modelo institucional pretende superar e suprimir, otimizando os recursos e colocando-os numa única vereda, trilha ou senda, na necessidade de identificar a realização objetiva do interesse metropolitano próprio.

Esse é o grande desafio, meu caro Deputado Roberto Carvalho, esse é o seu sonho pessoal, o dos seus colegas parlamentares da Região Metropolitana e dos inúmeros técnicos e professores que labutaram nessa área, para que todos nós, de maneira harmônica e integrada, apresentemos essa inovação ao Brasil. Não será fácil, porque não estamos acostumados a realizar no dia-a-dia esse tipo de compartilhamento de interesses. A nossa praxe é a seguinte: "é do interesse do Estado, do Município ou da União?". Perdoem-me a expressão, mas cada um quer empurrar a atividade para outra esfera, especialmente se ela for desgastante e criar algum tipo de problema. É exatamente o inverso o que pretende a assembléia metropolitana. Ela vai avocar a si os problemas e dizer: "Esse tema é metropolitano". Como não há prevalência do Estado, dos Municípios, da sociedade, da Assembléia, das Câmaras Municipais nem do Poder Executivo Estadual, de fato, irmanados, todos apresentarão suas sugestões para deliberação. Uma vez definida, à semelhança desta Casa, a decisão valerá para todas as esferas.

Deputado Roberto Carvalho, nesta reunião de instalação, é importante estarem presentes representantes de todos os Poderes, do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, além do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Presidente da Granbel, do Prefeito de Belo Horizonte e de outros Municípios, do Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte e de diversas outras Câmaras, e da sociedade, tão bem representada pela figura de D. Mauro Morelli, esse gigante da sociedade brasileira, que tanto auxilia o Estado e o País.

Todos estão irmanados no objetivo de conseguirmos superar o que é o nosso costume, o que é a nossa prática, o que é, lamentavelmente, o nosso mau hábito, talvez até a nossa inclinação centralizadora no processo decisório.

Sabemos compartilhar, de modo harmônico, esses interesses metropolitanos. Esse é, sem dúvida alguma, o maior desafio que temos. O Governador Aécio Neves nos incumbiu a todos, a mim e aos Secretários de Estado, de modo especial o Secretário Dilzon Melo, para, da parte do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, trabalharmos à exaustão para que esse modelo de fato se realize, se concretize e que tenhamos uma Região Metropolitana de Belo Horizonte com seus interesses metropolitanos identificados, tratados, projetos e ações articuladas e tenhamos condições de apresentar, como é o tema do segundo mandato de seu governo, resultados concretos, palpáveis e reais para o cidadão metropolitano. Obrigado.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Sérgio de Azevedo, Professor Titular da Universidade Estadual do Norte Fluminense - Uenf -, doutor pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica, e pós-doutor pela Universidade de Stanford, Califórnia; Fernando Luiz Abrucio, Coordenador do Mestrado e do Doutorado em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas - FGV-SP -, colunista político da revista "Época" e doutor em Ciência Política pela USP; e a Exma. Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, Professora Adjunta da UFGM e mestre e doutora em Direito Administrativo pela UFGM.

Palavras do Sr. Sérgio de Azevedo

Por intermédio do Deputado Roberto Carvalho, a serviço da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, cumprimento as autoridades presentes; a Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta da Sedru e professora adjunta da UFGM; os Secretários e técnicos do setor público aqui presente; caro amigo Fernando Abrucio, colega de tantos eventos; professores e alunos, meus senhores e minhas senhoras, participar deste evento histórico, na qualidade de estudioso do tema, é uma grata satisfação. Essa experiência de Minas Gerais tem tudo para ser referência em nível nacional. Minas Gerais foi o Estado em que pude desenvolver todas as minhas atividades acadêmicas e científicas e onde constituí família, grandes amigos e também onde tenho o time do coração, que não vou declarar, embora esteja muito contente hoje.

O tema da governança metropolitana foi muito bem desenvolvido pelo Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia.

Nesta I Conferência da Região Metropolitana, em que foi proclamada e instalada a nova Assembléia Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, as posições iniciais se voltam para a discussão da governança metropolitana, ou seja, para as suas potencialidades, constrangimentos, desafios e perspectivas. Temas esses que se encontram umbilicalmente vinculados à questão federativa brasileira. Em razão do limite de tempo, pretendo abordar, de forma sucinta, quatro temas, levantando, em cada um deles, alguns pontos que merecem maiores destaques para reflexões futuras.

O primeiro tema é sobre o papel estratégico das regiões metropolitanas no cenário nacional; o segundo é sobre a institucionalização das regiões metropolitanas; o terceiro diz respeito às recentes mudanças na Região Metropolitana de Belo Horizonte; e, por fim, o quarto tema está relacionado à necessidade futura de um amplo arranjo metropolitano nacional, envolvendo os três níveis de governo.

Em relação ao primeiro tema, começarei por explicitar, ainda que de forma sucinta, o papel estratégico das regiões metropolitanas no cenário nacional, que congrega, simultaneamente, setores extremamente modernos, convivendo com grandes bolsões de pobreza. Vale lembrar que, em 50 anos, quer dizer, em 1950, 64% da população brasileira morava na área rural e apenas 36%, nas cidades. No período de apenas 50 anos, esse contexto se inverteu, atingindo, nos dias atuais, um percentual de 81% da população de habitantes da área urbana. Hoje somos cerca de 190 milhões de brasileiros e, ainda que todos os estudos mostrem que o ritmo de crescimento demográfico tende para a estabilização a partir de 2020, devemos nos lembrar de que os principais problemas sociais brasileiros deverão ser enfrentados e equacionados no âmbito das cidades.

O Brasil possui hoje cerca de três dezenas de regiões metropolitanas, que abrigam quase a metade da população urbana brasileira. Trata-se de um grupo de metrópoles que concentram a maior parte do PIB, mas que, simultaneamente, são palcos de fortes desigualdades sociais. Nas suas áreas precárias e periféricas, por exemplo, localizam-se 90% dos domicílios das favelas brasileiras e sobrevivem grandes contingentes de excluídos, em precárias condições de "habitat".

No caso de Belo Horizonte, a situação não é muito diferente. Em Minas, existem Municípios fortes, como Contagem, Betim e Belo Horizonte e outros como Vespasiano, Nova Lima e Pedro Leopoldo, que apresentam dinamismo econômico, dada a presença de indústrias. Por outro lado, também existem Municípios, como é o caso de Ribeirão das Neves e Ibirité, que apresentam população de baixa renda expulsa das cidades-pólos, onde é observado um grande processo de deterioração da qualidade de vida. Assim, buscar dinamizar a gestão metropolitana é de fundamental importância para viabilizar, em médio e longo prazos, políticas, programas e projetos necessários ao enfrentamento das desigualdades observadas nessas áreas.

Diferentemente dos demais países latino-americanos, onde uma única metrópole, geralmente a Capital, normalmente concentra mais de 1/3 da população, o Brasil apresenta uma rede de cidades bastante bem dividida. Entretanto, o federalismo brasileiro trata, institucionalmente, de maneira-padrão, megamunicípios da mesma forma que trata outros com população inferior a 5 mil habitantes, do ponto de vista do formato institucional. Isso significa que São Paulo, com cerca de 10 milhões de habitantes, cujo orçamento é o terceiro do País, ficando atrás apenas da União e do governo do Estado Federado de São Paulo, tem a mesma estrutura institucional de dezenas de pequenos Municípios brasileiros. Nesse caso, o ponto de destaque é o constrangimento do federalismo brasileiro, que apresenta padronização excessiva para Municípios extremamente desiguais.

Ao longo da última década, a legislação urbana das grandes metrópoles, ao definir formas de apropriação e utilização do espaço permitidas ou proibidas em um contexto de uma economia de mercado extremamente hierarquizada e marcada por profundas desigualdades sociais, terminou por separar a cidade legal, ocupada pelas classes médias, grupos de alta renda e apenas por parte dos setores populares, da cidade ilegal, destinada à maior parte das classes de baixa renda. Assim, a legislação acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada. Essa hierarquização espacial agrava também as condições sociais dos mais pobres, ao desvalorizar fortemente, tanto simbólica quanto economicamente, as áreas não reguladas pelo Estado.

O segundo tema é institucionalização das regiões metropolitanas, sua importância e trajetória. Passarei mais rapidamente por esse tema, pois o Vice-Governador Anastasia o cobriu adequadamente em sua exposição. Gostaria apenas de destacar a importância da institucionalização metropolitana. Em uma mesma região metropolitana, programas inovadores de intervenção urbana e social levados a cabo em Municípios isolados têm comprometidas suas metas de melhoria das condições de vida da população. Isso porque essas iniciativas foram inviabilizadas pela falta de outras políticas urbanas recorrentes e complementares, como transporte, energia elétrica, esgotamento sanitário e abastecimento de água, que transbordam os limites municipais e não são integradas no âmbito metropolitano.

Como foi mencionado aqui, as nove primeiras regiões foram institucionalizadas na década de 70, e as demais nos anos 90, por iniciativa de governos estaduais. Nessa primeira fase, apesar do forte componente autoritário do modelo, as regiões metropolitanas contaram com uma estrutura institucional e com recursos financeiros que permitiram a implementação de vários projetos, especialmente nas áreas de saneamento básico, transporte e tráfego urbano. Essa foi a primeira fase de gestão metropolitana, e Minas Gerais teve papel de destaque em razão da participação do Plambel.

Com a crise financeira dos anos 80 e o início da redemocratização, tornaram-se explícitas as brechas institucionais e as fragilidades do sistema de planejamento metropolitano. A carência de recursos públicos teve como consequência imediata o estancamento dos investimentos federais, culminando com o desmonte do aparato de organismos federais que atuavam na promoção do desenvolvimento urbano. Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 vem institucionalizar um novo pacto entre os vários atores do cenário metropolitano. Como dito, se essa é uma Constituição que tentou detalhar tudo e transferiu a questão metropolitana para o Estado, não foi na perspectiva de se evitar a padronização e deixar que cada um procurasse melhor o seu modelo de desenvolvimento, mas porque, na verdade, isso passou a ser uma não-política, em virtude de a questão metropolitana ser vista como vinculada ao governo militar, e, portanto, como algo que deveria ser superado, que limitava a questão dos Municípios e que tinha um forte componente autoritário. Entramos, assim, numa segunda fase, que alguns autores chamam de neolocalismo, mas que eu chamaria de municipalismo exacerbado, paradigma então identificado com a eficiência e a eficácia garantidas pela descentralização e democratização. Nesse contexto de se acreditar que descentralização era igual a democracia e eficiência, foi implementada em Belo Horizonte a experiência da Ambel. Na verdade, estudos posteriores, realizados por diversos autores, mostraram que a questão da descentralização não está necessariamente vinculada nem à eficiência nem à democratização - são fatores que podem estar juntos, mas não são necessários.

O grande problema com a Ambel foi que a correlação de força observada entre os vários atores relevantes do cenário metropolitano estadual alterou-se com a Constituição de 1989, e esse formato institucional, apesar das boas intenções, não levou em conta a força e a importância dos vários atores envolvidos. Com isso, ocorreu que o poder formal ficou na mão dos pequenos e médios Municípios, ao lado de uma diminuição ou de uma participação quase formal dos grandes Municípios e do governo estadual. Quem teve oportunidade de participar de alguma das reuniões da Ambel pode-se lembrar que, quando o representante do Estado comparecia, embora fosse único, ficavam todos à sua volta, porque era o ator que tinha mais condições de implementar políticas metropolitanas. Essa desvinculação entre correlação de força dos atores e formato institucional levou a Ambel à inanição. Quero lembrar que não se trata aqui, em particular, de se passar para o pólo oposto, ou seja, para formatos institucionais que apresentem forte simetria com a correlação de força dos atores envolvidos, buscando um equilíbrio quase perfeito. Se fizéssemos isso, também não teríamos mudanças. O que me pareceu mais interessante no formato atual apresentado é que ele mantém a participação de todos os Municípios e Câmara de Vereadores na Assembléia Metropolitana, mas cria um Conselho Deliberativo bastante representativo, eu diria, do Estado, com a participação da sociedade organizada, dos grandes Municípios e com representação dos demais

Municípios. Isso permite que todos participem e, ainda, que se tenha um jogo de soma positiva.

Quando se deseja implementar mudanças ou, em outras palavras, utilizar o próprio formato institucional como uma variável independente - ou pelo menos interveniente no processo -, o grande desafio é o de não se replicar automaticamente o encaixe perfeito, caso em que o governo estadual teria o poder total, pois esse seria um fator inibidor de mudanças, nem muito menos cair no extremo oposto, como ocorreu no caso da Ambel, uma vez que uma forte assimetria entre normas organizacionais e o equilíbrio de forças entre os agentes significa inviabilizar o processo de institucionalização, com o boicote dos atores com maior controle sobre recursos estratégicos que venham a se sentir prejudicados. Isso seria o mesmo que colocar no Conselho de Segurança da ONU uma maioria de países de menor significado político e econômico.

Confundiu-se o fortalecimento institucional dos Municípios decorrente do novo "status" de entes federativos que lhes foram atribuídos pela Constituição Federal com a capacidade deles de enfrentarem localmente questões complexas que extravasam suas fronteiras. Acredito que essa é uma questão muito importante.

A hegemonia da ideologia municipalista se traduziu ainda no controle da Ambel pelas forças das pequenas cidades da região, por meio das alianças celebradas entre si. Ao contar com a maioria dos votos nessa instância, garantiram para seus representantes os postos de direção na assembléia, contrapondo-se aos maiores Municípios e ao Estado. Estes, por sua vez, reagiam quando convocados para as reuniões, ausentando-se, esvaziando e deslegitimando as deliberações desse fórum. A assimetria é ainda mais evidente quando se focaliza a representação do governo estadual, detentor da concessão da maioria dos serviços de interesse metropolitano.

O terceiro tema que me interessa mencionar se refere às mudanças importantes na atual proposta de reorganização da RMBH. Isso se traduz numa frase: maior sintonia entre atores e formato institucional. Gostaria de dizer que as mudanças nas normas institucionais no caso da Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte demoraram 15 anos. Como explicar essa demora? Por que uma assembléia que não funcionou demorou tanto para ser transformada? Depois de dois ou três anos, todos sabiam que a Ambel não tinha jeito, mas por que essa mudança demorou tanto? Acredito que a primeira questão a ser levantada: os atores com maior cacife político, como as agências estaduais de vocação urbana, nos últimos 15 anos, não priorizaram propostas de mudança nessa arena por dificuldade de mobilização para transformação institucional. Na verdade, os custos e benefícios eram muito difíceis e não tinham retorno imediato.

Em geral, as regiões metropolitanas se caracterizam tradicionalmente pela baixa centralidade na agenda política tanto dos governantes quanto dos movimentos sociais, uma vez que, diferentemente de questões que envolvem bens públicos como transporte, postos de saúde, escolas e delegacias, as transformações institucionais nessa área não significam o usufruto de benefícios imediatos para os atores. Especialmente no caso das agências governamentais, pode-se imaginar que o receio de que o fortalecimento da governança metropolitana - ou seja, o exercício efetivo da gestão regional compartilhada pelo estabelecimento de novas regras e por um novo formato institucional - implicasse redução do poder real ou formal dos atores envolvidos. Ou seja, a crença de que mudanças institucionais na área metropolitana levariam sempre a um jogo de soma zero, em que o ganho de um ator se daria necessariamente pela perda de poder de outro ente federativo, levou, diria, a uma certa indecisão dessa parte.

Em uma situação desse tipo, percebe-se tanto a importância dos empreendedores. E quem foram os grandes empreendedores? Na verdade, nos últimos anos, couberam à Assembléia Legislativa, além de inúmeras propostas de criação de novas regiões metropolitanas em Minas, as iniciativas de alteração do formato institucional da Ambel. Ou seja, foram os Deputados Estaduais as pessoas que capitanearam esse tipo de mudança. Ainda que movidos pelas mais diversas motivações, foram os Deputados Estaduais que atuaram como empreendedores, tendo avaliado que o saldo das iniciativas por eles tomadas seria positivo, uma vez que os possíveis ganhos políticos compensariam o dispêndio de energia com a mobilização, as articulações e os acordos que se fizessem necessários à aprovação de um novo marco regulatório para a gestão metropolitana no Estado. Entretanto deve-se ressaltar que, particularmente, para a RMBH, o papel importante da mobilização dos Deputados Estaduais somente ocupou um patamar, que hoje pode ser considerado uma referência nacional, em virtude de uma forte receptividade do governo estadual e de algumas Prefeituras da região, especialmente a da Capital, que vêm realizando, nos últimos anos, um entrelaçamento de políticas de intervenção urbana com o governo estadual, e, algumas vezes, envolvendo também agências federais.

Ao que tudo indica, foram enfrentadas questões de fundo tais como a busca de equilíbrio entre o desenho institucional e a correlação de forças dos agentes que atuam na formulação e implementação de políticas na região, garantindo aos maiores Municípios ampliação relativa do poder de influenciar o processo decisório e tornando o Estado o ator capaz de capitanear todo esse novo processo institucional metropolitano. Ressalte-se ainda a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, procurando-se viabilizar os recursos necessários aos investimentos nessas áreas e a incorporação de representantes da sociedade organizada nesse novo arranjo institucional.

Por fim, a necessidade de um arranjo metropolitano nacional, envolvendo os três níveis de governo. Ainda que importante e histórico, o novo arranjo institucional estadual de Minas Gerais não poderá utilizar todas as suas potencialidades se não ocorrer mudanças nesse mesmo sentido em nível nacional. Se, por um lado, o futuro das nossas metrópoles depende da capacidade de organização de seus moradores, por outro encontra-se vinculada a ação do Estado nos seus três níveis de governo. A melhoria do habitat está condicionada não apenas ao acerto de uma política econômica "lato sensu" e das políticas estaduais correspondentes, mas, especialmente, das reformas urbanas levadas a cabo nas diferentes regiões metropolitanas e políticas que entrelacem os Municípios envolvidos e os governos estaduais.

Esse tipo de política, em nível de agenda federal, em razão dos constrangimentos anteriormente descritos, estão ainda muito longe de ser uma realidade, sendo apenas timidamente delineada durante a curta gestão do Ministro Olívio Dutra à frente do Ministério das Cidades. No futuro, uma política nacional para as regiões metropolitanas somente vingará se oferecer alguns incentivos seletivos para que governos estaduais e municipais se sintam motivados a aderir, por meio de diferentes formatos institucionais e aportes de recursos, a um ciclo virtuoso de cooperação e intervenção articulada envolvendo os três níveis de governo. Em suma, espera-se que no futuro possamos ter no nível federal algo similar ao que estamos hoje festejando em Minas Gerais, ou seja, a construção de uma política metropolitana de soma positiva em que todos os atores envolvidos, em especial a população-alvo, sejam beneficiados.

A busca de governança metropolitana em um País federativo, como foi realçado, não pode deixar de levar em conta também as relações e políticas entrelaçadas verticais e horizontais entre os diferentes níveis de governo, União, governos estaduais, associações de Municípios e consórcios, além de articulações institucionais com outros atores relevantes como, por exemplo, agências internacionais e com organizações públicas não governamentais, ONGs, associações civis etc. e representações da sociedade organizada. Ressalte-se que os Estados Federados, em sua maioria, e os Municípios metropolitanos, mesmo se atuassem de forma integrada, o que está longe de ocorrer, dificilmente lograrão uma forte dinamização nas grandes metrópoles sem o incentivo seletivo de alocações federais novas ou reorientadas para essa rubrica.

A possibilidade de complementar, a ser estudada, seria a União negociar com as agências internacionais e com governos estrangeiros empréstimos subsidiados para programas metropolitanos. Uma outra possibilidade, levantada por especialistas, seria o governo federal transformar parte das dívidas dos Estados em verbas destinadas a investimentos nas regiões metropolitanas.

Ainda que toda federação conviva com a busca de um relativo equilíbrio entre autonomia e interdependência, no caso brasileiro, vivenciamos, como bem disse o Prof. Fernando Abrucio, um federalismo compartimentalizado, ocorrendo pouco entrelaçamento entre as três esferas de governo. Então, em um país economicamente complexo, diferenciado do ponto de vista regional, cultural e, principalmente, extremamente desigual em nível social, à União e aos Estados Federados cabe, no mínimo, mitigar essas enormes desigualdades, através de políticas redistributivas que transfiram recursos de áreas mais desenvolvidas para regiões onde, em média, há um maior contingente de setores com

maiores dificuldades de inserção produtiva. Nesse sentido, concordamos com o Prof. Fernando Abrucio, para o qual "o municipalismo, como projeto democrático no Brasil, só dará certo, caso o intermunicipalismo e o entrelaçamento entre os níveis de governo tenham êxito. Se isso não ocorrer, os Municípios podem ser constitucionalmente fortes, mas, como poder e instância democrática capaz de resolver os dilemas da coletividade, vão continuar frágeis". Muito obrigado pela atenção.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Prof. Sérgio, pela brilhante palestra. Gostaria de registrar que, como o Dr. Gustavo me lembrou aqui, a assessoria da Assembléia prestou realmente um serviço fundamental em todas as fases da discussão, tanto da emenda complementar quanto da legislação. O Prof. Anastasia dizia que o espírito com que discutimos no Conselho é o da harmonia, e realmente sintetizaria a situação em duas palavras: convergência e harmonia. Não é o espírito da disputa, mesmo porque não há o que disputar, pois estaremos discutindo a solução de problemas.

#### Palavras do Sr. Fernando Luiz Abrucio

Boa-tarde. Gostaria primeiramente de agradecer aos coordenadores da Conferência pelo convite e parabenizá-los pela iniciativa. Falarei sobre governança metropolitana, dividindo a exposição em três partes. Na primeira, tentarei dizer o porquê de esse assunto ser importante; na segunda, falarei de uma outra experiência de governança metropolitana, para trazer um "caso espelho" a vocês: a experiência do Grande ABC; e, na terceira, falarei da experiência atual em Belo Horizonte, que na verdade se estenderá além desta cidade para Minas Gerais, e tentarei fazer uma reflexão sobre o que isso significa, quais são suas novidades e quais seriam os futuros e possíveis problemas desse modelo institucional.

Por que a governança metropolitana é importante? Darei cinco razões. Algumas delas já foram comentadas mais devidamente pelo Sérgio; falarei menos a respeito e me concentrarei mais na quinta razão, que tem que ver mais com o desenho institucional do federalismo brasileiro. Uma primeira razão extremamente importante para que governança metropolitana seja fundamental é o processo de urbanização, que não é apenas brasileiro - é bom que se diga. O grande historiador inglês Eric Hobsbawm diz que a grande revolução do século XX foi a urbanização, que mudou o mundo, mudou a maneira como a sociedade se organiza, mudou a forma de provisão das políticas públicas e, acima de tudo, gerou uma ampliação e uma democracia enorme por todo o mundo; entretanto, apesar de a urbanização ter trazido qualidades e novidades, trouxe também problemas. Em vários países do mundo, esse processo mais amplo de urbanização, por vezes de conurbação, levou a dificuldades em termos de governança. Esse é um debate clássico nos Estados Unidos, no Canadá e em vários países colegas nossos latino-americanos, como México e Argentina. A urbanização trouxe um novo problema: como governar um grande conglomerado urbano? Em termos teóricos, sabíamos - ou imaginávamos saber - como governar o Estado Nacional - há toda uma literatura e uma experiência a respeito. Há também toda uma reflexão de como governar o plano local, o plano mais imediato dos cidadãos. Há uma discussão no federalismo sobre Estados membros, mas não havia uma discussão mais clara, do ponto de vista da teoria e da prática, de como governar grandes conglomerados urbanos, regiões metropolitanas.

No Brasil, essa urbanização não só foi enorme, mas também muito rápida, o que é o grande ponto. Aliás, o Sr. Sérgio citou que hoje há pouco mais de 80% da população morando nas cidades. Essa urbanização foi muito rápida, muito mais do que na Europa ou nos Estados Unidos, e muito pouco planejada. Para ser otimista, com os termos da língua portuguesa, não foi nada planejada. A urbanização criou um conjunto de potencialidades e problemas que o nosso desenho político-administrativo não resolve.

A segunda razão de a governança metropolitana ser importante é que, hoje, as regiões - até diria áreas metropolitanas, pois algumas não são insinuamente regiões, mas poderiam ser pensadas sociologicamente como áreas metropolitanas - constituem, no Brasil, as áreas de maior riqueza e de maior dificuldade do País, sobretudo aquelas centradas nas Capitais. Elas são de fato quase esquizofrênicas, digamos assim. Elas contêm uma potencialidade enorme de associativismo cultural e político, uma potencialidade enorme de produção de riquezas, empregos, ciência e tecnologia. Mas, ao mesmo tempo, essas regiões metropolitanas contêm tipos específicos e muito mais complicados de pobreza. Do ponto de vista da administração pública, é muito mais simples tratar a pobreza do semi-árido do que a da Região Metropolitana de Belo Horizonte. É uma pobreza que se estende a cidadãos que já têm uma série de direitos e de demandas e se vêem numa situação de enorme desigualdade.

Se há um lugar que é o grande símbolo da desigualdade no Brasil são as regiões metropolitanas. Desigualdade é isso: por um lado, uma enorme potencialidade, e, por outro, um conjunto, um rol de dificuldades enormes. Se há um grande desafio das desigualdades no Brasil, ele é o das regiões metropolitanas, que não será resolvido apenas por distribuição de renda direta aos cidadãos. Essa desigualdade será resolvida tornando menor a diferença entre as potencialidades e as dificuldades. Se há laboratórios importantes para tratar a desigualdade no Brasil, eles são as regiões metropolitanas, exatamente aquelas em que as políticas da desigualdade menos se desenvolveram no Brasil. É bom que se diga que, nos últimos 10 anos, desenvolveram-se ótimas políticas de combate à desigualdade.

Uma terceira razão importante de a governança metropolitana ser essencial é que, nas regiões metropolitanas, ocorre mais fortemente um fenômeno típico do Estado Moderno e de uma federação em particular, como o Brasil o é, que é o entrelaçamento das políticas. Na região metropolitana, vemos mais claramente quanto uma política pública não se esgota nela própria. É mais fácil ver isso em uma região metropolitana do que em uma região menos urbanizada ou conurbada. Por quê? Porque aqui, quando falamos no grande problema social de desigualdade, não estamos tratando apenas de um problema localizado, como o de saúde ou o de fome. Estamos falando de uma série de ligações e interligações que geram a desigualdade.

Sempre lembro o grande amigo Prof. Paul Singer. Certa vez, quando ele trabalhava na Prefeitura de São Paulo, na administração Luiza Erundina, eu o entrevistei. E ele disse o seguinte: "Olha, nós, do PT, quando chegamos ao governo, achávamos que faríamos o governo da maioria. Mas eu descobri uma coisa: que a maioria é uma soma de minorias. Isto é, não existe a maioria em geral. Existe a maioria classificada por uma série de carências. Se você vai à periferia de São Paulo, uma parte não tem asfalto nas ruas, mas ali perto tem um posto de saúde. Ao lado, há um lugar que tem asfalto, mas não tem posto de saúde. Mais adiante, há um lugar em que há asfalto e posto de saúde, mas não há transporte. Para qual maioria devemos governar?".

"Para qual maioria devemos governar?" - perguntava o Prof. Paul Singer. O que ele estava vendo é tipicamente vinculado ao ambiente de aglomerados urbanos, particularmente aglomerados urbano-metropolitanos. Esse entrelaçamento dos problemas torna mais difícil a proposição, a formulação e a implementação das políticas públicas, porque, mais que em qualquer outro lugar, em regiões metropolitanas as políticas públicas são, por natureza, intersetoriais. Com isso, o desenho da política pública torna-se mais difícil. Esse é um grande desafio.

Uma quarta razão para o fato da governança metropolitana ser fundamental é que a governança metropolitana pode ser um grande laboratório também para novas formas de relação entre o Estado, a sociedade e o mercado. Por quê? Porque, olhando para o lado da sociedade, a governança metropolitana gera uma potencialidade enorme de participação. Se olharmos um Município isolado - e aí não vale citar Belo Horizonte nem o Rio de Janeiro, porque são Capitais -, um Município menor ou mesmo médio em uma região metropolitana, a potencialidade de participação é uma. Outra, é pensar numa participação em uma região metropolitana em que o cidadão tem os pés em vários lugares. É diferente. O cidadão dorme num lugar, trabalha noutro e, às vezes, estuda noutro. De qual Prefeito ele cobra? Como pensar a participação da sociedade em lugares onde o começo e o fim se entrelaçam, em lugares onde as pessoas têm os pés em mais de uma cidade? Não é simples. Portanto a governança metropolitana coloca um problema importante de relação entre o Estado e a sociedade, mas também de relação entre o Estado e o mercado. Se as regiões metropolitanas têm potencialidade e problemas, do ponto de vista econômico, as regiões metropolitanas produzem um ciclo de oportunidades impressionantes. Mas esse ciclo de oportunidades impressionantes do ponto de vista do mercado pode acirrar as desigualdades ou não, dependendo da governança metropolitana.

Quando o Sérgio falava das grandes cidades e das regiões metropolitanas do Brasil, que têm, de um lado, a parte da elite, das boas universidades, dos condomínios fechados, cada vez mais parecidos com presídios de luxo, e, de outro lado, a periferia, a cidade informal, a relação entre o Estado e o mercado na região metropolitana não é abandonar sua elite social econômica; ao contrário, é potencializar, reduzindo a diferença entre uma parte e a outra, entre a cidade de Deus e a cidade do Diabo, sobretudo produzindo um ciclo de oportunidades econômicas nas regiões mais pobres. Exemplo específico das regiões metropolitanas é toda a questão habitacional; aliás, habitacional é uma definição muito restrita, mas de infra-estrutura. Temos uma potencialidade de relação entre o Estado e o mercado muito importante. Nesse sentido, na relação entre o Estado e a sociedade, e entre o Estado e o mercado, talvez as regiões metropolitanas devam ser repensadas como uma diminuição da desigualdade entre a parte mais elitista dessas regiões e suas periferias, que não terminam no limite das cidades. É bom pensar nisso, porque teremos eleições municipais no ano que vem, e os candidatos a Prefeito vão prometer políticas a sua periferia sem saber exatamente onde ela começa nem onde acaba. Esse é um ponto importante.

O quinto e último ponto que eu queria desenvolver um pouco mais tem que ver com o desenho federativo brasileiro. O Prof. Anastasia e o Sérgio falaram um pouco sobre isso. Há três questões no desenho federativo brasileiro que dificultam o arranjo metropolitano. Primeiro, o Sérgio citou ao final, é a questão de um federalismo bastante compartimentalizado no Brasil. Isto é, a capacidade de entrelaçamento entre os níveis de governo é pequena no federalismo brasileiro.

Não é inexistente - em política, temos melhorado -, mas é pequena. Há uma noção de que o que compete ao Estado cabe ao Estado, o que compete à União cabe à União e o que compete ao Município cabe ao Município, quando as políticas, por natureza, têm problemas e soluções que só podem ser pensados de forma entrelaçada. Não há outro jeito. No fundo, a Federação brasileira - este é um exemplo que sempre dou - é como compartimentos da cozinha onde colocamos arroz e feijão em um, doces, que são sempre gostosos, em outro, e latarias, óleos, etc., em outro. É como a dispensa da cozinha. Só que não há como ser assim e não pode ser assim. É fundamental aumentar o grau de entrelaçamento da Federação brasileira.

Infelizmente, o desenho federativo brasileiro é, de um lado, como disse o Sérgio, muito padronizador e uniformizador. Supõe-se que toda regra de cada Estado e de cada Município deva valer, do mesmo modo, para o conjunto deles, o que é falso, porque a Federação brasileira é bastante desigual e, muitas vezes, tolhe a criatividade dos níveis subnacionais de governo. Por outro lado, esse federalismo compartimentalizado é alimentado pelo que o Prof. Anastasia chamou de "jogo de empurra": cada um faz o que gostaria de fazer e manda outro fazer o que não gostaria. É um pouco isso.

A pergunta clássica que sempre cito foi a feita por um jornalista ao candidato a Presidente José Serra: se o mosquito da dengue era municipal, estadual ou federal. Isso é de difícil comprovação científica. Mas a idéia é essa: tentar, um pouco, de alguma maneira, colocar apenas num nível de governo a responsabilidade por uma política, e, se ela trazer dividendos políticos, é minha; se não, é sua. É preciso diminuir esse padrão pouco cooperativo e pouco entrelaçado do federalismo brasileiro.

Em segundo lugar, o federalismo brasileiro se baseou numa idéia que, em si, é muito positiva, mas que foi levada às últimas conseqüências e trouxe efeitos negativos: o municipalismo. O municipalismo brasileiro é histórico e vem, pelo menos, da década de 30. É uma luta histórica num País que tem, de fato, tradições de forte centralismo. As próprias regiões metropolitanas, embora já houvesse experiências estaduais - o caso de Minas Gerais é muito interessante -, nasceram como uma imposição central aos Estados. O municipalismo tem um potencial muito importante no País do ponto de vista democrático. Só que venderam a ilusão, na Constituição de 1988, de que o municipalismo significaria que cada Município seria responsável e capaz de dar conta de todas as políticas públicas.

Talvez na Suíça isso seja possível, e olhe lá. Verificando outras federações, isso não é possível. Numa experiência governamental, visitei a Alemanha, que é um país razoavelmente mais rico que o nosso e menos desigual, e o municipalismo, na visão que temos, não existe lá. Eles sabem que comunas pequenas e pobres têm um tipo de governança, comunas maiores têm outra, e que certos problemas, como saneamento básico, não poderão ser resolvidos apenas por uma comuna, por um Município. O que se faz de um lado colhe-se de outro - o que é uma péssima piada no caso do saneamento básico. Mas o fato é que se trata desse problema. Como é que se resolve? Os alemães não levam a sério essa história de que o municipalismo significa que cada Município, sozinho, será capaz e responsável por todas as políticas públicas. O Brasil levou a sério isso.

Essa crença foi levada às últimas conseqüências. Como não é real, ela produz as hipocrisias - aliás, sabemos que a hipocrisia é uma homenagem do vício à virtude. Por exemplo, ela produziu toda a política de saúde baseada em ambulâncias, que é uma homenagem do vício à virtude. Se não podemos cuidar sozinhos da questão da saúde, há um Município ao lado que possui um hospital bonito e grande que pode. O que faço? Qual é o meu gasto de saúde? Comprar ambulâncias. Isso é o municipalismo autônomo, forte e real ou então a competição, a guerra fiscal, que é também outra homenagem do vício à virtude. Todos podem competir, contanto que obviamente não paguem as despesas. É uma competição na receita que não tem reflexo algum nas despesas e cria, obviamente, um ambiente completamente irracional de políticas públicas.

O terceiro e último ponto do federalismo brasileiro que atrapalha o desenho metropolitano tem a ver com a definição dos papéis da União e dos Estados na questão metropolitana. Desde o final da década de 80, a União ficou órfã de políticas urbano-metropolitanas, isso, em parte, porque o Estado tinha tido uma crise fiscal muito grande; em parte, porque a crença municipalista tinha se instalado no País, e tentativas do governo federal de assumir políticas urbanas e metropolitanas eram rechaçadas como se fossem o centralismo do período autoritário; em parte, porque as políticas urbano-metropolitanas não estavam no grupo das reformas do Estado - normalmente mais vinculadas à idéia de reforma econômica -, nem no grupo de distribuição clientelista para obter maioria no Congresso. Portanto, naquele momento, eram menos importantes.

No governo Lula, houve a retomada desse processo com o Ministério das Cidades, que inicia uma nova ação institucional muito importante. Há algumas ações que são bastante importantes do ponto de vista do marco legal. Basta pensar, por exemplo, no consórcio público. Não somente o PAC, mas também todos os "PACzinhos", como brincam em Brasília, colocaram no centro, assim como a segurança, a questão urbano-metropolitana. Todavia, o governo federal ainda não conseguiu definir institucionalmente o seu papel na questão metropolitana. Há lacunas e ausências que precisam ser pensadas para que tenhamos maior incentivo nacional a respostas e problemas metropolitanos. Repito: houve avanços nos últimos anos, mas ainda há questões a avançar.

Na verdade, os Estados têm competências pouco definidas na Federação brasileira. Para eles o jogo de empurra serve mais ainda do que para os Municípios ou para o governo federal. Já que não têm competências muito definidas, o que é bom nós fazemos; o que não é, que faça o outro. Então é um problema do próprio arcabouço político-administrativo brasileiro. Alguns Estados têm assumido mais recentemente algumas políticas. Falarei um pouco sobre isso depois. A indefinição de competências dos Estados nos põe numa situação intermediária muito complicada, porque não se sabe muito bem o quanto eles estão comprometidos com aquelas políticas.

Diante desses problemas de desenho federativo e da importância da governança metropolitana, é claro que houve dificuldades para instalar experiências metropolitanas no País. Do fim da década de 80 para cá, muitas áreas ou regiões metropolitanas se enfraqueceram e seus problemas se tornaram maiores. No caso do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, a história da região metropolitana é impressionante, ou seja, talvez seja o maior desmantelamento de uma política que mal-e-mal, no regime militar, tinha alguma eficácia naquela região. Boa parte da desigualdade metropolitana fluminense tem a ver com a falta de governança metropolitana fluminense. O que produz os problemas sobejamente conhecidos, particularmente o da violência, tem a ver com desgovernança metropolitana no Rio de Janeiro.

Houve algumas experiências. Falarei rapidamente de uma, para mostrar o que de bom ocorreu lá, os seus problemas, a fim de usar esse "caso espelho" no que o velho poeta romano, latino, Horácio, chamava de "De te fabula narratur", esta fábula fala sobre você, para pensar, ao final, o caso de Minas.

A experiência do consórcio do Grande ABC talvez tenha sido, depois de 1988, a primeira tentativa de reorganizar o desenho metropolitano no País. O interessante nela, primeiro, foi a criação de um conjunto de instituições metropolitanas que, de certa maneira, estão - no caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, num desenho melhor definido - reproduzidos aqui. O consórcio fez um conjunto de fóruns. Havia o consórcio, além das agências, objetivando buscar um desenho institucional. Regiões metropolitanas sem um conjunto de instituições, apenas na idéia do "vamos trabalhar juntos", não funciona. Por outro lado, transformar a região metropolitana em mais um ente federativo poderá trazer mais problemas do que soluções. Mal conseguimos resolver o problema da compartimentalização entre União, Estado e Municípios. Teríamos, então, um novo compartimento da despesa para colocar uma outra coisa.

O segundo aspecto é que aquela experiência conseguiu produzir algumas políticas públicas metropolitanas, particularmente na questão do lixo e na questão ambiental. Houve a produção de ações muito interessantes numa região em que essa questão é de difícil resolução. Houve a produção de políticas públicas metropolitanas. É bom ressaltar isso, porque desenhos metropolitanos não necessariamente produzirão políticas públicas metropolitanas. É desejável que sim, mas é possível que não produzam. Da mesma forma é possível haver políticas públicas metropolitanas, como há em Belo Horizonte, antes desse novo pacto. Conseguiram, então, fazer com que o desenho trouxesse, em alguns casos, políticas metropolitanas.

Um terceiro aspecto é que conseguiram produzir um planejamento regional metropolitano. Esse é um outro tema importante, quer dizer, olhar aquela área para além do espaço de tempo daqueles governantes, para um período de longo prazo.

Por fim, por um curto período de tempo, o consórcio do ABC conseguiu produzir uma sinergia forte entre os sete Municípios e o governo do Estado de São Paulo. Foi o período em que ele mais funcionou. Acredito que, em boa medida, em virtude de uma certa identidade, de uma história metropolitana e do próprio impacto eleitoral daqueles sete Municípios. Isso tem de ser colocado como ponto fundamental. Então deu certo, em parte, pela liderança do Prefeito Celso Daniel, que teve a idéia e a construiu por mais de uma década; em parte, em função da figura do Governador Mário Covas, que assumiu de vez isso pelo governo do Estado.

Terminada a vida desses dois grandes homens públicos, o fato é que o governo do Estado e os Municípios do consórcio do ABC nunca mais, de fato, conseguiram se articular. Olhando retrospectivamente, talvez as lideranças políticas fossem o grande sustentáculo daquele processo.

O problema é que o consórcio do ABC não abrange toda a Região Metropolitana de São Paulo, mas sim uma pequena parte, apenas sete Municípios, talvez a parte mais articulada, não só do ponto de vista contíguo, mas socioeconômico e até sociocultural. Grande parte da Região Metropolitana ficou fora daquilo.

A Capital, a cidade de São Paulo, por diversas razões, nunca se envolveu naquele modelo. Embora tenha havido um arcabouço institucional para aquela Região Metropolitana, o lugar dos atores no processo decisório não foi bem definido. Explico melhor: embora houvesse um arcabouço de que várias instituições pudessem fazer tal e qual coisa, nunca foi bem definido como seria o processo decisório para fazer andar aquela engrenagem. Isso ocorreu por duas razões. A primeira é porque o poder de cada Município nunca foi bem delimitado. Supunha-se que cada um dos sete Municípios teria de ter o mesmo peso político. Isso foi um grande equívoco. A segunda razão é que o governo do Estado nunca entrou, institucionalmente, na Região Metropolitana.

Claro que o consórcio do ABC também sofre de algo, que todas as áreas metropolitanas do País também sofrem, que é a fragilidade do governo federal em sua atuação nessa região. Interessante é notar, fechando esse ponto e falando agora acerca da experiência do novo pacto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que o governo federal começou a entrar no ABC somente agora; todavia o governo estadual nem entrou.

É como se houvesse uma miríada de ações, muitas positivas, mas que não conversam entre si. A pergunta é relativa a por quanto tempo isso se sustenta, sobre quanto isso não é conjuntural. Creio que a experiência desse novo pacto que a Conferência vem consagrar, lembrando que todas as leis aqui aprovadas dão a base jurídica de uma nova institucionalidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte; em boa medida é o aprendizado, nos últimos 20 anos, com regiões metropolitanas no País e no Estado de Minas. É um aprendizado que descobriu que o municipalismo mais autárquico não resolverá o problema metropolitano; um aprendizado que descobriu que, se o governo do Estado não se envolver nesse processo, com o peso devido, nada adiantará, pois os Municípios apenas se articularão e se juntarão; um aprendizado que descobriu que não basta envolver apenas o Poder Executivo, mas também se incluir o Poder Legislativo, colocando na linha de frente a sociedade mineira.

Houve também um aprendizado sobre a necessidade de mais experiências, não se podendo ficar apenas em Belo Horizonte, embora eu acredite que grande parte das inovações virão daqui, pela dimensão e pela trajetória deste Município. Caso se permaneça apenas em Belo Horizonte, o desenho metropolitano mineiro terá problemas.

Também se aprendeu que é fundamental haver um desenho institucional adequado para a região metropolitana. É central a diferença entre a Assembléia e o conselho. Trata-se de uma diferença que tem menos que ver com a separação entre a Câmara e o Senado nos Estados Unidos e mais com a Alemanha - pena que o Prof. Anastasia não está aqui, pois poderia fazer essa brincadeira com ele -, uma vez que a Assembléia, como Câmara, tem papel de grande ressonância quanto a todos os interesses, além de legitimidade última, ao passo que o conselho está mais próximo não só de um Poder Executivo, mas também de uma representação específica de Poder Executivo, tal qual o conselho federal alemão.

Nesse conselho, não estão Senadores eleitos, mas representantes dos governos dos Estados alemães. E essa diferença é essencial para agilizar o processo decisório. Por quê? E aí termino minha fala mencionando não os problemas por si mesmos, pois é difícil falar em problemas em algo que novamente se está iniciando, mas as questões que devem ser pensadas ao longo do caminho, afinal caminhar se aprende caminhando.

A primeira questão que me parece estratégica a pensar, em todo esse novo desenho mineiro, é sobre o papel do governo federal. Creio que é uma ilusão os governos dos Estados e dos Municípios, como o Sr. Sérgio ressaltou, não inserirem nesse desenho, o governo federal, qualquer que seja ele, qualquer que seja sua coloração partidária, afinal é um modelo institucional.

Isso é muito importante. Por quê? Porque, analisando a experiência internacional, percebemos que questões urbanas metropolitanas possuem dimensão sobretudo financeira. Só a entrada do governo nacional resolve o problema. Fala-se muito, também, da experiência de combate à violência em Nova Iorque e nos Estados Unidos, mas se esquece de que aquele arranjo envolveu muito dinheiro, parte dele do governo nacional. Quando se analisa a experiência canadense, é possível notar que o governo nacional arca com muitas despesas. O recurso só de Estados e Municípios não basta. Toda a experiência de Chicago e entorno está fortemente envolvida com o governo federal. Hoje, nos Estados Unidos, discute-se que o governo federal tem de voltar a investir - vejam só, pensamos que essa é uma questão apenas brasileira - fortemente em infra-estrutura. Para onde esse país está olhando? Para as regiões, para as áreas metropolitanas. Nesse caminhar, esse é um ponto a se pensar.

O segundo ponto, que na minha opinião é muito importante, tem que ver com a agência. Como fazer com que a agência seja capaz de produzir resultados? O processo de profissionalização da agência vai ser fundamental. É interessante, porque, comparando mal, a agência é um tipo de burocracia não muito diferente das antigas autarquias que pensavam o planejamento urbano pelo Brasil afora, umas das quais com grande experiência e sucesso em Minas Gerais. Não vai ser do mesmo modo, porque aquelas autarquias, aquelas agências burocráticas olhavam apenas para si próprias. Vamos precisar de agências que olhem para a sociedade. Precisamos de uma profissionalização na qual a burocracia seja capaz de colher o que a sociedade diz, colher a sinalização social. A grande burocracia brasileira se trancava nos escritórios, onde tomava as decisões. Portanto é um modelo profissional que precisa olhar para a sociedade.

O terceiro ponto, também bastante importante, é que experiências institucionais, sobretudo com essa envergadura, dão certo quanto mais rápido apresentam resultados. É um efeito bola-de-neve, pois, se apresentam um resultado bom, haverá dois, e assim por diante. É quase uma progressão aritmética; em instituições, não há progressão geométrica, exceto no caso de crises.

Ora, se olharmos bem essa questão, talvez nesse processo seja fundamental escolher muito bem as prioridades. É melhor que uma coisa dê certo em curto prazo, para que quatro ou cinco dêem certo em longo prazo. Esse é um ponto essencial.

O penúltimo ponto se refere à interligação das políticas públicas e a um desenho metropolitano das políticas públicas. Com isso, quero dizer que o problema metropolitano vai ter um fórum e um filtro fundamental que é o novo redesenho da região metropolitana, mas, se as políticas públicas não se desenharem de forma metropolitana, nada adiantará. Ou seja, não adiantará apenas dar algo deste fórum ou dessas instituições para as políticas públicas; o caminho inverso também terá de ocorrer, mesmo que, por vezes, não passe por este fórum. Dito de outro modo, as políticas públicas têm de ser pensadas de forma metropolitana. Como exemplo, cito a política de saúde. Vejam: o desenho da saúde, no Brasil, tem como matriz básica a regionalização, porém não há uma regionalização metropolitana no desenho da saúde brasileira.

A educação é um problema metropolitano, sobretudo se pensarmos no ensino médio, ao qual, graças a Deus, cada vez mais pobres terão acesso. Essas pessoas vão ter um circuito de trabalho e de vida metropolitanos. Assim sendo, é preciso fazer com que as políticas públicas - elas próprias - ordenem-se de forma metropolitana.

Por fim, como último ponto, é preciso parabenizar os responsáveis pela experiência que temos hoje, mas também é necessário torcer para que ela funcione para além do tempo político presente. Essa é a grande questão da política: "como funcionar para além dos pactos imediatos?". É uma resposta única: a lei nunca vai garantir que os homens façam, para sempre, aquilo que fazem. Aliás, é melhor que não o garanta mesmo. É preciso transformar essa experiência não só numa experiência institucional, mas também de aprendizado dos atores políticos, para que eles criem - e sejam, de alguma maneira, instados a criar - uma nova lógica no seu cálculo político. O desenho institucional, o sucesso das políticas, enfim, tudo isso é fundamental, mas, na minha opinião, a base essencial desse processo é que os atores políticos acreditem que os governos estadual e municipal sempre terão de fazer parte da política metropolitana. Essa é a tarefa dos que começam, os quais devem passá-la para os que vêm depois. Obrigado.

Palavras da Secretária Adjunta Maria Coeli Simões Pires

Exmo. Deputado Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente da Assembléia e coordenador deste evento; caríssimos Profs. Sérgio de Azevedo e Fernando Abrucio, a quem cumprimento pelo brilhantismo de suas falas e pela valiosa contribuição; autoridades; delegados; representante do Paraná que veio prestigiar o nosso evento; representantes da sociedade; equipes técnicas da Sedru e da Assembléia; colegas da Escola de Direito Administrativo Mineiro e de outras academias; estudiosos e técnicos das cidades; pretendendo contribuir para a reflexão sobre o tema "Governança Metropolitana em Minas Gerais", segundo o novo marco legal de 2006, desenvolverei algumas idéias que julguei importantes para alinhar a reflexão pessoal do fenômeno urbano moderno, do cenário em que se insere a metrópole e dos desafios de sua gestão. Muitas noções são baseadas na literatura corrente, tão bem ilustradas pelos professores desta Mesa, algumas até compartilhadas neste evento. Em rápidas pinceladas, tratarei do processo de metropolização no Brasil e da formação do substrato fático das regiões metropolitanas, explicitando a moderna compreensão da metrópole como expressão espacial concreta do fenômeno global que reproduz no urbano a lógica da sociedade hipercomplexa. Na seqüência, abordarei a gestão como desafio comum às metrópoles mundiais, mais agravado no Brasil. Tratarei da governança metropolitana a partir do conceito e substrato filosófico, enfocando a metrópole como "locus" de sua articulação. Como foco da governança, falarei então da ordem territorial e das políticas públicas sociais. Em seguida, identificarei os diversos núcleos de poder ou de governança pública ou privada no espaço metropolitano. Tratarei ainda da RMBH, objeto desta Conferência, e da estratégia de governança adotada pelo Estado, passando pela autorização do marco constitucional legal e identificando os modelos de gestão compatíveis com a nova ordem, para então fazer o enquadramento do arranjo de gestão que ora se implementa. Por fim, apontarei os fatores que desafiam a governança metropolitana, para então vislumbrar a superação das dificuldades pela lógica do consenso das governanças públicas parciais, pela regulação estatal das governanças privadas legítimas e pela neutralização das governanças ilegítimas ou paralelas.

Aqui não há espaço para uma digressão mais detida na busca das origens das cidades. Contudo, pode-se assinalar que o marco zero das cidades seria o da estratégia de centralização do poder e da defesa contra inimigos, ainda na antiguidade, evoluindo num processo complexo da cidade política, passando pela cidade comercial e chegando à industrial e à pós-industrial. Assim, a cidade vai, ao longo do tempo, acumulando funções, modificando sua morfologia e assimilando em sua geografia as marcas de seu tempo, a lógica dos processos produtivos, a natureza da própria sociedade.

No Brasil, é comum associar o processo de urbanização ao ciclo industrial, o que é objeto de alguns reparos. Aos poucos, embora internamente se desfaça esse mito causal da industrialização-urbanização, deve-se enfatizar a preponderância do fator industrialização na mudança do perfil de urbanização. Sob influência do processo de industrialização e com a escalada do fenômeno urbano, na segunda metade do século XX, muitas cidades brasileiras perderam características de unidades socioeconômicas fechadas em seus limites territoriais, para ganhar um novo dinamismo em relação a outros núcleos.

O intercâmbio entre os núcleos urbanos, orientado pelas perspectivas de acesso dos cidadãos a bens, rendas e serviços, acarreta o adensamento de centros polarizadores e a concorrência funcional de áreas auxiliares. Disso resulta a conurbação, de caráter transmunicipal, ou a concentração urbana dinâmica e integrada a Municípios. Ambas constituem o substrato fático das regiões metropolitanas.

Ocorre que, além de retratar essa dinâmica interna segundo lógica funcional, a metrópole, inserida num macrocenário, reflete um fenômeno do mundo moderno pelo qual o espaço urbano se reproduz segundo os moldes de constituição da sociedade global, impactada pela tecnologia da informação e pela generalização do mundo mercadoria, conforme ensina Fani Carlos.

Nesse processo de metropolização, a globalização e a fragmentação ocorrem tanto no plano do indivíduo quanto no plano espacial. A globalização massifica, rompe limites, quebra identidade e, ao mesmo tempo, traz a fragmentação como consequência reativa. Os condomínios fechados são exemplos dessa reação. No indivíduo, a fragmentação revela-se pela diluição dos laços de família, pela queda de vínculos do trabalho, do lazer e com o conjunto de referências identitárias. Em relação ao espaço, a fragmentação resulta da diluição das ligações orgânicas entre os pedaços da cidade e da repetição das desigualdades em diferentes escalas intra-urbanas.

A necessidade de individualização, de diferenciação e de busca de identidade reflete na espacialização das atividades na cidade, na lógica fundiária, na valorização do solo urbano, na multiplicação de centros urbanos e nas hierarquias socioespaciais. Desse modo, o espaço urbano se

constitui fragmentado do ponto de vista social, político e econômico, isto é, a fragmentação é hoje a ordem configuradora dos territórios urbanos e implica uma nova abordagem jurídica dos domínios público e privado e da lógica das relações no âmbito desse espaço. Por isso mesmo, a ordem territorial urbana é também um importante pressuposto e um grande desafio para a governança.

A metrópole, como a sede da gestão e da organização das estratégias que articulam os espaços, próximos ou remotos, e as decisões que impactam a vida urbana, reflete, de modo incisivo, a tensão permanente entre público e privado.

Nos maiores centros urbanos do Brasil, assim como ocorre com as grandes metrópoles do mundo - Berlim, Londres, Chicago, e outros -, a gestão política, financeira, institucional e jurídica dessa realidade é o desafio sábio. Um desafio pautado pelo tempo virtual e pelas exigências das relações da sociedade global e informado pelo dilema fragmentação-universalização.

Tal desafio revela-se mais grave internamente se se têm em conta as peculiaridades do fenômeno da metropolização no Brasil - o Dr. Abrucio fez referência a essa rapidez com que se apresenta o fenômeno urbano no Brasil -; o estágio de desenvolvimento em que se encontra o País é também um outro fator importante; os altos custos sociais das estratégias de internacionalização também estão a dificultar a estratégia de governança. Por fim, o modelo federativo também explicitado aqui pelos professores.

No Brasil, há uma pluralidade de centros conurbados, que retratam o processo de desenvolvimento de base policêntrica e uma concentração populacional e de atividades econômicas em escala muito superior à de outras metrópoles do mundo e que alimenta a competição das cidades por investimentos.

Essa concentração e o esforço de inserção na dinâmica do mercado internacional tendem a intensificar a própria fragmentação e a produção insustentável das cidades, com a mercantilização do solo urbano e os impactos sobre a organização territorial e sobre as lógicas de apropriação dos espaços, dos recursos naturais e dos benefícios da urbanização.

Os impactos ocorrem também sobre padrões éticos, estéticos e culturais da sociedade. A expressão visível de tudo é o quadro explícito de pobreza social, segregação espacial, destruição da natureza, consumismo e violência urbana cada vez mais sofisticada, tudo a evidenciar o quão perverso é o padrão de crescimento.

A Federação trina com o artificialismo dos arranjos de poder que a sustentam, com a partilha desequilibrada de recursos e responsabilidades, por outro lado fragiliza as bases de uma ordem urbano-metropolitana e da instância jurídico-institucional correspondente. O modelo potencializa a tensão entre a autonomia municipal e o interesse metropolitano, entre poderes locais e estaduais, de forma muito mais grave do que em outros países.

Falemos da governança, tendo em vista esse estágio, ou seja, essa situação do processo de globalização e de metropolização. Governança, em sentido mais amplo, refere-se a formatos de gestão pública, que, fundados na interação público-privada, tendem a assegurar a transparência na formulação e eficácia na implementação de políticas. A concepção de governança pública legítima, à sua vez, pode ser traduzida a partir da construção teórica de Habermas, segundo o qual é necessário haver um subsistema administrativo que age em nome do conjunto da sociedade e que é especializado em decisão coletivamente obrigatória. Subsistema que, à sua vez, deve guardar coerência com as demandas da ampla esfera pública.

A governança metropolitana é, pois, a arquitetura da gestão pública fundada na interação público-privada e capaz de sustentar a organização das estratégias de articulação de espaços, nos múltiplos Municípios, de atores políticos e sociais, de decisões, demandas e políticas de interesse comum da região.

Independentemente do modelo que assuma, uma governança pública metropolitana democrática pressupõe articulação intensa e transparente dos diversos atores e núcleos de poder, participação com responsabilidade para a consecução da eficiência legítima no plano das políticas públicas e no tocante à ordem urbana e à integração de territórios.

No espaço metropolitano, podem ser identificados vários atores ou núcleos de poder, que devem ser considerados para a construção da governança. Identificamos o poder público - municipal, estadual e federal -; os que produzem as cidades - os investidores e os cidadãos de um modo geral -; e a sociedade civil.

Na governança pública federativa, identifica-se o papel dos entes federativos no território metropolitano. Tem-se o exercício do poder como desempenho dos papéis e assunção de responsabilidade conforme a matriz constitucional, que define o condomínio de competências legislativas e executivas.

Há três vertentes na governança privada: legítima regulada pelo Estado; legítima auto-regulada, sendo um exemplo os códigos do bem das favelas e de outros grupos excluídos; paralela ilegítima, que deve ser neutralizada na governança pública - exemplos são os centros marginais de poder, como os do narcotráfico, e os de privatização do público, como as organizações da corrupção.

A governança pública societal abrange parcerias com Oscips, ONGs e outras entidades da sociedade civil. Fiel ao paradigma democrático, a governança deve ser compartilhada entre esfera pública governamental, esfera pública societal, mercado sob regulação estatal e outras forças existentes no espaço metropolitano. Tem-se, então, o tripé da governança.

Os focos de atenção da governança devem estar voltados para a metrópole como um todo, como espaço territorial e comunidade, e para as políticas públicas. Nesse aspecto, a governança deve, enfaticamente, reconciliar a fragmentação institucional - da própria abordagem das políticas públicas do Estado - com a territorialidade metropolitana, com seus desafios urbanos, ambientais e sociais.

Há de estabelecer a governança das demandas por políticas sociais, por meio de planejamento, monitoramento dos fatores de pressão, informações de base territorial, espacialização do orçamento, construção de índices e fatores de avaliação, explicitação de critérios alocativos de recursos que possam qualificar a discursividade política, administrativa e social em torno da disputa entre as políticas setoriais.

Especialmente em um quadro de recursos escassos, as políticas implicitamente travam competição por dotações orçamentárias, e as decisões alocativas são dramáticas. Por isso mesmo devem ser compartilhadas de modo a se revestirem de legitimidade. Daí a necessidade de que a estratégia participativa incorpore a discussão da responsabilidade estendida, capaz de fazer escolhas, estabelecer prioridades e compartilhar os riscos e os ônus dessas definições.

Estamos falando de uma participação da sociedade civil além da mobilização e da discussão. Estamos falando da integração da sociedade civil no plano das decisões, com responsabilidade estendida, tendo em vistas as escolhas consensadas.

Assim uma governança metropolitana juridicamente embasada, legítima e democraticamente construída e estrategicamente eficaz, pressupõe processos lógicos formais de leitura e desenvolvimento das matrizes constitucionais, de poderes, competências e papéis dos entes federativos. Mas, sobretudo, a abertura para a aglutinação de todas as forças legítimas na perspectiva emancipatória da cidadania, da eficiência prestacional e da humanização do desenvolvimento das cidades.

Isso tem a ver com a construção de uma consciência metropolitana. No que diz respeito à identidade espacial, uma nova concepção de pertencimento territorial se apresenta, com as redes das cidades contribuindo para a formação de novas identidades e territorialidades. As mobilidades virtual e real, somadas à busca de qualidade de vida urbana e de moradia, ampliam os territórios de relações do homem e suas possibilidades de identificação no espaço - a idéia-chave é de Madureira.

Os mineiros, de modo especial, resistem a esse processo. É que, mais do que outros, eles alimentam um sentimento de pertinência ao lugar em uma ótica mais reducionista; estão presos à terra natal, aos espaços da infância e da adolescência, aos ambientes do cotidiano - ao bairro, à rua, ao quarteirão, às esquinas.

Certo é que, da relação permanente dos indivíduos com o espaço regional, vai surgindo uma identidade metropolitana. Isso porque, pelos sentidos, pela convivência em sociedade e pelas relações com o ambiente físico, o indivíduo apropria-se do espaço identificando-o como seu; atribuindo-lhe, por meio do uso ou da percepção de seu papel funcional, um significado. Neves há de ter um significado para todos nós. Neves, na verdade, é sede de um equipamento do sistema de segurança exatamente para garantir a segurança do Estado, especialmente da região metropolitana. Precisamos, portanto, reconhecer Neves como parte do espaço metropolitano e identificar-nos também com ele, assim como com os demais espaços que compõem a região metropolitana.

Deve-se assim, no entanto, definir que, para além dessa nova consciência de cidadania e identidade metropolitana, em uma perspectiva individual do auto-reconhecimento no espaço fragmentado e global da metrópole, vislumbra-se a projeção da cidadania metropolitana ativa, que busca organizar-se nas diversas vertentes da sociedade civil para atuar - uma participação para discutir espaço decisório, para dividir esse espaço e, portanto, para compartilhar governança e responsabilidades.

Ditas essas palavras sobre a governança, vamos focar a Região Metropolitana de Belo Horizonte, verificar como foi estabelecida uma nova estratégia de governança para esse espaço e como isso está pensado no novo marco legal. Pois bem, a Região Metropolitana, institucionalizada em 1973 por lei complementar federal, teve sua gestão estruturada em bases centralizadoras e entrou em crise no final da década de 80. Sobre influência da Constituição da República de 1988, ela foi ainda mais esvaziada. O modelo institucional adotado pelo constituinte mineiro, à sua vez, refletiu uma tendência de enfraquecimento da posição do Estado em relação à gestão metropolitana. Isso em inteira coerência com a estratégia municipalista de fortalecimento da própria autonomia municipal.

Na prática, a gestão metropolitana foi absurdamente negligenciada: a União afastou-se por completo do cenário metropolitano; o Estado, por sua vez, não exerceu o seu papel na gestão de funções públicas de interesse comum; e os problemas foram deixados à autonomia dos Municípios, sem que eles fossem capazes de superar a perspectiva local e implementar soluções de cooperação. Em verdade, houve certa interdição ao debate da questão metropolitana - como bem sabem as universidades e os planejadores urbanos -, especialmente em razão de uma tensão que se estabelece em face dos resquícios da própria matriz autoritária retratada em arranjos unilaterais do Estado.

O agravamento do quadro metropolitano no contexto do Estado, associado ao diagnóstico de uma baixa inserção da RMBH nos planos nacional e internacional, levou o governo do Estado a estabelecer uma clara estratégia de governança metropolitana. A Assembléia Legislativa relançou, em um grande seminário legislativo, em 2003, o tema das regiões metropolitanas com o objetivo de discutir o seu modelo de gestão.

Em 2006, definiu-se novo arranjo legal para a RMBH, as Leis Complementares nºs 88, 89 e 90. E antecipando-se a novos arranjos institucionais, a sua implementação, o Estado criou o grupo de governança metropolitana com o objetivo de coordenar as ações estaduais no território metropolitano e de especialmente buscar estabelecer uma lógica de intersetorialidade das políticas públicas no espaço metropolitano. Nesta conferência, tem lugar a implementação formal dos novos instrumentos de gestão da RMBH. Por que não dizer de um pacto para, na prática, construir efetivamente a governança.

Os desafios do complexo geoeconômico e social representados pela Região Metropolitana impõem fortes impactos à organização dos Estados, em especial na Federação. Por si só, a formação da região metropolitana à revelia da tradicional divisão político-institucional do território já representa um grande desafio à gestão governamental, como já foi dito pelos palestrantes. Esse desafio, contudo, é menor nos Estados unitários, pois a autonomia fraca dos governos locais nesses Estados facilita a adequação do Direito à ordem política, ao fenômeno metropolitano.

A situação é diferente nos Estados Federados, cujo atributo é exatamente a autonomia dos entes subnacionais. Nesse caso, o enfrentamento da questão metropolitana está sujeito a novas condicionantes. Normalmente os Estados têm tratado o fenômeno da metropolização valendo-se de dois modelos institucionais básicos. São elas as soluções estruturais horizontais ou voluntárias e as soluções verticais ou compulsórias.

A solução horizontal se refere ao formato em que os governos locais livremente se associam para a organização da gestão metropolitana. O modelo de São Paulo foi aqui explicitado. Sustenta-se no art. 241 da Constituição Federal, que prevê a gestão associada de serviços públicos e a constituição de consórcios públicos em essa finalidade.

Já a solução vertical é aquela em que os Municípios são organizados por uma instância superior para a constituição da região metropolitana. A Constituição Federal incorporou esse modelo no art. 25, § 3º, que atribuiu aos Estados a competência para instituir regiões metropolitanas, para integrar funções públicas de interesse comum. Vale dizer que se trata de um arranjo compulsório à medida que os Municípios ingressam na própria região.

Nos anos 70, o governo militar tentou uma organização vertical das regiões metropolitanas. Esse modelo deixou poucas heranças, mas certamente uma das principais foi o estigma em relação ao modelo vertical, que foi tachado necessariamente como centralizador.

Na ordem constitucional de 1988, as apostas se voltaram para o formato horizontal. Esperava-se que os Municípios buscassem voluntariamente a cooperação para o enfrentamento da questão metropolitana. Não obstante algumas experiências isoladas muito positivas - aqui já relatadas -, constata-se que formas institucionais alternativas para a gestão metropolitana ainda não se consolidaram. Em Minas Gerais, o agravamento dos problemas sociais e infra-estruturais, decorrentes em grande parte da desarticulação institucional da RMBH, foi um dos fatores preponderantes para que se legitimasse, a partir de 2003, a retomada da participação estadual na governança metropolitana. Não nos moldes da década de 70 - e aqui há vários integrantes do Plambel que nos ajudarão a reconstruir um novo momento de planejamento no Estado -, pois a expectativa geral dos atores gira em torno da chamada gestão compartilhada. Minas adotou um modelo híbrido de gestão metropolitana, no qual convivem estratégias verticais e horizontais de governança. Assim, diferentes soluções poderão ser adotadas para o planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, desde consórcios públicos até a gestão direta pela administração estadual. Buscou-se, com isso, a construção de uma gestão metropolitana efetivamente democrática e participativa, mas muitos fatores desafiam essa governança.

Apenas indicarei tópicos desses fatores, já tomados aqui como constrangimentos pelos professores que nos antecederam: o dilema globalização e fragmentação social e espacial - ao mesmo tempo em que estamos definidos numa localidade, estamos ligados ao mundo, Boaventura Santos diz que o local, o universal e o global convivem; a pressão do tempo virtual e da dinâmica relacional dos centros em função desse novo tempo, esse tempo que tem pressa, que demanda novos perfis de gestores; inexistência de entidade regional intermediária com capacidade política - não adota a posição de criação de uma instância política nesse nível -; a inerente tensão entre o interesse metropolitano e o interesse local - não devemos nos assustar, pois é conatural ao arranjo metropolitano a convivência com essa tensão; a resistência à estratégia de gestão metropolitana pela sua origem no autoritarismo; a competição em contraposição à lógica colaborativa; a frágil construção de legitimidade na equação de poder em relação aos processos decisórios: se temos tantos centros de poder, como o público, o da sociedade organizada, o do mercado, precisamos que esses atores não legitimem o arranjo apenas pela participação de um dos atores, precisamos de todo esse tripé assentado na prática da governança; a insipiente consciência metropolitana, devo dizer que o localismo ainda exerce sobre nós um fetiche muito grande, mas temos de desenvolver aos poucos essa consciência metropolitana; o estágio da participação: caminhamos muito, especialmente em Minas, em termos de participação popular, dos diversos segmentos, tanto privados quanto da sociedade civil, mas precisamos buscar um novo patamar dessa participação, precisamos sair da fase do barulho para a fase decisória, precisamos concertar decisões e assumir responsabilidades nesses espaços, potencializar ainda mais os arranjos que Minas tem em relação às Oscips e a outras colaborações de PPPs; os conflitos e confrontos decorrentes da exclusão; e a governança ilegítima. Temos, o que é muitíssimo grave, no Brasil todo, e assistimos perplexos a reiteradas reportagens das televisões brasileiras mostrando o crime, a especulação, como uma governança efetivamente instalada, uma governança paralela e ilegítima. Precisamos combater o poder do crime na governança estatal, combater o poder da especulação nas definições das políticas urbanas. Enfim, precisamos combater toda a governança ilegítima, toda a centralidade de poder ilegítimo que queira prevalecer no âmbito da governança estatal. Sintetizando os desafios cruciais, afirmo que o grande apelo é por uma consciência metropolitana e por uma governança verdadeiramente democrática, na qual os atores governamentais, sem negligenciar seus papéis, sejam capazes de articular todos os núcleos legítimos.

Não resolve o caos urbano a governança privada dos condomínios de luxo, dos prisioneiros do medo. Não pode imperar a governança corporativa dos segmentos. Não pode prevalecer a governança do lucro dos que mercantilizam a cidade. Não pode imperar a governança do crime, instalada em presídios, nos quartéis gerais de morros e de favelas ou mesmo em birôs sofisticados de empoderados. Esta precisa ser enfrentada e neutralizada.

A governança legítima, compartilhada, que tenha ao centro a cidadania emancipada, desafia o Estado - União, Estados e Municípios - no cumprimento do papel prestador e regulador e a sociedade e a própria iniciativa privada em novo estágio de participação na busca de caminhos que possam assegurar vida digna para todos e alternativas de sustentabilidade coletiva, urbanística, ambiental, social e econômica no grande espaço metropolitano. Agradeço a todos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, nossa querida Secretária e Profa. Coeli e colega da Assembléia. Agradecemos também a palestra dos três professores e da Profa. Coeli, que realmente enriqueceram, e muito, a nossa caminhada rumo à efetiva busca da solução metropolitana e da implementação desse arranjo. Gostaríamos de convidar todos a visitar a exposição Programas Governamentais Metropolitanos, no Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema, no "hall" de entrada do andar térreo, onde a Sedru oferecerá um café metropolitano - deve haver algo de diferente nesse café metropolitano.

Eleição dos representantes para o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à eleição dos representantes das entidades da sociedade civil no Colegiado e no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e dos representantes dos Municípios, com exceção de Belo Horizonte, Betim e Contagem, no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano (três titulares e três suplentes).

- Procede-se à eleição.

O Sr. Presidente - Para formar o Colegiado, as entidades se reuniram por segmentos (Movimentos sociais e populares, entidades sindicais de trabalhadores, entidades representativas dos empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e ONGs) e elegeram quatro representantes por segmento, totalizando 20 representantes. São eles:

Pelas entidades sindicais de trabalhadores: Adriano Porto Miglio - Sindicato dos Economistas de Minas Gerais; Geslene Gonçalves dos Reis - Central Única dos Trabalhadores (CUT-BH); Rita de Cácia Maciel G. Senesi - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (Sindágua-MG); Paulo Eustáquio Marra Pinto - Sindicato dos Médicos de Minas Gerais.

Pelas entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa: José Abílio Belo Pereira - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Maria Eulália Alvarenga de Azevedo Meira - Conselho Regional de Economia/MG; Jupira Gomes de Mendonça - Escola de Arquitetura da UFMG; Maeli Estrela Borges - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG).

Pelas entidades representativas de empresários: Teodomiro Diniz Camargos - Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg); Heloísa Guimarães Vidigal Rezende - Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH); Daniel Ítalo Richard Furlletti - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais (Sinduscon); Mônica Andrea Siebler Gomes - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano (Sintran).

Pelas ONGs: Ana Beatriz Marques Silva - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Verde Água; Maria Auxiliadora Alvarenga - Fundação IBI - Ecologia e Educação; Rodrigo Ferreira Andrade - Instituto Horizontes; Marco Aurélio Costa - Instituto Estadual Pró Cidadania-BH.

Pelos movimentos sociais e populares: Antônia de Pádua - União Metropolitana por Moradia Popular; Leila Soares Ferreira da Silva - União Municipal de Moradia Popular; Wilson Caetano - Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Nossa Senhora das Graças; Ronaldo Silvestre da Silva - Associação dos Moradores do Bairro Serra Dourada.

Para o Conselho Deliberativo, foram eleitos quatro representantes, sendo dois titulares e dois suplentes. São eles:

Titulares: União Metropolitana por Moradia Popular - Antônia de Pádua; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG) - José Abílio Pereira.

Suplentes: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) - Teodomiro Diniz Camargos; Instituto de Estudos Pró-Cidadania - Marco Aurélio Costa.

Os representantes do Municípios, com exceção de Belo Horizonte, Betim e Contagem, que são membros natos, se reuniram e elegeram os

seguintes membros: Titulares: Presidente da Granbel e Prefeito de Itaguara - Ubiraci Prata Lima; Prefeito de Nova Lima - Carlos Roberto Rodrigues; Prefeito de Santa Luzia - José Raimundo Delgado. Suplentes: Prefeito de Ribeirão das Neves - Wallace Ventura Andrade; Prefeito de Pedro Leopoldo - Marcelo Jerônimo Gonçalves; Prefeito de Jaboticatubas - Fábio Moreira Santos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, desconvoando a reunião especial de logo mais, às 19 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 21, às 9 horas, e para a reunião extraordinária também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a reunião ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição de 21/8/2007.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/8/2007

#### Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena - Palavras do Secretário Dilzon Melo - Palavras do Secretário José Carlos Carvalho - Palavras do Secretário Márcio Araújo de Lacerda - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Doutor Viana - Dinis Pinheiro - Bráulio Braz - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Djalma Diniz - Fábio Avelar - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Luiz Tadeu Leite - Neider Moreira - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wander Borges.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h5min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Bráulio Braz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; e os Exmos. Srs. Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Márcio Araújo de Lacerda, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Deputado Bráulio Braz, Vice-Presidente da Comissão de Turismo desta Casa e Coordenador do Encontro Temático sobre Desenvolvimento Econômico e Social; Deputado Délio Malheiros, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa e Coordenador do Encontro Temático sobre Política Urbana; e Deputado Fábio Avelar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa e Coordenador do Encontro Temático sobre Gestão Ambiental.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença do Exmo. Sr. Ubiraci, Presidente da Granbel e Prefeito de Itaguara, que tem feito um trabalho extraordinário; da Exma. Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; e do Exmo. Sr. Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Semad.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da 1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, convocada por meio do Decreto de 11 de junho de 2007, e realizada conjuntamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

#### Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento os membros da mesa, o amigo, Deputado Jayro Lessa; o Deputado João Leite, que acaba de chegar; a Deputada Gláucia Brandão, da nossa querida e amada Ribeirão das Neves, que está sempre presente a nos prestigiar; os demais Deputados presentes; os Prefeitos; os Vice-Prefeitos; os Vereadores; as lideranças; e os representantes dos Municípios da região metropolitana. Desejamos a todos uma manhã virtuosa, profícua, com muito sucesso, o que, aliás, já está garantido com a presença desse Secretariado de grande porte. Suas qualificações e atributos enriquecerão, sem dúvida, nosso trabalho desta manhã. Discutiremos uma região metropolitana mais fraterna e com menos problemas nas áreas de saúde, educação, transporte e saneamento básico. Tenho certeza absoluta de que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais está tendo uma oportunidade inestimável de contribuir com o Executivo para a solução desses problemas. Minas está vivendo um momento diferenciado e brilhante, graças ao conjunto de ações desenvolvidas sob a liderança do grande Governador Aécio Neves, figura, aliás, referencial na República Federativa do Brasil. Tenho certeza absoluta de que esta Casa, nesta manhã, buscará, em união com o Executivo, solução para todos os problemas que afligem a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

#### Palavras da Secretária Renata Maria Paes de Vilhena

Bom-dia a todos. Exmo. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente e Coordenador deste painel, na pessoa de quem cumprimento os demais componentes da Mesa, é um prazer estar nesta Casa para participar de um trabalho tão importante como este, para todos nós.

Proponho-me a apresentar aqui o PMDI 2007/2023, cuja inspiração central é tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver. Continua sendo a mesma meta lançada em 2003. O que propormos, com base nos resultados que foram alcançados no último quadriênio, é o refinamento dessas estratégias para que possamos tornar a realidade dos mineiros mais próxima possível do almejado. Vou centrar aqui o PMDI e tentar me concentrar nas ações referentes à região metropolitana. Vou mostrar o índice da minha apresentação: construção das estratégias, mapa das estratégias, projetos na região metropolitana, acompanhamento intensivo que utilizamos para as estratégias governamentais, modelo de governança e o plano de governança da região metropolitana.

Primeiramente, gostaria de falar dos três pilares que orientaram o PMDI. O primeiro é a qualidade fiscal. Não trabalhamos mais com o conceito de equilíbrio fiscal, que passa a ser um pressuposto. Hoje a qualidade fiscal é o ponto mais importante. Ela passa a ser a condição para que tenhamos recursos de investimentos aplicados em nossas políticas públicas. Precisamos de, cada vez mais, gastar menos com o custeio da nossa máquina pública e priorizar os investimentos nas políticas públicas. Quanto à gestão eficiente, hoje temos o choque de gestão setorializada em toda a administração pública. Mais do que eficiência, queremos buscar eficácia na administração pública. Queremos que o resultado das nossas ações públicas traga transformação para toda sociedade mineira.

Os resultados é o que perseguimos. Nosso esforço é fazer com que todos os gastos revertam-se em resultados, por meio de monitoramento e avaliação do desempenho do governo, que poderá ser avaliado permanentemente. Queremos um modelo de governança em que passamos a acompanhar todos esses resultados, não mais por projetos isolados, mas por grupos de projetos que vão estar agrupados por áreas de resultados. E ainda queremos um programa de incentivos em que metas são pactuadas. Esses resultados são pactuados nas diversas Secretarias. Em contrapartida, são concedidos incentivos e benefícios para que esses resultados sejam alcançados e aconteçam de forma mais ágil e efetiva. Temos a estratégia de desenvolvimento traçada pelo governo, em que o caminho escolhido para que a visão de futuro se torne realidade depende da execução dessa estratégia. Ela é formada por seis estratégias setoriais que têm, como núcleo propulsor, o processo de transformação de Minas Gerais. A primeira delas é a perspectiva integrada do capital humano, em que se busca um salto de qualidade na educação, na qualificação para o trabalho e na saúde materna infante-juvenil preventiva. É importante salientar que todo Estado, para que tenha oportunidade de se desenvolver, depende da qualidade de seu capital humano. Então, saúde, educação e trabalho são fatores essenciais nessa estratégia de desenvolvimento.

Quanto a investimentos e negócios, essa estratégia busca a construção de um ambiente econômico competitivo. Quanto à sustentabilidade ambiental, buscamos a construção das três agendas: a agenda azul, a agenda verde, a agenda marrom, construídas de forma integrada e com agilidade nos processos de concessão dos nossos licenciamentos ambientais. No que se refere à estratégia de desenvolvimento da integração territorial competitiva, hoje a economia de Minas Gerais está inserida em três espaços geoeconômicos distintos, cada um dotado de uma lógica particular de desenvolvimento. É importante que haja um desenvolvimento harmônico territorial entre esses espaços geoeconômicos. É o que se busca nessa estratégia de desenvolvimento. A equidade e o bem-estar buscam levar serviços de qualidade a toda a população de Minas Gerais. Quanto às redes-cidades, vou-me ater ao assunto mais à frente, quando da inserção dos projetos da Região Metropolitana.

Para que se torne realidade todo esse conjunto de estratégias, é importante que tenhamos um Estado com qualidade fiscal, com eficiência e com qualidade na gestão. Por isso, foi inserida também uma estratégia de desenvolvimento que estamos chamando de estados para resultados, agregando todo esse conjunto de estratégias de desenvolvimento. No caso das redes-cidades, temos focada a Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma rede de cidades criativas, dinâmicas, seguras e bem-cuidadas, com ampla gama de serviços públicos, privados e detentores de amenidades urbanas. E, por último, temos o planejamento, gestão urbana e redes de cidades públicas de qualidade em todo o território mineiro.

Esses são os quatro itens que compõem esses objetivos na rede de cidades.

Abrindo cada um desses na Região Metropolitana de Belo Horizonte, é importante para os próximos anos: ampliação das inserções nacional e internacional; aumento da capacidade de polarização sobre o território mineiro; ampliação da mobilidade mediante modernização e ampliação do sistema de transportes de pessoas e cargas; desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária; gestão compartilhada da RMBH envolvendo atores públicos e privados; construção e promoção de amenidades urbanas, de um espaço urbano bem-cuidado com elevados padrões de qualidade e bem-estar social e identificação de nichos culturais e de capital humano, aí, muito centradas ações culturais, esportes e lazer; urbanização de áreas degradadas e melhores soluções habitacionais para a população de baixa renda.

Vale ressaltar que tudo isso que estou apresentando está tramitando nesta Casa, ou seja, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI.

Na rede de cidades criativas, dinâmicas, seguras e bem-cuidadas estamos propondo a criação de seis redes: Triângulo-Paranaíba, Sul de Minas, Zona da Mata, Vale do Aço, Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce, Norte e Noroeste.

Redes de serviços públicos de qualidade em todo o território mineiro. Precisamos fortalecer as cidades de porte médio, para que possam prestar serviços públicos de qualidade não só para atender a sua própria demanda municipal, mas também à de todos os Municípios que estão no seu entorno, criando redes capazes de assegurar a qualidade dos serviços em qualquer ponto do território.

Redes de serviços: sistema com recursos e equipamentos organizados em complexidade crescente e segundo a hierarquia da rede de cidades.

Otimização de recursos: gestão da qualidade, das interconexões, logística e informatização em larga escala.

Serviços de saúde, educação, formação profissional, mobilidade, acessibilidade, habitação, comunicações, saneamento, defesa social, assistência social, energia elétrica, justiça e cultura.

Serviços públicos, privados, terceiro setor e parcerias.

Definidas as nossas estratégias, as nossas perspectivas de longo prazo, devemos concretizá-las, para que possamos alcançar a nossa visão de futuro. Para que alcancemos as nossas perspectivas de longo prazo, precisamos definir o nosso planejamento de médio e curto prazos. Para isso foram criadas áreas de resultados, onde estão todos os esforços e recursos do governo, a fim de que possamos tornar essa realidade um fato, para que ela possa ser materializada. Dessa forma, a nossa visão de futuro será transformada em realidade.

Nesse planejamento de médio e longo prazos se concentram os nossos projetos estruturadores, em que estão alocados os nossos recursos, investimentos e as agendas setoriais dos projetos de choques de gestão.

Temos 11 áreas de resultados que estão amparadas por duas outras áreas, ou seja, a qualidade fiscal e a qualidade de inovação na gestão pública. Vou ressaltar três áreas que têm intersectorialidade muito grande com a RMBH.

Primeiramente, investimento e valor agregado da produção.

Objetivos estratégicos.

Construir um ambiente de negócios favorável e atrativo aos investimentos produtivos: buscar a simplificação da relação do setor público com o setor privado; conferir maior agilidade e efetividade aos licenciamentos ambientais.

Implementar política inovadora e sustentável de fomento; implementar promoção agressiva de investimentos e desenvolvimento de empresas mineiras, com ênfase na agregação de valor; ampliar a taxa de investimento da economia mineira.

Para cada um desses objetivos estratégicos, foram traçados os resultados finalísticos, com a situação atual e as metas definidas para 2011 e 2023, os quais serão acompanhados no nosso plano.

Não detalharei cada uma dessas metas, pois estarão à disposição. Como exemplo, citarei a primeira delas: aumentar o percentual das empresas cujos produtos inovadores representem mais de 40% das suas vendas internas. Esse é o "status" atual. Ainda estamos em processo de definição da meta para 2011 e 2023.

No conjunto de projetos estruturadores para alcançarmos esses resultados finalísticos, estão previstas a promoção e a atração de investimentos estratégicos e desenvolvimento das cadeias produtivas, a inserção competitiva das empresas no mercado internacional e a parceria para a provisão dos serviços de interesse público.

Outra área de resultados apresenta uma interseção com a Região Metropolitana, a de inovação, tecnologia e qualidade, cujo objetivo é fortalecer a competitividade e ampliar a capacidade de inovação das empresas e dos arranjos produtivos mineiros; outros, formar e qualificar a mão-de-obra alinhada à demanda do setor produtivo; fortalecer a rede de inovação tecnológica em todo território mineiro; fortalecer e articular a rede de ciência e tecnologia e inovação do setor produtivo; assegurar a conformidade dos produtos mineiros segundo os padrões internacionais de qualidade.

Esses são os resultados finalísticos esperados para esses objetivos estratégicos. Esse é o projeto estruturador que selecionei, em interseção com a Região Metropolitana, que, no caso, são os arranjos produtivos em biotecnologia, biocombustível, microeletrônica e "software".

Há também a área de resultados da rede de cidades e serviços, cujo objetivo estratégico a ser perseguido é planejar e gerir o desenvolvimento da rede-cidades mineiras, para adequar a sua capacidade de prestação de serviços de educação, saúde, saneamento, transporte, habitação, acesso à internet, inovação tecnológica, formação profissional e gestão ambiental; fortalecer o sistema de planejamento e gestão urbana, especificamente nas cidades-pólo; ampliar as inserções nacional e internacional da Região Metropolitana; ampliar a acessibilidade da população dos Municípios de pequeno porte a serviços sociais básicos e a mercados; e promover a inserção territorial competitiva da rede-cidades mineiras nos espaços geoeconômicos nacionais.

Essa área de resultados da rede-cidades, dado o crescimento econômico de Minas Gerais muito centrado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no Sul e no Triângulo, regiões que concentram praticamente 70% do PIB do Estado e normalmente oferecem uma prestação de serviço de qualidade, busca dotar as regiões menos dinâmicas de serviços públicos de qualidade, para que a Região Metropolitana seja despolarizada e inserida na competitividade nacional e internacional. Esses são os resultados finalísticos definidos e o conjunto de projetos estruturadores.

Dispomos de um projeto estruturador específico para a RMBH, que tem como objetivo a sua promoção e gestão integrada a fim de torná-la mais competitiva, elevando-se a qualidade de vida dos seus cidadãos. Há os circuitos culturais de Minas Gerais e o centro administrativo para evocar o vetor norte da RMBH.

A área de resultado da qualidade ambiental visa ao aprimoramento da gestão das bacias hidrográficas, enfatizando a disponibilidade e a qualidade da água e a redução dos conflitos em torno do seu uso; a redução da contaminação das águas de Minas Gerais; a conservação do cerrado e a recuperação da mata atlântica; e a promoção de gestão eficiente dos passivos. Não detalharei essa área, que, provavelmente, será tratada na exposição do Secretário José Carlos Carvalho, com os resultados finalísticos definidos muito focados no aumento do índice da qualidade da água.

O projeto estruturador Revitalização do Rio das Velhas - Meta 2010 - apresenta uma grande interseção com a Região Metropolitana, com o objetivo de viabilizar a revitalização do Rio das Velhas no trecho metropolitano: navegar, pescar e nadar.

Temos um instrumento de acompanhamento e gestão desses projetos estruturadores. Uma vez que todos os nossos esforços visam à realização dessas metas e resultados finalísticos, há um acompanhamento intensivo, por meio de um sistema em que todas essas metas sejam verificadas mensalmente. Esses são os relatórios de acompanhamento. Estamos atentos a todas as metas, para verificar se estão sendo cumpridas ou não, com os planos de ação para cada um dos projetos.

Há ainda um sistema de pactuação, como eu disse anteriormente. Cada área de resultado foi objeto de assinatura de um Caderno de Desafios e Prioridades, no dia 7 de fevereiro, entre os Secretários e o Governador, desdobrado em Cadernos de Compromissos. Os compromissos por secretaria contidos nas áreas de resultados também foram pactuados com o Governador e desdobrados em Acordos de Resultados por cada secretaria. Em cada acordo estão pactuados os resultados finalísticos de cada secretaria, o índice de execução necessário para cada projeto estruturador, bem como suas agendas setoriais e os indicadores de racionalização do gasto e melhoria do desempenho, uma vez que estamos perseguindo a qualidade do gasto. Todos esses acordos e resultados estão disponíveis na internet, para que qualquer cidadão possa acompanhá-los. Esse é o modelo de gestão do nosso Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.

Finalizando a parte do PMDI, entro agora no Grupo de Governança Metropolitana, instituído em 2006, por meio do Decreto nº 44.268. Em sua composição estão o Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, o Secretário de Meio Ambiente, o Secretário de Obras Públicas e o Secretário de Planejamento e Gestão, que o coordena. Esse Grupo tem como finalidade identificar todos os projetos e ações planejadas para as regiões metropolitanas de Minas Gerais, promover a integração das ações dos órgãos estaduais nas regiões metropolitanas, propor diretrizes para se compatibilizar os planos diretores municipais e as leis de uso e ocupação do solo dos Municípios com os programas e projetos de interesse comum metropolitano e viabilizar a estruturação das instâncias no âmbito estadual, responsáveis pela gestão das regiões metropolitanas.

O Grupo foi criado como uma antecipação de tudo que está na lei complementar, sendo objeto de instituição neste seminário da região metropolitana, do Conselho Deliberativo e da Agência Territorial. O Grupo colabora para que todos esses instrumentos sejam viabilizados. Existe uma grande intersectorialidade no governo no que diz respeito às ações da Região Metropolitana, em que várias secretarias trabalham fortemente. Ele buscou esse planejamento e a articulação das diversas Secretarias, contribuindo para esta conferência metropolitana e a implementação desse arranjo institucional da Região Metropolitana.

Ainda como trabalho desse Grupo, foi instituído, por meio do Decreto nº 44.500, de 2007, um plano de governança metropolitana, que teve como objetivo definir programas, projetos e ações de desenvolvimento integrado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse plano teve como pilares o planejamento urbanístico e o desenvolvimento ambiental sustentável. Focou, então, o vetor norte da Região Metropolitana. Houve um problema de configuração aqui, e não vou conseguir ler, mas foram diversas ações. Quem tiver interesse pode consultar o decreto, mas, como exemplo, temos a implantação do Parque do Serra Verde, do Sumidouro, do Ribeirão dos Onças, e estudos destinados a subsidiar a criação de uma rede de áreas protegidas.

Criação de mecanismos de proteção do complexo paleontológico, arqueológico e espeleológico da região cárstica. Enfim, há uma série de condicionantes ambientais e de estudos direcionados para o vetor norte da Região Metropolitana realizados por um grupo técnico que foi criado no âmbito do grupo de governança metropolitana.

Relativamente ao papel do Estado na Região Metropolitana, a partir de agora trabalharemos fortemente com base em um planejamento governamental. O governo de Minas busca nova atuação na conformação das regiões metropolitanas, resgatando uma estratégia efetiva de planejamento. Isso foi claramente mostrado nas várias áreas e resultados, independentemente de ser por meio da ciência e tecnologia, do meio ambiente, da inserção competitiva. Há uma preocupação da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tudo isso é coordenado por meio de um modelo de gestão com a preocupação do Grupo de Governança Metropolitana e, a partir de agora, com a criação do Conselho Deliberativo, que será instalado hoje. Também há a presença das diversas forças de governança no espaço metropolitano como indutor, regulador e articulador.

Ontem, foi claramente demonstrada a importância da inovação. Por meio de todo esse planejamento governamental, buscamos focar nossas estratégias nas regiões metropolitanas de Minas Gerais. Muito obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à apresentação de "slides".

#### Palavras do Secretário Dilzon Melo

Bom-dia. Prezado e dileto amigo Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa, hoje coordenando os trabalhos; colegas Márcio Lacerda, Renata Vilhena, José Carlos, que também prestam relevantes serviços ao Estado nas suas Pastas; Deputados Délio Malheiros, Bráulio Braz e Fábio Avelar; Deputados presentes; meus amigos, também responsáveis pela Sedru, Maria Coeli, Secretária Adjunta, Madalena e Rômulo Viegas; demais presentes; não pretendo fazer aqui uma exposição técnica, porque, ontem e hoje, certamente muitos o farão. Farei uma apresentação sucinta sobre o que a Sedru se propõe a fazer.

Agora há pouco, pensava sobre as palavras do Governador de que quer transformar Minas no melhor Estado para se viver. Elas fizeram com que todos os Secretários por ele escolhidos repensassem o processo de atuação, para que, cumprindo as estratégias ditas pela Secretária Renata Vilhena, que é a grande artífice da coordenação desse processo, chegássemos à agenda de resultados proposta no segundo choque de gestão. Às vezes, muitos Prefeitos não entendem o que isso significa, porque temos uma meta a atingir, uma pauta mensal de trabalhos, e certamente nem todos os objetivos serão alcançados num primeiro momento. Mas são fruto de uma interação entre as secretarias, que, como disse a Renata, procuram minimizar o custeio, sobrando assim recursos para os investimentos tão desejados pelos Prefeitos.

O meu papel, como Secretário da Sedru, torna-se um pouco mais fácil e um pouco mais difícil. Fácil, por ser um político de cinco mandatos, que conhece esta Casa bastante bem, e difícil, por entender o sofrimento e as necessidades dos Municípios, dos Prefeitos que procuram a Sedru numa nova fase de abertura, de parceria, para que os Municípios tenham condições de alcançar os seus objetivos. Sempre brinco com os Prefeitos dizendo que acabou aquele tempo de o político ser procurado para conseguir recursos, servir de elo de ligação. Esse momento já se foi. Os políticos são importantes como parceiros eternos na busca desses recursos, mas, se os Prefeitos não estiverem organizados, com projetos prontos, certos do que querem, é bobagem vir a Belo Horizonte. Se vêm a Belo Horizonte, é para trazer divisas e não para levá-las para os seus Municípios.

A Sedru tem uma competência bem grande, não somente definida pela Lei Delegada nº 119, de fevereiro deste ano, quando foi criada a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, tão bem dirigida pela Madalena. Gosto de divulgar e até dizer que sou um fervoroso adepto do Governador Aécio Neves pela sua ousadia. Não preciso falar da sua inteligência, mas quero falar da sua ousadia. Muitos Governadores já passaram, mas nenhum deles tomou a decisão política de querer fazer, de querer criar e instalar esse fórum da Região Metropolitana e, conseqüentemente, a sua agência reguladora. Então, é uma decisão política o querer fazer. E esse querer fazer tornou-se para nós uma obsessão e uma determinação. Queremos todos os Secretários trabalhando continuamente, integrados, para que o resultado se produza. É lógico que muitos percalços virão; muitos desafios ainda estão por ser vencidos. Mas a Sedru será a eterna parceira daqui para frente, porque o Estado não abre mão da sua ação fiscalizadora nesse processo, para que dê resultado. Plagiando o Governador Hélio Garcia, digo: "Daqui para frente há que se ter juízo, menino!". Quando vemos que 34 Prefeitos terão que se assentar numa mesa e achar um consenso para uma decisão comum a todos, que traga benefício para todos e, às vezes, até prejuízo para alguns, há que se ter juízo.

A Sedru, como responsável pelo desenvolvimento regional e pela política urbana, tem essa ação integrada com os Municípios, porque, afeto a ela, está a regulação do solo e a expansão urbana. Isso é entrar na vida de todo cidadão mineiro. São 853 Municípios trabalhando com um só objetivo, que é o de fazer o desenvolvimento de cada Município. Então essa lei delegada criou também uma perspectiva de uma gestão diferenciada, e os Prefeitos que querem realmente terão que aprender com o Governador Aécio Neves a fazer as coisas diferentes, a trabalhar de modo diferenciado, até para conseguir a sua reeleição ou eleger o seu candidato. Não se pode ficar naquela mesmice do discurso de que se consegue mais alguma coisa vindo a Belo Horizonte e sendo apenas partidário do Governador ou seu correligionário. Isso não basta.

É preciso ter os pés no chão, escolher uma boa equipe e trabalhar de forma integrada com a Sedru. Temos feito uma parceria, como já disse, com todos os órgãos do Estado, secretarias, principalmente com a Secretaria do nosso colega José Carlos Carvalho, Semad, com a Sede, do Márcio Lacerda, e com a Polícia Militar, para que o Estado possa efetivamente cumprir sua ação fiscalizadora nesse processo. Não vou cansar de dizer que os desafios são grandes e constantes e é necessário caminharmos sempre de mãos dadas, para nos completar.

A Sedru instituiu, por determinação do Governador Aécio Neves, um comitê de projetos, para que possamos ir ao encontro das pretensões dos Prefeitos. Temos contado incansavelmente com a ajuda do meu amigo "Bira", da Granbel, e do Celso, da AMM, para atingirmos esses objetivos, porque certamente essa é a maior dificuldade que os Prefeitos têm. Quanto menor a cidade, maior a dificuldade, porque a equipe é incompleta e faltam recursos para contratações. Estamos pensando em soluções não só para a Região Metropolitana. O nosso desafio é ainda maior. Para a Região Metropolitana, talvez o núcleo de excelência na Sedru possa resolver o problema, porque são 34 Municípios. Mas, quando se fala de um Estado com 853 Municípios, não há que se ter outro contorno e outra visão desses problemas.

Estamos pensando em um projeto com a AMM, que apresentaremos ao Prof. Anastasia, à Seplag e ao Governador, sobre revitalização das associações microrregionais. Entendemos que ali serão solucionados os problemas das cidades menores, que têm de se agregar a uma associação para que possam revitalizar-se. É um projeto que está em andamento. Certamente será colocado em prática, tão logo possamos obter os recursos necessários. Já temos um pré-compromisso da bancada mineira para fazê-lo, por meio de uma emenda de bancada. Queremos, por meio do Estado e em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, instituir mais esse instrumento para ajudar os Prefeitos. A Sedru está trabalhando também para elaborar um plano diretor único da Região Metropolitana. As 34 leis existentes têm de ser

integradas em uma só, dando uma visão universal de Região Metropolitana, para não ficarmos divagando nas leis existentes. Todos sabem que, à medida que se integram na Região Metropolitana, o Prefeito, de certa forma, abre mão de algumas prerrogativas que tem, como o uso e a ocupação do solo, a fiscalização dos equipamentos públicos à margem de trechos de corredores viários, etc. A Sedru está atenta e trabalhando para dirimir esses conflitos territoriais, mas não é fácil.

O Estado de Minas ficou muito tempo alheio aos processos de desenvolvimento global e nacional. Perdemos politicamente também nossa força em obter recursos em Brasília. Não faz muito tempo, retomamos esse potencial. Há muito tempo não se ouve falar em um desenvolvimento tão audacioso como o que se dá ultimamente. Começamos peloanel viário do vetor norte, obra do governo federal, a qual certamente, influirá em muitos Municípios.

Temos a Linha Verde, que também trará um grande progresso no vetor norte. O Governador propôs a construção do centro administrativo, previsto para ficar pronto até o final de 2009. Então, vocês avaliem o desenvolvimento que haverá nessa área e a atenção dobrada que os órgãos precisam ter, para que não haja mais aquele descontrole de desenvolvimento, aquele crescimento desordenado, propenso à favelização em tantos Municípios, como Ribeirão das Neves e Ibirité, conforme afirmou o Deputado Dinis Pinheiro, onde seu irmão é Prefeito, e em outras cidades que pagam um alto preço por estarem próximas a Belo Horizonte. Essa é a preocupação da Sedru. Na cidade de Confins, por exemplo, ainda uma cidade nova, jovem, sem as mazelas e os defeitos da administração pública, há um projeto piloto para que se construa uma cidade modelo com todas as precauções e preocupações das outras cidades. Tudo isso deve ser acompanhado de uma forte ação fiscalizadora, e é o que faremos, por meio da Sedru.

Também estamos elaborando um plano de regulação fundiária, que não ficará afeto somente à cidade de Vespasiano, que foi a primeira, mas certamente a toda a Região Metropolitana. É um plano diretor auto-sustentável, que será também um plano de desenvolvimento para cada Município. O apoio da Sedru e das outras secretarias será fundamental para que os Prefeitos não percam mais tempo na elaboração desses projetos. Então, estamos aqui mais uma vez convocando todas as Prefeituras, principalmente as da Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma vez que há também uma na região do Vale do Aço, composta por quatro cidades. Queremos fazer um trabalho de modo que os Prefeitos não percam o tempo que têm perdido até agora. Temos recebido Prefeitos buscando recursos simplesmente com ofício na mão, esquecendo que sua cidade, antes disso, deveria ter um plano diretor totalmente atualizado, que defina os destinos dela. Esse crescimento desordenado é fruto de uma compilação mal-feita desses planos diretores, em que às vezes os Prefeitos buscam recursos sem saber o que querem. A palavra de ordem é parceria, e, para tal, disponibilizamos todos os instrumentos do Estado por meio de todas as suas secretarias, para sermos parceiros dos Prefeitos e da Região Metropolitana. Orgulha-nos muito, depois de 20 anos de desafio, implementarmos a Região Metropolitana, fruto de um trabalho incansável desta Casa, como já foi dito na abertura, um projeto do Deputado Roberto Carvalho com a parceria de todos os Deputados, porque toda a temática foi incansavelmente debatida, para que se chegasse a essa solução. Gratifica-nos muito ver a Sedru, após sete ou oito meses de trabalho, juntamente com a Coeli, a Madalena e o Rômulo, vencer a etapa de tirar do papel, do virtual, a instalação desse fórum metropolitano. Há de se ter muito trabalho, mesmo porque sou daqueles que acreditam que tudo tem valor, quando se tem trabalho. Quando tudo vem muito fácil, sai muito fácil. Então, os Prefeitos que querem, que são ousados, que têm a consciência de que ser Prefeito é uma grande missão, encontrarão na Sedru a parceira para vencer esses desafios. Colocando a Sedru à disposição, dizemos que outras metas serão estabelecidas daqui para a frente dentro desse acordo de resultados.

Esperamos que as eleições do ano que vem transcorram na maior normalidade, tendo em vista sempre a competência de quem está à frente. Como político há 20 anos, ex-Prefeito de Varginha, fico muito entusiasmado com a posição de político. Honra-me ser político, estar político, com a consciência de que às vezes temos de abdicar dos interesses pessoais e colocar os do Município acima de nossas pretensões.

Hoje o futuro está lançado para aqueles que são ousados, mas também preparados. Vemos muitos Municípios passando as maiores agruras por falta de compromisso administrativo. Não direi por incompetência, mas pela falta de compromisso. Não será falha do Estado que eles não obtenham êxito.

Que tudo transcorra bem. Parablenizo a organização dessa conferência realizada pela Assembléia Legislativa, grande parceira, pela Coeli, pela Madalena e pelos funcionários da Sedru. É isso que nos gratifica estar à frente de uma Secretaria. Digo que, de mãos dadas, podemos construir um Estado melhor para se viver. E agora está nas mãos de vocês o desafio de construir também uma cidade melhor para se viver.

Sabemos das dificuldades dos Prefeitos, dos Presidentes de Câmaras e dos membros do poder público, em razão de suas atribuições, mas quero alertá-los que teremos neste local, às 16h30min, a posse dos membros do Conselho. Desde já, peço que permaneçam aqui, para que a posse solene ocorra no horário previsto, com o lançamento da Frente Parlamentar da Região Metropolitana. Ontem os trabalhos se estenderam, e seria bom, mesmo que se estendam novamente hoje, que estivessem aqui às 16h30min, para que possamos dar mais um passo na institucionalização da Frente, principalmente do Fórum da Região Metropolitana. Sacrifiquem-se mais um pouquinho, Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Câmaras Municipais, a fim de que continuem aqui à tarde, para que possamos solenemente realizar a cerimônia de posse e dar um passo concreto na instalação da Região Metropolitana. Estendo o apelo, é claro, aos Secretários de Estado, aos Deputados convocados e a todos os que diretamente fazem parte do Conselho.

Palavras do Secretário José Carlos Carvalho

Cumprimento o Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário desta Casa e coordenador da Mesa, na pessoa do qual saúdo os demais Deputados Estaduais que compõem a Mesa e os que se encontram aqui no Plenário, em grande número, principalmente os da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que contribuem com sensibilidade e experiência para a realização dos debates, que se iniciaram ontem. Saúdo os meus colegas de secretariado na pessoa da Secretária de Planejamento e Gestão, Dra. Renata Vilhena, meus colegas da Secretaria de Meio Ambiente, do sistema estadual de meio ambiente presentes, da Semad, da Feam, do IEF, do Igam, e todos os demais participantes.

A exposição que gostaria de fazer ficou, de certa forma, facilitada em razão da exposição da Secretária Renata e do Secretário Dilzon. A Secretária Renata teve a oportunidade de contextualizar o planejamento estratégico do governo de Minas e a sua inserção na Região Metropolitana, abordando os aspectos ambientais do planejamento estratégico, sintetizados no PMDI, em análise nesta Casa. Da mesma forma, o Deputado Dilzon Melo, com a sua experiência, mencionou o papel das Prefeituras, principalmente situando a importância dos agentes políticos locais na construção desse processo. Gostaria de combinar essas exposições para mencionar a importância dessa nossa reunião e da iniciativa de dar um tratamento institucional adequado à gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os dramas vividos pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, idênticos aos das demais metrópoles e megalópoles do Brasil, ocorrem, em grande parte, em razão de um processo de urbanização extremamente caótico da sociedade brasileira num espaço de tempo relativamente muito curto. O Brasil, em seis décadas, deixou de ser uma sociedade eminentemente rural, invertendo a sua concentração demográfica. Passamos de 80% no meio rural para 80% no meio urbano, em 60 anos, em seis décadas, realizando aquilo que a Europa levou praticamente dois séculos para fazer. Essa é uma das questões cruciais que enfrentamos.

A urbanização rápida, desenfreada, desacompanhada dos investimentos públicos em equipamentos urbanos que oferecessem respostas adequadas aos problemas advindos da urbanização, acabou promovendo, em várias situações, um caos urbano, rigorosamente associado à desordem ambiental.

Essa é a primeira consideração fundamental que gostaríamos de fazer para contextualizar as relações entre o urbano e o meio ambiente, razão por que as medidas, já anunciadas pela Secretária Renata, deram origem ao Decreto nº 44.500, que trata da governança ambiental e urbanística. Nesse processo de integração, também mencionado pelo Secretário Dilzon, queremos tratar essas questões de maneira integrada, na medida em que reconhecemos que o caos urbano das nossas cidades está direta e rigorosamente associado à desordem do meio ambiente.

Essas questões não precisam ser explicitadas. Todos que aqui estão, por sua experiência, militância e participação, têm claro conhecimento delas. Em razão disso, dois dos principais problemas ambientais do Brasil estão na área urbana e relacionados com a disposição final do lixo e com o lançamento de esgoto sanitário "in natura" em nossos rios. Essa é uma realidade tragicamente brasileira. Ainda hoje, não conseguimos equacionar, de maneira satisfatória, a coleta e a disposição do lixo. Vale dizer que, em Minas, mais de 500 Municípios ainda dispõem o seu lixo em lixões a céu aberto. Da mesma forma, até recentemente, ostentávamos um dos piores índices de tratamento de esgoto de todos os Estados brasileiros. Aliás, entre as tantas boas conquistas do governo Aécio Neves, se tivesse de destacar uma, por sua importância, destacaria o grande investimento feito na área de saneamento ambiental, depois da recuperação da Copasa, o que permitiu ao Estado dar um salto de qualidade extraordinário, em curto espaço de tempo, em relação a essas questões.

Mas é preciso considerar também - todos aqui têm clara percepção disso - que, pelas características socioeconômicas da sociedade brasileira, os problemas ambientais e urbanos decorrentes do processo de urbanização estão desigualmente distribuídos, do ponto de vista espacial. Temos uma situação de vulnerabilidade de uma parcela extraordinariamente grande da população. E os problemas ambientais estão exatamente onde estão essas populações. De certa forma, não temos problemas dessa envergadura nos bairros de classe média, mas, ainda hoje, por força da expansão desordenada e caótica do ambiente urbano brasileiro, uma boa parcela da população mora em áreas de risco geológico e em fundos de vales inundados. Trata-se do que, na ausência do planejamento urbano, o Brasil fez de pior em relação a esse processo.

Essas questões têm de ser capturadas por este fórum, por este processo da Assembléia Metropolitana, para que possamos criar condições objetivas para o enfrentamento do problema.

Não podemos deixar de fazer uma autocrítica. Ao longo dessas duas décadas, a política pública ambiental - relativamente recente, instituída pela Lei nº 26.938, de 1981 - não desenvolveu mecanismos adequados de gestão ambiental do território. Outro grande esforço que o governo de Minas faz, nesse momento, é o zoneamento ecológico e econômico, que cria instrumentos para fazer a gestão ambiental do território.

A política ambiental brasileira tradicionalmente enfocou o controle das fontes poluidoras. Logo, nosso papel é o de tratá-las separadamente. Estas são obrigadas a pedir o licenciamento ambiental, porque, ao longo dessas duas décadas, praticamente aplicamos apenas um dos cinco grandes instrumentos constantes na política ambiental brasileira. Essa é a diferença feita por Minas no governo Aécio Neves. Ao não aplicar os demais - entre eles a avaliação ambiental estratégica e o zoneamento ecológico econômico, instrumento vital para criar as condições da gestão ambiental do espaço territorial, respondendo adequadamente ao processo de expansão urbana -, perdemos muito a possibilidade de fazer um trabalho adequado e integrado.

Ao falarmos de meio ambiente urbano, nossa preocupação não se situa apenas na qualidade do ar, da água e dos solos. Há uma interação de problemas que promovem impactos sinérgicos quando se combinam. Uma das questões, que certamente será debatida, dada sua relação com o meio ambiente, é o transporte. Ainda hoje, porque estamos incorporando essa preocupação, alguns setores da sociedade ou do próprio governo se surpreendem com algumas exigências da área de meio ambiente. Quando estávamos licenciando o Anel Rodoviário, deixou de ser uma preocupação para nós o impacto ambiental direto da obra de engenharia, do talude, do tamanho do aterro, da terra que ligará, porque a questão crucial, que não era capturada no processo de gestão ambiental desses empreendimentos, é o impacto que trará na ocupação do território. Isso deve ser tratado agora. É o que estamos fazendo na articulação da Sedru com a Secretaria de Meio Ambiente e com a coordenação da Seplag. Hoje, quando abrimos um eixo viário, o menos importante para nós, embora deva ser avaliado - além do impacto local dos aterros, cortes, lançamento de terras e área de preservação permanente -, é o impacto que os empreendimentos necessariamente causam na expansão do território, reforçando vetores existentes ou criando novos, que irão organizar a ocupação do território.

O setor em que a política de meio ambiente mais avançou no Brasil foi no controle da poluição das fontes móveis, principalmente da poluição de veículos automotores. Hoje, temos padrões de Primeiro Mundo, praticamente equivalentes aos da Europa e dos Estados Unidos. Um veículo que sai de fábrica, por exemplo, emite de 0,7 a 0,8 miligrama de material particulado por quilômetro rodado. Um veículo com 20 anos de uso emite 30 vezes mais. Isso dá para ter uma idéia da evolução. Um veículo com mais de 20 anos de uso emite aproximadamente 25 miligramas por quilômetro rodado. Ao fazermos esse esforço, conseguimos o avanço no que a política de meio ambiente sem integração com as demais pode fazer. Isso não significa que a emissão de material particulado ou de monóxido de carbono diminuiu em termos absolutos nas cidades, porque há uma reconhecida deficiência do transporte coletivo, que obriga as pessoas a usarem o transporte individual. Isso tem tudo a ver com o meio ambiente, pois tem relação com as emissões. Estamos em plena era do aquecimento global. Hoje, o tema está em discussão pela sociedade em todo o planeta. Essas questões têm relação com o meio ambiente e só vamos considerá-las de maneira adequada se trabalharmos com o governo de Minas, os Municípios da Região Metropolitana e a sociedade estão fazendo.

Devemos dar ênfase à gestão ambiental do território para, nesse contexto, estabelecer as avaliações dos impactos cumulativos e sinérgicos que provocarão eventual degradação do meio ambiente, o que seguramente permitirá um salto de qualidade na gestão pública da Região Metropolitana.

Desejo ainda aproveitar o tempo que tenho para retomar as palavras e a exposição da Sra. Renata, a fim de explicitar um pouco as iniciativas que o governo de Minas realiza na Região Metropolitana, em articulação com os Municípios. Há ainda o Decreto nº 44.500, já mencionado aqui, uma ferramenta extraordinária que revela essa nova preocupação e a abordagem que o governo do Estado deseja fazer dessas questões. Quando estávamos no auge da discussão dos impactos ambientais dos principais empreendimentos do vetor norte, a grande discussão, até pelo vício de origem da gestão ambiental muito focada na fonte, era o licenciamento ambiental "per si" de cada um dos empreendimentos. Por exemplo, o licenciamento do aeroporto, da Linha Verde e do anel. Foi perdida de vista essa perspectiva integradora da gestão do território.

Naquele momento, em uma articulação nossa com a Sedru coordenada pela Seplag, caminhamos para uma proposta que deu origem a esse decreto. Ainda que considerada tímida, ela foi um passo vital para que a gestão pública se integrasse nos termos dessas novas concepções que mencionamos aqui. Por quê? Porque ela estabelece uma governança ambiental e urbanística e determina uma ação integrada nas diversas esferas de governo para realizar um trabalho também integrado. Aliás, essa é uma das conquistas fundamentais, talvez uma matriz das principais conquistas do governo Aécio Neves, ou seja, a recuperação do planejamento como instrumento de gestão pública, uma coisa que lamentavelmente no Brasil desapareceu e ficou ausente. Ao recuperar e restaurar o planejamento como instrumento vital da gestão pública, criamos os mecanismos e as condições necessárias para que o governo atue de maneira integrada.

Já naquele momento, quando discutíamos com as principais lideranças da sociedade civil e das entidades de classe do setor privado as medidas relativas ao licenciamento ambiental desse empreendimento, conversávamos claramente a respeito dessa nova perspectiva. Esta deu origem ao Decreto nº 44.500, para oferecer respostas de ocupação territorial que vão além do licenciamento de cada um dos empreendimentos, isoladamente e em relação àquilo que precisa ser feito. Há uma questão a qual não podemos perder de vista em Minas Gerais. A nossa Região Metropolitana é de longe mesmo, comparada com as demais do Brasil, a que detém o maior índice de área verde remanescente. Esta, seguramente, é uma das maiores vantagens comparativas que temos em Minas, e não podemos permitir que a manutenção desse modelo de caos urbano possa jogar no lixo essa extraordinária vantagem comparativa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que determinará a nossa qualidade de vida hoje e no futuro. É disso que tratamos, quando falamos dessas questões, e é por isso que, no âmbito do Decreto nº

44.500, trabalhamos intensamente para definir uma rede de áreas protegidas na Região Metropolitana. Desejamos assegurar que essas áreas verdes de maior expressão para a proteção da biodiversidade, por suas características paisagísticas ou de proteção de mananciais de água, possam ser mantidas e conservadas hoje e no futuro.

Estabelecemos o plano de saneamento do Ribeirão da Mata como a nossa segunda grande prioridade. Com a construção das ETEs do Arrudas e do Onça, Belo Horizonte é a única capital brasileira que tem capacidade para tratar 100% do esgoto e ainda não o faz porque há muitos investimentos a serem feitos na coleta e na interceptação. Isso acontece principalmente nos fundos de vales inundáveis, para onde mandamos os nossos compatriotas pobres e que exigem grandes investimentos de remoção e de reassentamento das famílias para atingirmos o patamar de 100% do nosso esgoto tratado. Aliás, já conta com capacidade plenamente construída para tratar 100% do esgoto do Arrudas e do Onça.

O Ribeirão da Mata é o segundo ribeirão que mais polui o Rio das Velhas, razão pela qual está entre as preocupações do governo. Teremos uma rede de áreas protegidas. Implantaremos a política de saneamento ambiental do Ribeirão da Mata. Estamos enfatizando a meta 2.010, mencionada pela Sra. Renata, de despoluição do Rio das Velhas. Eis uma questão emblemática para Minas Gerais e para o Brasil: em oito anos de governo, o rio mais poluído do Estado foi transformado em rio de classe II, que, na linguagem técnica, significa rio em condições de nado e de pesca.

Já temos uma articulação dimensionada para 2008. É fundamental registrar o crédito que envolve uma ação extraordinariamente combinada entre o governo, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Prefeitura de Contagem, o que significa inversões de mais de R\$1.000.000.000,00 em 2008 para avançarmos nessas metas.

Outras ações estão em curso. O plano de gestão de resíduos da Região Metropolitana é uma prioridade nesse contexto para apoiar as Prefeituras em soluções adequadas de disposição. E não apenas as Prefeituras, mas também a atividade industrial, pois, além do resíduo doméstico, queremos dar a melhor solução para os resíduos industriais das atividades econômicas localizadas na Região Metropolitana.

Uma preocupação adicional própria e única de Minas Gerais é a região cárstica de Lagoa Santa, onde foi descoberto o homem americano. Lund é mais conhecido no exterior do que em Minas Gerais e fez um dos mais belos trabalhos na área de antropologia. Não podemos ignorar que isso esteja ao nosso lado. Então, é fundamental completar um pouco desse esforço que mencionamos aqui, o grande trabalho para a proteção do complexo arqueológico e paleontológico da região cárstica de Lagoa Santa. Queremos assegurar a expansão urbana necessária aos moradores da região metropolitana para permitir a instalação das atividades econômicas necessárias à geração de renda e de emprego da comunidade metropolitana, mas queremos que isso ocorra sem prejuízo do meio ambiente e da qualidade ambiental. Atualmente qualquer prejuízo da qualidade ambiental trará prejuízo da qualidade de vida para todos nós no futuro. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Márcio Araújo de Lacerda

Exmo. Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário da Casa e Presidente dos trabalhos, na pessoa de quem cumprimento as Deputadas e os Deputados presentes, a Secretária Renata Vilhena, os colegas Secretários, as Prefeitas, os Prefeitos, as Vereadoras, os Vereadores, meus colegas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e os demais presentes.

Em primeiro lugar, parabeno a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais pela promoção desta conferência, que reúne todos os segmentos, com o objetivo de implementar o arranjo institucional da Região Metropolitana e de proceder à eleição e à posse dos representantes da sociedade civil dos 34 Municípios que a integram.

Até o momento, ouvimos apresentações de alta valia dos colegas Secretários. A Secretária Renata Vilhena mostrou uma estratégia de governo estruturada num modelo de planejamento que é elogiado e imitado em todo o País. Devo dizer, senhoras e senhores, que esse modelo tem uma especificidade muito interessante, que, infelizmente, é percebida por poucos.

Inúmeros empresários têm procurado o Estado de Minas Gerais para investir e batido à porta de nossa Secretaria e do Indi, demonstrando, assim, que sua decisão de investir em Minas Gerais tem a ver com a existência de um modelo de gestão com características empresariais, um modelo moderno, transparente, sem agendas ocultas, que os empresários apreciam muito. Eles percebem a mobilização absolutamente solidária entre a Secretaria e seus órgãos, o que cria condições bastante sólidas para seu investimento prosperar.

Cumprimento o Secretário Dilzon Melo, que, com sua larga experiência parlamentar, mostrou claramente o papel de sua Secretaria e a melhor forma de se estabelecer uma relação técnica de alto nível entre a Prefeitura e o Estado.

O Secretário José Carlos falou, com muita propriedade, da origem histórica de nosso caos urbano e de suas conseqüências na desordem ambiental. Com sua paixão pela natureza, fundada em bases técnicas, mostrou-nos a importância da gestão ambiental com a nova abordagem de gestão do território.

Quando, há quatro meses, fui convidado pelo Governador Aécio Neves para dar continuidade ao brilhante trabalho do meu antecessor Wilson Brumer, entendi a importância e, ao mesmo tempo, a dificuldade da tarefa, mas me mostrei animado por saber da possibilidade de um trabalho de equipe.

Na vida de empresário, o pouco sucesso que consegui foi fundado na capacidade de compreender a complementaridade positiva e sinérgica possível entre as diferentes capacidades de homens e mulheres.

Nossa Secretaria tem uma tarefa complexa, que só é possível pela interação sadia e voltada para o futuro entre os diversos entes governamentais. Ela surgiu da fusão da antiga Secretaria de Indústria e Comércio com a de Mineração e Energia. Portanto, a possibilidade de formular e coordenar a política estadual de desenvolvimento econômico e de elaborar planos e programas, observando-se as diretrizes gerais de governo, naturalmente só é possível com uma interação muito forte e proativa.

A Secretária mostrou rapidamente o PMDI, que é um instrumento de governo complexo, mas muito claro, até porque desenvolvimento é uma matéria complexa.

Vou mostrar rapidamente quais os órgãos da nossa secretaria. São os seguintes: Indústria, Comércio e Serviços, Desenvolvimento Metalúrgico, Política Energética e Desenvolvimento Mineral, Assuntos Internacionais, que tem também uma área de coordenação e apoio aos assuntos relativos a parceria público-privada, e os órgãos vinculados, como BDMG, Cemig, Gasmig, Codemig, Indi e Junta Comercial. Muitas pessoas podem perguntar por que a Junta Comercial. Todos sabem a importância dela na agilização do trabalho do empresário. Temos orgulho de participar, chefiados pela colega Renata, de um programa estruturador chamado Descomplicar, em que a relação empresário-Estado está sob nossa responsabilidade. Temos o programa Minas Fácil na Junta Comercial. O mineiro, com sua tradicional timidez, não costuma prostrar seus êxitos, mas temos a melhor junta comercial do país. Queria que os senhores adicionassem à auto-estima recuperada essa informação. Além de termos a melhor companhia de saneamento, a melhor companhia de energia, temos a melhor junta comercial do País.

Todos sabem que, desde os anos 30 até o início dos anos 60, a Região Metropolitana de Belo Horizonte tinha apenas importância mediana no contexto do desenvolvimento brasileiro. A base exportadora era minerometalúrgica. Ela era apenas a 5ª região metropolitana do País. A partir dos anos 70, houve um amplo processo de desconcentração regional no Brasil, sustentado pelo gasto estatal, pela expansão da fronteira de recursos naturais, pelos incentivos fiscais e pelo aumento dos custos urbanos. No início dos anos 80, com a crise definitiva do antigo modelo brasileiro de desenvolvimento, o componente do gasto estatal deixa de existir enquanto propulsor do desenvolvimento, especialmente do regional. A globalização ampliou o papel estratégico da Região Metropolitana de Belo Horizonte para a economia mineira. Trata-se de um elo privilegiado para a inclusão estadual nos fluxos globalizados. A Região Metropolitana dispõe das vantagens locais convencionais. A qualidade e o custo médio de vida são atraentes em comparação com outras áreas metropolitanas brasileiras, e a oferta de equipamentos de educação, lazer e saúde é razoável para os extratos de renda média em contraposição com outras alternativas metropolitanas. O governo de Minas reconhece o papel estratégico da RMBH para o desenvolvimento sustentável de longo prazo, mas define também a necessidade de desenvolver rede-cidades, pólos regionais, capazes de gerar economias, aglomerações e dinamismo em seu entorno.

A construção do desenvolvimento econômico pode ser resumida na necessidade de infra-estrutura. Todos sabem como a infra-estrutura é impulsionadora de investimentos. Temos como exemplos a Expominas, construída neste governo, e a própria Linha Verde, mas temos ainda muito a fazer em saneamento. Quanto à área de telecomunicações, estamos bem atendidos, apesar da ausência da banda larga em algumas regiões. Temos, no que se refere às rodovias, algum avanço. O governo federal pretende concessionar todas as rodovias federais do Estado de Minas nos próximos 360 dias.

A construção do Anel Norte dará um grande desafogo à RMBH. Temos problemas com ferrovias. A transposição de Belo Horizonte pela Ferrovia Centro-Atlântica está em estudos pela Vale do Rio Doce. Temos a oportunidade de trazer a Ferrovia do Aço, que está próxima de Itabirito, até General Carneiro. Na área da aviação, todos conhecem o esforço do governo do Estado para dar ao Aeroporto de Confins a dimensão necessária e possível.

Os indicadores sociais estão bem trabalhados no PMDI. Quanto aos recursos naturais, preocupa a todos o futuro esgotamento do minério de ferro e suas consequências danosas, caso alternativas econômicas não sejam construídas em médio e longo prazos. Naturalmente, a questão dos recursos naturais precisa ser acompanhada de um esforço de preservação, muito bem aqui relatado pelo Secretário José Carlos.

O papel principal da nossa Secretaria é incentivar a geração de emprego e renda. O nosso principal vetor, além de olhar a infra-estrutura de forma articulada e apoiar os esforços de melhoria dos indicadores sociais, é a atração de investimentos estratégicos e a valorização das cadeias produtivas.

Citarei rapidamente os nossos projetos estruturadores, que estão no âmbito do PMDI. Temos a responsabilidade de promoção e atração de investimentos, desenvolvimento de cadeias produtivas e empresas âncoras; inserção competitiva das empresas mineiras no mercado internacional; promoção de investimentos e inserção regional das áreas menos desenvolvidas do Estado, nas regiões Norte e Nordeste; parcerias para provisão de serviços de interesse público.

Temos, a cargo da Codemig, a construção do Centro Administrativo, que não usará recursos do Tesouro Estadual. Temos o Cresce Minas, programa de eletrificação de alto impacto da Cemig, e a oferta de gás natural. O Luz para Todos também é um projeto estruturador do sistema de desenvolvimento.

Em termos do impacto visível, a principal ação da nossa Secretaria tem sido o Vetor Norte. Algumas ações foram citadas, outras estão em planejamento, como a criação de um distrito industrial de médio para largo porte em Vespasiano. É preciso lembrar - ontem a Secretária Coeli me fez essa lembrança - que devemos pensar também nos Vetores Oeste, Leste e Sul.

Como alguns Prefeitos sabem, estamos trabalhando em parceria com a Setop e discutindo com as grandes empresas da região, como a Fiat e a Petrobras, e as Prefeituras de Ibirité, Contagem e Betim a revisão do sistema logístico daquela área, permitindo, entre outras coisas, a ligação da Av. Amazonas com a BR-381, passando por trás de todo aquele complexo. Será um projeto com parceria público-privada.

Não mostrarei os investimentos públicos e privados, pela exigüidade do tempo. É papel da nossa Secretaria, além da atração, o acompanhamento dos investimentos de médio e grande porte. No Estado, foram programados, até 2014, R\$120.000.000.000,00, dos quais um pouco menos de R\$20.000.000.000,00 foram programados para a RMBH.

Finalizo dizendo que todos estamos engajados nesse processo de cooperação franca, participativa e transparente, a fim de transformarmos a nossa Região Metropolitana em um modelo de gestão por excelência, visando à redução das desigualdades econômicas e sociais. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Parabenizamos os Secretários pela valorosa contribuição e demonstramos o nosso contentamento pela sabedoria e capacidade administrativa com que conduzem suas respectivas Secretarias, que também parabenizo pelo trabalho que realizam. Tive oportunidade de observar algumas ações voltadas para o combate à desigualdade social. Digo isso com muita satisfação, porque temos de transformar a realidade daqueles que verdadeiramente precisam do nosso apoio e da solidariedade do poder público. Como o Governador Aécio Neves que, com muita altivez e sabedoria, implantou uma Secretaria voltada para os mais pobres, para o Norte de Minas e para o Jequitinhonha, ou seja, para os que verdadeiramente necessitam do nosso apoio, assinalo que todos nós, irmanados, com muita harmonia, poderemos, com muita profundidade e mais intensidade, promover políticas públicas que implementem a desconcentração de renda e reduzam a desigualdade social, para que os moradores da Região Metropolitana tenham uma vida melhor e mais fraterna. Podemos identificar um cenário de muita dificuldade e pobreza no Norte de Minas e no Jequitinhonha, mas, na Região Metropolitana, verificamos também alguns cenários de grandes dificuldades e percalços.

Estão presentes os Prefeitos de Baldim e de Esmeraldas, o Vice-Prefeito de Ibirité e os representantes de Raposos e de Caeté, cidades muito pobres, que precisam contar com o nosso apoio para que a distribuição de recursos seja mais justa e humana. Digo isso com muita ênfase porque, a cada ano, a diferença entre as cidades ricas e as pobres acentuam-se, pois o crescimento econômico das primeiras é muito acima da média do Estado. Isso provoca esse sistema injusto que enfrentamos.

Parabenizo o Governador Aécio Neves pelas fortes ações que tem desenvolvido nesse sentido e os Secretários que aqui compareceram com sabedoria, mente iluminada e brilhantismo. Espero que esta conferência realmente possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais humana e mais fraterna para o povo de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. Agradeço a presença dos Secretários, Prefeitos, lideranças e dos representantes da sociedade.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a todos a honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/8/2007

Presidência dos Deputados Doutor Viana e João Leite

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Apresentação dos resultados dos encontros temáticos - 2º Painel: Composição da Mesa - Lançamento de Frente Parlamentar - Posse do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano - Entrega de mensagem - Assinatura de decreto - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Destina-se esta parte da reunião à realização da 1ª Conferência Metropolitana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o lançamento da Frente Parlamentar Mineira em prol da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a posse do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, a assinatura do decreto de criação e regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e a entrega do projeto de lei complementar de criação da Agência Metropolitana.

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; a Exma. Sra. Maria Madalena Franco Garcia, Subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; e os Exmos. Srs. Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Ubiraci Prata Lima, Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel – e Prefeito Municipal de Itaguara.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença do Vereador Tarcísio Caixeta, representando o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Vereador Totó Teixeira.

Apresentação dos Resultados dos Encontros Temáticos

A Subsecretária Maria Madalena Franco Garcia - Boa-tarde. Na pessoa do Deputado João Leite, cumprimento os demais membros da Mesa e todos os presentes. Vou fazer uma rápida leitura e peço ao pessoal do apoio que faça a gentileza de projetá-la aqui. Tivemos uma discussão bastante calorosa e, se houvesse tempo para mais discussão, estaríamos até agora discutindo as questões relativas à política urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Como já disse, vou simplesmente fazer uma leitura do que foi apresentado, sem nenhuma análise, sem nenhuma crítica e sem nenhuma síntese das propostas apresentadas, porque, como os senhores poderão perceber, existem algumas propostas que se repetem. Em termos do número de proposições recebidas, ganhou disparado a questão do transporte urbano da Região Metropolitana e, em seguida, a questão da habitação. Isso demonstra que são esses os dois problemas críticos da nossa Região Metropolitana, ou seja, a questão do transporte metropolitano e sua integração com os demais tipos de transportes. Estou-me referindo tanto à integração física quanto à integração tarifária dos sistemas municipais com o sistema metropolitano e ainda com o metrô. Uma outra questão discutida diz respeito à necessidade de expansão da malha ferroviária, das linhas de metrô, para a nossa Região Metropolitana, de tal forma que ela venha a atender aos demais Municípios. Sobre a questão habitacional, as propostas giraram em torno da redução do déficit habitacional na nossa Região Metropolitana. Vou fazer uma rápida leitura, bem resumida, do que foi apresentado - repetindo -, sem nenhuma análise nem censura do que foi abordado pela nossa platéia, de forma bastante ampla. (-Lê):

"Propostas para a Política Urbana

Divulgação da Região Metropolitana

- 1 - Elaboração de um plano de comunicação e "marketing" para a conscientização e a mobilização popular.
- 2 - Criação de um "site" da Região Metropolitana.

Cultura

- 3 - Integração da política cultural à política metropolitana.
- 4 - Vinculação dos pólos de cultura ao transporte integrado nos fins de semana.

Legislação

- 5 - Revisão da composição da RMBH, conforme a Constituição Estadual, com a saída dos Municípios que não se ajustem ao conceito.
- 6- Apresentação de emenda popular que garanta a representatividade da sociedade para cada Município e a paridade no Conselho Metropolitano.

Sistema viário-transporte-tarifas

- 7 - Integração modal e tarifária dos sistemas de transporte municipais e metropolitano, com racionalização das redes, tendo o metrô como

elemento estruturador.

8 - Integração dos subsistemas de transporte.

9 - Priorização do transporte coletivo no espaço viário, especialmente nos corredores e nas áreas centrais dos Municípios.

10 - Subsídio ao transporte coletivo, com isenção dos impostos estaduais, visando à redução das tarifas.

11 - Garantia de transporte de massa para a população de Região Metropolitana e sua integração ao metrô.

12 - Recuperação das ferrovias e trens urbanos.

13 - Implantação das linhas 2 e 3 do metrô, a fim de desafogar o sistema viário, especialmente no hipercentro e no Vetor Norte.

14 - Implantação de política de transporte metropolitano integrado, acessível e subsidiado.

15 - Melhoria do transporte de massa da RMBH, com a criação de ramais do metrô e plataformas de transportes.

16 - Resolução do conflito entre a BHTRANS e o DER-MG.

17 - Priorização do interesse público nas políticas de transporte.

18 - Integrações tarifária e física do transporte coletivo.

19 - Implantação do cartão de transporte coletivo metropolitano com tarifa reduzida.

20 - Ampliação do transporte ferroviário do tipo metrô para outros Municípios da RMBH.

21 - Melhoria no sistema viário, principalmente nos grandes corredores de transporte, e maior eficiência no transporte público (atenção especial para Ribeirão das Neves e adjacências).

22 - Proteção da bacia de Vargem das Flores e região cárstica dos impactos negativos da ocupação e do uso do solo que possam advir da implantação do rodoanel.

23 - Maior rigor no licenciamento de pólos geradores de tráfego.

24 - Revitalização da malha ferroviária como meio de transporte de pessoas e cargas.

25 - Mobilidade urbana: transporte de qualidade e saneamento básico.

26 - Elaboração de um plano objetivo de "erradicação" de barreiras arquitetônicas e implementação de sistemas de acessibilidade.

#### Habitação

27 - Realização de outros encontros sobre habitação antes de se estabelecerem as macrodiretrizes.

28 - Melhor planejamento no assentamento de famílias de baixa renda, dividindo a demanda em localidades com infra-estrutura já existente, evitando a transferência do problema de um local para outro.

29 - Incentivo à ocupação dos lotes vagos já aprovados com financiamento habitacional para famílias com renda até cinco salários mínimos.

30 - Priorização e articulação da questão habitacional com as políticas de uso do solo, transporte, mobilidade e geração de emprego e renda, para a construção de uma região metropolitana socialmente justa.

31 - Integração da regularização fundiária e urbanística com as políticas habitacionais, como prioridades das políticas urbana e metropolitana.

32 - Construção, pelo governo do Estado, de pelo menos 10 mil habitações para pessoas de baixa renda.

33 - Garantia de acesso à habitação para os idosos, sem restrições com relação ao governo do Estado.

34 - Padronização das habitações construídas a nível geral de mais ou menos 46m<sup>2</sup>.

35 - Não aos conjuntos habitacionais, sim às unidades habitacionais integradas a bairros já existentes e estruturados.

36 - Viabilização do programa Lares de Minas para todos os Municípios da RMBH.

37 - Acompanhamento "pós-morar", para que se gere um sentimento de pertencimento.

38 - Elaboração de planos de habitação intersetoriais.

39 - Inserção no Plano Diretor de um plano setorial habitacional.

40 - Adequação dos projetos das unidades habitacionais ao tamanho das famílias.

41 - Criação de leis para destinação de fins sociais aos imóveis ociosos nos espaços urbanos.

42 - Incremento dos programas habitacionais, com maior empenho dos Municípios e dos governos estadual e federal.

43 - Construção, pelo governo do Estado, de 4 mil casas em Belo Horizonte, em conjunto com as entidades envolvidas com a população de baixa renda e moradia popular, como direito social.

44 - Revisão do conceito de unidade residencial unifamiliar (a célula habitacional) – planta e tipologia construtiva.

45 - Elaboração, pelo governo do Estado e Prefeituras da RMBH, de um plano para se chegar ao déficit zero de moradia.

#### Saneamento

46 - Fomento à reciclagem do lixo orgânico e inorgânico, criando oportunidades de geração de recursos.

47 - Construção de mais estações de tratamento de esgotos, interligando os Municípios da RMBH.

#### Vetor Norte

48 - Incorporação das atuais necessidades do Vetor Norte aos novos empreendimentos previstos.

49 - Incentivo ao desenvolvimento econômico ao longo da BR-040, com criação de um centro industrial.

#### Aplicação do Estatuto da Cidade

50 - Maior integração dos poderes municipal, estadual e federal na aplicação do Estatuto da Cidade, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e das leis ambientais.

51 - Uso sistemático do direito de preempção.

52 - Anuência e fiscalização dos loteamentos na RMBH.

53 - Democratização do processo de implantação dos planos diretores nos Municípios da RMBH, com participação da sociedade civil.

54 - Realização de fóruns em todos os Municípios para discutir o PMDI.

55 - Aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade na Região Metropolitana.

#### Fundo Metropolitano

56 - Implantação do Fundo Metropolitano.

57 - Orientação do Fundo Metropolitano segundo os princípios redistributivos.

58 - Realização de audiência com o Governador do Estado, após definido o grupo gestor do Fundo, para alocação de recursos em 2007.

#### Planejamento

59 - Capacitação dos Municípios para desenvolverem projetos.

60 - Promoção do planejamento familiar.

61 - Revisão das unidades de planejamento em função do comprometimento com a metropolização.

62 - Implementação de equipamentos institucionais no planejamento das políticas urbanas.

#### Plano Diretor

63 - Garantia, na compatibilização dos planos municipais do Vetor Norte, de que a região cárstica não seja ocupada ou parcelada antes de se identificarem sítios arqueológicos, espeleológicos e históricos existentes.

64 - Respeito à vulnerabilidade ambiental de cada Município nas áreas de expansão urbana, especialmente na questão da habitação popular.

65 - Elaboração do Plano Diretor Metropolitano com audiências públicas nos municípios da RMBH, fazendo-se participativamente as leituras comunitária e técnica.

66 - Adoção da sustentabilidade como eixo principal de todo planejamento, integrando as políticas.

67 - Elaboração do Plano Diretor Metropolitano em consonância com as diretrizes dos Planos Diretores municipais.

Foram essas as proposições do painel de Políticas Urbanas aqui realizado. Obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Subsecretário Ilmar Bastos Santos - Boa-tarde a todos e a todas; Deputado João Leite, Presidente desta reunião, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa; nosso grupo versou sobre a questão da gestão ambiental, e vou apenas ler, rapidamente, as proposições discutidas e aprovadas no âmbito desse grupo. As pessoas poderão acompanhar, pela exibição no PowerPoint, a leitura das proposições, que estão mais ou menos divididas em tópicos (- Lê):

#### "Propostas para Gestão Ambiental

##### Questão de caráter geral

1 - Inclusão da questão ambiental em todo processo de planejamento do desenvolvimento socioeconômico.

##### Áreas de conservação-proteção

2 - Aumento das áreas de proteção integral.

3 - Criação de áreas de conservação.

4 - Regulamentação da APA Vargem das Flores, em Contagem.

5 - Recuperação de matas ciliares e outras APPs.

6 - Preservação do leito natural de córregos e rios.

7 - Destinação de recursos para desapropriações de áreas de preservação.

8 - Promoção de gestões políticas e institucionais visando à preservação de APAs.

9 - Implantação de programas de preservação natural dos leitos dos córregos e rios, com implementação de parques e praças lineares e recursos para desapropriação-indenização de APPs.

##### Planejamento metropolitano-macrozoneamento ecológico e econômico

10 - Utilização de sub-bacias hidrográficas como unidades de planejamento na RMBH, com garantia das reservas indispensáveis à preservação e recarga dos aquíferos.

11 - Adoção da metodologia de biótopos e da escala 1:10.000 na criação de novas unidades de conservação na Região Metropolitana, visando ao aperfeiçoamento do macrozoneamento ecológico econômico.

12 - Realização de macrodiagnósticos dos aspectos e impactos ambientais das funções públicas de interesse comum na RMBH, tendo como referencial os requisitos da norma ISO 14001.

##### Licenciamento ambiental

13 - Aprimoramento dos demais instrumentos de gestão ambiental, além do licenciamento.

14 - Cumprimento, pelo Estado e pelos Municípios, da legislação sobre licenciamento ambiental.

15 - Definição de critérios específicos para o licenciamento ambiental de atividades de mineração que causem impacto em recursos hídricos (rever composição da Câmara de Mineração do Copam, tornando-a paritária).

16 - Previsão da realização de audiências públicas, na fase de licenciamento ambiental, também em outros Municípios que utilizem recursos hídricos a serem impactados pela implantação do empreendimento.

17 - Definição e implementação de mecanismos de controle social da implantação e operação de ETEs.

##### Gestão de resíduos sólidos urbanos

18 - Investimento em projetos e programas municipais de coleta seletiva, com inclusão dos catadores.

19 - Revisão dos critérios e incorporação dos programas municipais e intermunicipais de coleta seletiva, como incentivo para habilitação dos Municípios na obtenção do ICMS Ecológico.

20 - Ampliação do ICMS Ecológico de 1% para 2%, retirando do VAF.

21 - Destinação final adequada de resíduos hospitalares e industriais.

22 - Realização de gestões para inventário e tratamento adequado dos resíduos de serviços de saúde.

23 - Proposição de medidas de compensação para municípios que sediam unidades de tratamento ou destinação final de resíduos sólidos urbanos consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios.

24 - Instituição de programa metropolitano de capacitação continuada em resíduos sólidos, envolvendo o Centro Mineiro de Referência em Resíduos, universidades, centros de pesquisa e áreas do saber, associações profissionais para formação de gestores municipais e entes consorciados, com definição de indicadores, metas e monitoramentos, garantindo-se a prática de gestão democrática das cidades da RMBH.

#### Apoio técnico aos Municípios

25 - Criação, no âmbito da Agência Metropolitana, de estrutura para elaboração de projetos e captação de recursos para investimentos, em apoio aos Municípios, principalmente aqueles menores e desprovidos de pessoal e estrutura técnica adequada.

#### Participação social

26 - Valorização e efetivação da participação da sociedade civil organizada, consolidando espaços em todos os níveis da administração pública.

27 - Criação de canais de participação da sociedade civil junto à Sedru, no planejamento da RMBH.

28 - Criação de canais eficientes de participação popular para uma redefinição de áreas prioritárias de proteção, no que concerne às unidades de conservação.

29 - Compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, incorporando a geração de renda, a inclusão social e a educação ambiental.

#### Recursos financeiros

30 - Definição de um percentual do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano para aplicação, pelas Prefeituras, em ações de saneamento, e criação de um sistema de indicadores ambientais e sociais para referenciar a liberação dos recursos, com mecanismo de punição para irregularidades.

31 - Destinação de percentual do PIB e do PPA municipal para o sistema ambiental do Município.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, essas foram as proposições do nosso grupo de gestão ambiental. Aproveito a oportunidade para agradecer à equipe que nos ajudou na condução dos trabalhos e a todos que participaram dessas discussões. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Subsecretário Luiz Antônio Athayde - Meu caro Deputado e amigo João Leite, que preside os trabalhos desta reunião; caro Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais; caro Deputado Fábio Avelar; caro Ubiraci Prata Lima, Presidente da Granbel; Maria Madalena Franco Garcia, Subsecretária da Sedru; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário da Semad; Srs. Deputados, Srs. Prefeitos; Srs. Vereadores; minhas senhoras e meus senhores; da mesma forma, coube-me, secundando a Subsecretária Madalena e o Subsecretário Ilmar, fazer um resumo do que se discutiu nos grupos de trabalho que trataram dos desenvolvimentos econômico e social. Evidentemente, foi um trabalho muito dinâmico, de apreensão dos pontos e temas apresentados no desenvolvimento dos trabalhos, na manhã de hoje. Tenho aqui algumas informações e vou tentar, da maneira mais escorreita, expor a forma como isso foi decidido. Temos um conjunto de macrodiretrizes feitas pelo grupo técnico e também um conjunto de ações que foram realmente pinçadas por esse grupo (- Lê):

#### Propostas para o Desenvolvimento Econômico e Social

##### Macrodiretrizes

1 - Melhoria da competitividade em Minas Gerais por meio da ênfase na qualificação de nível técnico.

1.1 - Capacitação e qualificação de acordo com a vocação regional.

1.1.1 - Ampliação do conceito de vocação municipal para vocação metropolitana.

1.1.2 - Atração, geração e aplicação de investimentos

1.1.3 - Fomento aos investimentos no turismo e na vocação regional através de políticas que resultem na eficácia desse segmento.

2 - Elaboração de planos de desenvolvimento dos Municípios, a partir das potencialidades ambientais, culturais e sociais.

3 - Continuidade de diretrizes e políticas públicas (projetos e mais ação).

4 - Divulgação dos resultados e das propostas aprovadas pela Conferência em todos os órgãos de divulgação, em níveis municipal, estadual e nacional.

##### Propostas

- 1 – Implementação de política de descentralização de investimentos.
- 2 – Inclusão, no Plano Diretor da Região Metropolitana, do equilíbrio entre crescimento e produção de alimentos
- 3 – Erradicação do analfabetismo.
- 4 – Distribuição do Fundo Metropolitano, considerando os aspectos emergenciais e, posteriormente, manutenção de todos os setores comuns aos Municípios da RMBH, com pesos atrelados ao seu grau de importância.
- 5 – Implantação de políticas descentralizadoras de novos postos de trabalho, para absorção deles.
- 6 – Informação, educação e capacitação (qualificação de mão-de-obra).
- 7 – Criação de núcleos de aperfeiçoamento de mão-de-obra nas áreas social, cultural e econômica.
- 8 – Criação de oportunidades de qualificação dos trabalhadores, em parceria com sindicatos e empresas, em horário laboral.
- 9 – Criação de programa de estímulo, preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial da RMBH.
- 10 – Melhoria na qualificação de curto prazo para pessoas marginalizadas.
- 11 – Implementação de distritos industriais temáticos metropolitanos.
- 12 – Inclusão de diretrizes para desenvolvimento de um sistema rodoviário integrado ao aeroporto.
- 13 – Inclusão de diretrizes visando à ligação das duas Regiões Metropolitanas.
- 14 – Inserção do parque tecnológico de BH no contexto econômico da RMBH, com áreas destinadas ao "transbordamento" das atividades do BH TEC, de forma sustentável.
- 15 – Alocação das áreas definidas para empresas de acordo com o Plano Diretor Integrado Metropolitano.
- 16 – Estabelecimento de metas, realização de monitoramento e avaliação das ações.
- 17 – Definição de um critério claro para a distribuição do Fundo Metropolitano.
- 18 – Adoção, pelo governo, de pesos iguais nas políticas de qualificação dos trabalhadores, tanto para os empregadores quanto para os empregados, em parceria com sindicatos e empresas, no horário laboral.

#### Ações

- 1 – Criação de centros técnicos profissionalizantes de ensino médio.
- 2 – Integração dos Sines com a RMBH, visando atender às demandas propostas.
- 3 – Melhoria da malha rodoviária e ferroviária e dos transportes.
- 4 – Criação de cursos de eletricitista instalador nos aglomerados, em parceria com a Sedese, visando à melhoria da qualificação profissional.
- 5 – Criação de mecanismos para agregação de valores e comercialização da produção da agricultura familiar, a exemplo dos mercados institucionais.
- 6 – Regularização de moradias situadas sob linhas de transmissão.
- 7 – Construção de hortas comunitárias em faixas de servidão de linhas de transmissão de energia elétrica.
- 8 – Iluminação de monumentos históricos, usando recursos do Reluz, como fator de promoção do turismo.
- 9 – Melhoria da acessibilidade (informação, transporte, telecomunicação e saúde).
- 10 – Aplicação das idéias discutidas na Conferência.
- 11 – Ampliação e melhoria qualitativa da educação, formação e capacitação, de forma articulada com as políticas educacionais e de mercado de trabalho.

Sr. Presidente, gostaria de destacar o peso que foi dado à questão da qualificação da mão-de-obra para fazer com que a Região Metropolitana, de fato, ofereça melhor capacidade de oferta de emprego. Essa é uma questão, acredito, de profundidade, a qual foi destacada neste grupo.

Esses foram, Sr. Presidente, os pontos destacados nos dois grupos temáticos. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - A Presidência informa que a ata desta Conferência Metropolitana, contendo a transcrição das exposições e debates, será publicada no "Diário do Legislativo", no "Minas Gerais", na edição do dia 10/9/2007, e que a reprise do evento será feita nos dias 7, 8 e 9/9/2007, às 8h30min, pela TV Assembléia, quando os interessados poderão gravá-la.

Neste momento, passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, que coordenará o lançamento da Frente Parlamentar Mineira em prol da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a posse do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, a assinatura do decreto de criação e regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e a entrega da mensagem que encaminha o projeto de lei complementar de criação da Agência Metropolitana.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Obrigado, Deputado João Leite.

## 2º Painel

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, autora do requerimento de constituição da Frente Parlamentar em prol da Região Metropolitana de Belo Horizonte; os Exmos. Srs. Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; a Exma. Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; o Exmo. Sr. Deputado Federal Custódio de Mattos, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; a Exma. Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; o Exmo. Sr. Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; a Exma. Sra. Maria Madalena Franco Garcia, Subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; e os Exmos. Srs. Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Ubiraci Prata Lima, Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel - e Prefeito Municipal de Itaguara.

### Lançamento de Frente Parlamentar

O locutor - Para fazer o lançamento da Frente Parlamentar Mineira em prol da Região Metropolitana de Belo Horizonte, convidamos a Deputada Gláucia Brandão, autora do requerimento que deu origem à Frente.

A Deputada Gláucia Brandão - Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, nesta reunião representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, nosso Presidente; José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Luiz Antônio Athayde, Subsecretário de Assuntos Internacionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Ilmar Bastos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Exmas. Sras. Maria Madalena Franco Garcia, colega e amiga, Subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Maria Coeli Simões Pires, também querida amiga, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; e Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão. Quero também agradecer a presença do Sr. Ubiraci Prata Lima, Presidente da Granbel e Prefeito Municipal de Itaguara, na pessoa de quem cumprimento os demais Prefeitos presentes, Vereadores, colegas Deputados e Deputadas, Conselheiros, representantes do poder público e da sociedade civil; minhas senhoras e meus senhores, há dois dias, estamos debatendo assuntos que interessam, de perto, aos 34 Municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte, a 3ª maior aglomeração urbana do Brasil, com 5.100.000 habitantes, que representam 25% da população do Estado. A região também é o 52º maior aglomerado urbano do mundo e o 7º maior da América Latina. Com o Produto Interno Bruto com cerca de R\$40.000.000.000,00, representa 40% da economia mineira, sendo, aproximadamente, 65% pertencentes a Belo Horizonte. Essa região é, portanto, o retrato político, financeiro, comercial, educacional e cultural de Minas Gerais.

Nesse espaço geográfico, encontramos os diversos interesses das pessoas que moram, estudam, trabalham, divertem-se e interagem nas cidades próximas da Capital. Muitos ainda não perceberam que se transformaram num indivíduo peculiar, num cidadão metropolitano; como, por exemplo, aquele que dorme em Ribeirão das Neves, trabalha em Belo Horizonte, estuda em Vespasiano e namora em Contagem. É importante auxiliar esse indivíduo a incorporar essa identidade metropolitana para que possamos integrar as políticas públicas com as reais necessidades dessa comunidade e fazer desse cidadão um colaborador dos diversos órgãos envolvidos na melhoria da qualidade de vida da região.

Na verdade, a idéia da criação da Frente Parlamentar em Prol da Região Metropolitana de Belo Horizonte possui como fundamento a interação de iniciativas convergentes do poder público, da sociedade civil organizada e demais pessoas que, de forma efetiva, plural e harmônica, possam subsidiar e monitorar a implementação do novo marco regulatório da RMBH.

Assim, essa frente objetiva contribuir para o desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo da RMBH. Nossos esforços, à luz do papel institucional desta Casa, serão direcionados para identificar mecanismos e ações que possam otimizar as potencialidades e minimizar as disparidades e desigualdades sociais e econômicas dessa região, bem como subsidiar o aprimoramento da legislação vigente. Portanto, a articulação da atuação parlamentar nos três níveis de governo em prol da governança metropolitana é fundamental diante do novo quadro de ocupação e desenvolvimento que vem sendo desenhado nos últimos anos. Contagem, Betim e Belo Horizonte, por exemplo, respondem juntos por 87% do PIB da região metropolitana, e, em contraponto, temos Municípios vizinhos, como Ribeirão das Neves - minha cidade natal -, Ibirité, Baldim, Raposos, com índices baixíssimos de IDH e elevados níveis de carência.

Se considerarmos que o enfrentamento compartilhado dos desafios e das desigualdades dessas realidades passa por um exercício de vontade política, vamo-nos lembrar das palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade: "Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. Entre eles, considero a enorme realidade. O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos à luta de mãos dadas.". Assim queremos caminhar: de mãos dadas. Foi com esse espírito de colaboração que os Deputados e as Deputadas desta Casa se uniram, num esforço conjunto para pensar e viabilizar uma forma de criar-se um fórum permanente de debates que possa colaborar para dirimir as diferenças da RMBH e fomentar todo o seu potencial. Essa Frente pretende criar uma instância interativa, em que não haja preocupação com hierarquia, mas, sim, com os que dela participam. Dessa forma, poderemos juntos, sem vaidade, buscar as soluções viáveis para os nossos diversos problemas.

Neste mister, a Assembléia Legislativa é também um importante ator metropolitano e, em sua estrutura, possui representantes de mais de 5 milhões de cidadãos, com diferentes necessidades e diversas expectativas. Assim, cabe também a esta Casa, dentro do recorte metropolitano, fazer o aprimoramento da legislação buscando interação com os mais diversos atores envolvidos no cenário da nossa Região Metropolitana, para que possam reunir-se e, juntos, buscar um futuro melhor para os seus habitantes. Essa é a nossa intenção ao formarmos essa Frente Parlamentar.

Compartilhar as potencialidades da Assembléia Legislativa com o governo do Estado, os Prefeitos, os Vereadores e a sociedade civil em busca

da construção de uma governança interativa é o nosso maior ideal. Essa Frente pretende ser a articuladora dos diversos instrumentos disponíveis para formarmos uma corrente institucional, que convergirá no desenvolvimento econômico sustentável da nossa região e, por que não dizer, elevar a sua inserção no quadro nacional. O Estado de Minas reassume de forma inovadora e pioneira o seu papel no espaço metropolitano, e a Assembléia Legislativa, em consonância com o objetivo do Governador Aécio Neves de fazer do nosso Estado o melhor lugar para se viver e investir, integra esse contexto, dentro das competências que lhe são próprias. Estamos todos do mesmo lado, de mãos dadas, Parlamentares, Poder Executivo, Judiciário, Câmara de Vereadores, Granbel, entidades públicas, sociedade civil, enfim, todos os cidadãos compromissados com a melhoria da qualidade de vida metropolitana.

Minas é feita do brilho das suas pedras preciosas e do ferro que cobre as suas montanhas, assim como seus filhos que possuem em suas veias a determinação forjada em anos de história e a esperança que os desafios não são capazes de esgotar. E tanto isso é verdade que podemos lançar mão das sábias palavras de Francisco de Assis, quando recomenda: 'Comece por fazer o que é necessário, depois o que é possível e, de repente, estará a fazer o impossível'.

Agradecemos, imensamente, aos 65 colegas Deputadas e Deputados que subscreveram o requerimento que deu origem a essa Frente Parlamentar. Juntos, colegas, somos melhores! Agradecemos também o indispensável apoio da Sedru e o valoroso esforço dos servidores desta Casa. Parabéns pela forma competente e democrática com que vocês vêm trabalhando em prol de Minas Gerais e, em particular, para a realização deste evento. O meu muito obrigada também a todos que contribuíram para que o lançamento da Frente Parlamentar em prol da Região Metropolitana de Belo Horizonte pudesse acontecer nesta tarde. Hoje demos o primeiro passo, mas a jornada é longa e a colaboração de todos é imprescindível para o sucesso desse intento. Que Deus nos abençoe nessa longa caminhada. Muito obrigada!

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slide".

O Sr. Presidente - A Presidência concede a palavra aos Deputados que representam a Assembléia no Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano para um pronunciamento breve, de 5 minutos, para falarem sobre a importância deste momento aqui, nesta Casa, para toda a Minas Gerais.

O Deputado Roberto Carvalho - Caro Presidente em exercício, Deputado Doutor Viana, demais membros da Mesa. Cumprimento a todos, na pessoa do Deputado Dilzon Melo, Secretário do governo do Estado que cuida desse tema, a todos os colegas presentes, a todos os membros e participantes ativos desta Conferência.

Indiscutivelmente, estamos vivendo aqui um momento histórico. Desde que, na legislatura passada, a Cecília participou de todas as discussões - foi a relatora das leis complementares que tratam da região metropolitana, tanto a de Belo Horizonte quanto a de Ipatinga -, tínhamos, na Assembléia, diversos projetos de criação de regiões metropolitanas em outros lugares do Estado. Sabiamente, a Assembléia decidiu, por requerimento do Deputado Fábio Avelar - e depois também fizemos vários -, paralisar todos aqueles processos e fazer uma ampla e profunda discussão a respeito desse tema vital para Minas Gerais, como já foi exaustivamente debatido aqui por vocês e pelos palestristas de ontem a respeito de região metropolitana.

No seminário, tivemos várias sugestões que enriqueceram a discussão. Na época, tínhamos o Francisco Simões, atual Prefeito de Coronel Fabriciano, como Deputado. Nós dois havíamos entrado com uma emenda à constituição que nos dava a possibilidade de fazermos a região metropolitana, posteriormente, com a participação da sociedade civil, de todos os entes do governo do Estado e das Prefeituras - aliás, todas elas participaram.

Gostaria, particularmente, de citar a Prefeitura de Belo Horizonte, que participou ativamente dos nossos trabalhos. O Prefeito Fernando Pimentel acompanhou "pari passu" todos os projetos. Posteriormente, Prefeitos vieram aqui debater conosco e trazer-nos sugestões. Decidimos, então, paralisar todos aqueles projetos de criação de regiões metropolitanas e realmente nos debruçarmos sobre a questão, para construirmos juntos uma nova proposta. Não acredito em leis que surjam de cima para baixo, pois uma lei somente tem legitimidade e só pega se for construída a partir dos anseios da sociedade.

Debruçamo-nos sobre o projeto, aprovamos a emenda à Constituição após seminários e muitos debates - não é mesmo, Deputado Fábio Avelar? -, os quais foram enriquecendo todo o conteúdo que tínhamos até chegarmos a essa legislação. Como todos puderam ver, ontem estiveram aqui as maiores autoridades em região metropolitana, em âmbito nacional, tanto do ponto de vista jurídico quanto técnico, que reconheceram que nossa legislação é a mais moderna que existe. Nossa legislação precisa ser aprimorada? Sim, pois não existe lei perfeita. Toda lei precisa ser modificada e enriquecida. Se não dássemos os passos que estamos dando, buscando uma criação efetiva e dando conteúdo a esses instrumentos criados, não iríamos a lugar algum.

Gostaria de reconhecer, indiscutivelmente, que o governo do Estado, em momento algum, fugiu de sua tarefa, muito pelo contrário, esta conferência é o resultado de um trabalho que, tenho certeza, dará muitos frutos, como a sociedade espera. Chega de discutirmos problemas metropolitanos, passou da hora de ficarmos apenas lamentando tanto pelos problemas ambientais como pelos viários, pelos de transporte coletivo, pela habitação, etc. Temos de partir para o resgate do princípio do planejamento, que ficou perdido, como já sabemos.

Está ali o Sr. José Abílio, um dos membros eleito por esta Conferência. Com ele, que foi meu colega no Plambel, participei de muitos movimentos. Sem planejamento, sem que esses instrumentos funcionem efetivamente, não teríamos perspectiva de solução. Hoje estamos celebrando um momento histórico. Todos - a sociedade civil, a Assembléia, as Prefeituras e o governo do Estado - estão integrados na busca de soluções, para que este instrumento passe realmente a funcionar.

Tenho certeza de que funcionará. A esperança faz-se presente dentro de nós mesmos, quando partimos para a luta, na busca de organização e conquistas. A Assembléia Metropolitana, o Conselho Metropolitano não é um espaço de disputa, mas um local aonde todos nós podemos ir em busca de convergência e de soluções para os problemas existentes. Além disso, em pouco tempo, teremos o Plano Diretor Metropolitano e uma nova perspectiva.

Estou muito feliz. Dizem que filho bonito tem muitos pais, e todos são pais e mães desse filho, porque se trata de um filho gerado por todos, gerado pela coletividade. E esse é o papel da Assembléia, dos demais entes públicos - Prefeituras e governo do Estado - e da sociedade civil. Tenho certeza de que esse marco, para o qual hoje estamos dando passos decisivos, trará frutos e resultados para a sociedade.

Em breve, estaremos em Ipatinga, consolidando a Região Metropolitana do Vale do Aço. Parabênizo todos vocês que participaram desse movimento e todas as forças vivas que estão aqui. Sabemos que se constrói o futuro construindo o presente. Parabéns e muito obrigado a todos.

O Deputado João Leite - Cumprimento o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia, que preside esta reunião tão importante do Parlamento mineiro, assim como os Secretários presentes, o Presidente da Granbel, representando aqui todas as cidades da Região Metropolitana, assim como seu Prefeitos. Saúdo também nossa colega Deputada Gláucia Brandão, pela iniciativa tão importante de envolver a Assembléia Legislativa e seus parlamentares nessa questão da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Essa questão é muito importante, e, certamente, a Assembléia Legislativa, a partir da Frente, olhará com muito cuidado para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta Casa é formada de 77 Deputados, e é interessante observarmos que 65 apuseram suas assinaturas com o intuito de participar desta Frente Parlamentar. Creio que só não conseguimos as assinaturas dos demais em virtude de eles estarem ocupados no cumprimento de alguma missão parlamentar, já que, na verdade, a Assembléia Legislativa e a Região Metropolitana de Belo Horizonte foram formadas por representantes de todo o Estado, de todas as cidades de Minas Gerais. Conforme verificamos, nesta Casa há Deputados de diversas regiões, de diversas cidades de Minas Gerais, mas em Belo Horizonte, na Região Metropolitana, temos uma colônia daquela cidade, daquela região. Então, todos têm grande amor pela região metropolitana, a favor da qual, tenho certeza, todos trabalharão.

Parabenizo a Deputada Gláucia Brandão por essa iniciativa. Creio que todos nós defenderemos a nossa Região Metropolitana. Temos questões muito importantes. Os movimentos sociais, os participantes desta Conferência trouxeram-nos questões importantes, e nós, que vivemos em Belo Horizonte, reconhecemos essas dificuldades.

A questão do transporte foi exposta de forma intensa. Sem dúvida, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a situação do transporte é gravíssima. Sofremos com a falta da complementação do metrô, que não passa no Centro de Belo Horizonte nem atinge outras cidades da região metropolitana. Essa deve ser uma bandeira da Frente Parlamentar, que deverá lutar para que essa questão seja resolvida.

Além disso, é preciso atenção com algo que o governo Aécio Neves fez com muita competência e que se refere ao planejamento. Aproveito para saudar a Secretária Renata, que é tão competente. O governo tratou dessa questão, e nós, todos os anos, discutimos isso aqui. Estamos terminando a discussão do PMDI; agora, vamos discutir o PPAG com todos os movimentos sociais. Sem dúvida, é um grande momento para apresentarmos emendas, bem como para discutirmos questões importantes, a exemplo do transporte na Região Metropolitana.

Talvez, no tocante à questão do transporte na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tenhamos um momento histórico. Por volta de 1993 ou 1994, Belo Horizonte se retirou da Câmara de Compensação Tarifária do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se de algo que tem de ser repensado. Vemos, no mundo, experiências de outras cidades que têm dado certo. Tive a oportunidade de ver a experiência de Toronto, onde há uma única passagem para toda a região metropolitana - esta, aliás, é muito parecida com a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Há, lá, cerca de quatro milhões e meio de habitantes, e a saúde e a educação são compartilhadas pela região. Nesta Assembléia, a partir dessa Frente Parlamentar, sonhamos em trabalhar a favor dessas questões.

Observamos também - e termino falando isso - a questão da habitação, cuja situação traz sofrimento à nossa população mais carente. Quanto a isso, é preciso haver um envolvimento muito grande de todas as Prefeituras e do governo federal. Precisamos de um novo pacto federativo que viabilize a devolução dos recursos pertencentes aos Estados e Municípios. Manifesto minha satisfação de participar dessa Frente Parlamentar em prol da RMBH, que pertence a todos nós, mineiros. Quero estar junto a vocês, sendo mais um na defesa da nossa região. Tenho a honra de poder representar meus colegas, a Assembléia Legislativa no Conselho Deliberativo, ao qual quero dar a minha humilde contribuição. Parabéns a todos os Deputados e Deputadas que compõem a Frente Parlamentar em prol da RMBH. Obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Boa-tarde a todos. Saúdo inicialmente o Presidente desta plenária, Deputado Doutor Viana, aqui representando o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho; os Secretários José Roberto Carvalho, Deputado Dilzon Melo, meu querido amigo e companheiro desta Casa, Ilmar Bastos, que estava aqui há pouco, Luiz Athayde e Custódio Mattos; e as Secretárias Renata Vilhena e Maria Madalena. Faço uma saudação especial a todos os Prefeitos aqui presentes, na pessoa do Presidente da Granbel, nosso querido amigo Bira. Faço ainda uma referência muito especial e carinhosa à nossa colega Deputada Gláucia Brandão, na pessoa de quem cumprimento todos os colegas.

Gláucia, é com satisfação que integramos essa importante Frente Parlamentar em Prol da RMBH, uma feliz iniciativa de V. Exa., acolhida por um número expressivo de Deputados: 66 parlamentares compõem essa importante frente que, tenho certeza, contribuirá muito para o desenvolvimento da nossa Região Metropolitana. Para mim, é uma satisfação muito grande estar aqui hoje integrando essa frente e fazendo parte do Conselho Deliberativo da RMBH. Tive a oportunidade de ter um convívio muito próximo com essa região desde os tempos em que trabalhei como engenheiro e Diretor da Copasa e pude sentir os grandes desafios que nos eram impostos para realizar esse trabalho. Minha experiência com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário foi muito próxima. Na época, já vislumbrávamos as dificuldades e sentíamos a necessidade premente de uma integração e um planejamento integrado das cidades que compõem a RMBH.

O ilustre colega Deputado Roberto Carvalho falou da nossa iniciativa de apresentar, na legislatura passada, um requerimento que possibilitou a realização de seminário, ocasião em que pudemos escutar todas as autoridades ligadas às questões metropolitanas, não somente do Estado de Minas Gerais como de todo o Brasil. Na plenária final, foram apresentadas cerca de 400 proposições, que evidentemente serviram de instrumento básico para os pilares da nova legislação idealizada pelo nosso colega Deputado Roberto Carvalho.

Portanto, vivemos um momento realmente histórico porque temos uma legislação moderna e, como gostaria de ressaltar, há vontade política, conforme demonstrado pelo nosso Governador Aécio Neves, assim como a sua equipe de secretários, de enfrentar esse grande desafio. Tenho longo tempo de experiência na região metropolitana e jamais vivenciei uma participação integrada como esta. Na manhã de hoje, de acordo com a fala dos Secretários, tivemos oportunidade de testemunhar que as ações estão sendo implementadas de forma integrada por toda a equipe de governo ligada à questão metropolitana. Neste momento, coroamos esse trabalho com a realização desta primeira conferência.

Gostaria de registrar que ontem e durante todo o dia de hoje contamos com a presença maciça, nas reuniões temáticas, de todas as pessoas envolvidas nesse processo. Na realidade, cumprimento todos vocês que fazem parte deste momento. Reitero, mais uma vez, que é com satisfação que integro essa frente parlamentar tão importante e o conselho deliberativo, que trabalhará de forma bastante contundente na Região Metropolitana. Muito obrigado, Presidente. Parabéns a todos.

O Deputado Ivair Nogueira - Deputado Doutor Viana, caro amigo Danilo de Castro, Secretário de Governo; demais autoridades da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Gláucia, coordenadora da Frente da Região Metropolitana; convidados, senhoras e senhores, a RMBH vive um momento ímpar. Como ex-Prefeito de Betim, nos idos da década de 90, lembro-me de que o Plambel e a Metrobel estavam à disposição das Prefeituras da RMBH. Naquela época, o Deputado Roberto Carvalho exerceu um papel decisivo para movimentar todo esse processo.

Com a frente parlamentar, caminharemos ao lado do Governador Aécio Neves e de seu secretariado para buscar alternativas importantes para a Região Metropolitana. Naquela época, os críticos diziam que tudo que terminava em "bel" não funcionava. Infelizmente, extinguiram o Plambel e a Metrobel, que, sem dúvida alguma, eram os órgãos que planejavam o crescimento da Região Metropolitana. Digo infelizmente porque, vivendo na RMBH, na minha querida cidade de Betim, tive a oportunidade de vivenciar que esse planejamento desordenado propiciou um prejuízo muito grande.

Há interesse do Governador Aécio Neves, por meio de todo o seu secretariado, de implementar uma política pública para discutir os problemas conflitantes da Região Metropolitana. Creio que estamos dando um passo muito importante para buscar as alternativas que a região metropolitana precisa, não só a RMBH como também a Região Metropolitana de Ipatinga e a região do Triângulo Mineiro.

Estamos discutindo o conflito do lixo da RMBH, problemas gravíssimos do transporte coletivo, do transporte alternativo que está sendo implementado, o problema do metrô, que começou em 1982 e havia previsão de chegar até Betim como segunda etapa. Já vencemos várias etapas. Uma cidade caracteristicamente industrial como é Betim ainda não foi contemplada com a conclusão do metrô até ela, assim como o Barreiro também não o foi.

Há uma discussão para se fazer o metrô subterrâneo de Belo Horizonte. É um papel decisivo e importante, que ajudará muito, mas primeiro precisamos concluir as etapas que não foram concluídas. A situação de Barreiro está mais fácil de ser resolvida. Betim está na linha sucessória de ser contemplada com a conclusão de seu metrô, porque lá está o maior parque industrial de Minas Gerais, além da Petrobras, que vem trazendo outros investimentos para beneficiar as cidades da Região Metropolitana.

Quando falo de Betim, quero que a Região Metropolitana cresça com qualidade de vida, com indústrias, buscando, acima de tudo, combater o desemprego. Por tudo isso, hoje e ontem contamos aqui com uma presença maciça para discutir um papel muito importante, e houve interesse muito grande das autoridades, dos Prefeitos, dos Vereadores e das lideranças aqui presentes.

O Secretário Dilzon Melo vem desempenhando, junto ao Presidente da Cohab, o papel fundamental da habitação em Minas Gerais, com prioridade para a nossa Região Metropolitana, onde o crescimento é muito desordenado, e buscando alternativas para a Polícia Militar, Polícia Militar essa que, às vezes, não tendo moradia própria, vai morar na favela e confrontar-se com bandidos. Mas agora o Governador está buscando uma alternativa para dar moradia própria à Polícia Militar.

Resumindo, primeiro, gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa por esta iniciativa e também o Deputado Roberto Carvalho, assim como a frente parlamentar e cada um dos senhores presentes, porque esta Conferência marca o início de uma etapa da programação da Região Metropolitana, dentro daquilo que ela precisa, porque ela estava ao deus-dará, à mercê da autonomia de cada Prefeito, sem que houvesse uma verdadeira discussão dos problemas conflitantes. Ainda bem que esta Conferência vem num bom momento - antes tarde do que nunca - e com grande autonomia.

Esperamos que a Assembléia Legislativa dê uma grande contribuição, somando esforços com o governo do Estado, com os Prefeitos e as demais lideranças. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Estes Deputados manifestaram o pensamento e a vontade dos parlamentares da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

#### Posse do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano

O locutor - Neste instante, o Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo, representando, neste ato, o Exmo. Sr. Aécio Neves, Governador do Estado; o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; e o Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, darão posse aos membros do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano. Para tanto, convidamos as autoridades citadas a se posicionarem no local indicado pela equipe do cerimonial. Leitura do termo de posse dos membros do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte: "Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2007, no âmbito da 1ª Conferência Metropolitana da RMBH, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no Plenário Juscelino Kubitschek, compareceram, nos termos da convocação constante do Decreto de 11 de junho de 2007, perante o Secretário de Estado de Governo, Danilo de Castro, representando S. Exa. o Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, os membros do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da RMBH, de que trata a Lei Complementar nº 89, integrado por cinco representantes do Poder Executivo Estadual; dois representantes da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; dois representantes do Município de Belo Horizonte; um representante do Município de Contagem; um representante do Município de Betim; três representantes dos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e dois representantes da sociedade civil organizada eleitos durante a Conferência, todos com seus respectivos suplentes, que assinam o presente termo de posse para os fins de direito. Belo Horizonte, 21 de agosto de 2007. Assinam Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo; Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, em nome do Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho; e Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana".

- Procede-se às assinaturas do termo de posse.

O locutor - Convidamos os membros do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano para a assinatura do termo, a saber:

Representantes do Poder Executivo Estadual - titulares: Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão; Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Sr. Márcio de Araújo de Lacerda, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Secretário de Transporte e Obras Públicas; suplentes: Sra. Maria Madalena Franco Garcia, Subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano; Marilena Chaves, Subsecretária de Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico; Bernardo Tavares de Almeida, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Ramon Victor César, Assessor Especial da Secretaria de Transporte e Obras Públicas; e Ilmar Bastos dos Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Representantes do Poder Legislativo Estadual: titulares - Deputado Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; e Deputado João Leite, membro da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa; suplentes - Deputado Fábio Avelar, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Assembléia Legislativa; e Deputado Wander Borges, membro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembléia Legislativa.

Representantes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: titulares - Srs. Júlio Ribeiro Pires, Secretário Municipal de Planejamento; e Murilo de Campos Valadares, Secretário Municipal de Políticas Urbanas; suplentes - Ana Luíza Nabuco Palhano, Secretária Adjunta de Planejamento, e Maria Fernandes Caldas, da Assessoria Especial da Prefeitura de Belo Horizonte; representantes da Prefeitura Municipal de Contagem: titular - Eugênia Bossi Fraga, Secretária Municipal de Planejamento e Gestão; suplente - Isnard Monteiro Horta, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; representantes da Prefeitura Municipal de Betim: titular - Mauro Silva Reis, Secretário Municipal de Planejamento; suplente - Geraldo Carlos Gomes, Subsecretário Municipal de Meio Ambiente; representantes dos demais Municípios integrantes da RMBH: titulares - Ubiraci Prata Lima, Presidente da Granbel e Prefeito de Itaguara; Carlos Roberto Rodrigues, Prefeito de Nova Lima, e José Raimundo Delgado, Prefeito de Santa Luzia; suplentes - Wallace Ventura Andrade, Prefeito de Ribeirão das Neves; Marcelo Jerônimo Gonçalves, Prefeito de Pedro Leopoldo; Fábio Moreira Santos, Prefeito de Jaboticatubas; representantes da sociedade: titulares - Antônia de Pádua, União Metropolitana por Moradia; José Abílio Pereira, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG -; suplentes - Teodomiro Diniz Camargos, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; Marco Aurélio Costa, Instituto de Estudos Pró-Cidadania.

- Procede-se às assinaturas do termo de posse.

O locutor - Com a palavra, o Exmo. Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo, neste ato representando Exmo. Sr. Governador do Estado,

Aécio Neves, para a declaração de posse do Conselho.

O Secretário Danilo de Castro - Sr. Presidente, Srs. Secretários, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores, em nome do Governador Aécio Neves, declaro empossados os membros do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, criado pela Lei Complementar nº 89, de 31 de janeiro de 2006, e instalado o Colegiado. A nominata do Conselho é a constante do decreto\* que nomeia os representantes do Poder Executivo Estadual, do Poder Legislativo Estadual, dos Municípios integrantes da Região Metropolitana e, ainda, os representantes da sociedade civil eleitos em reunião plenária das entidades, realizada em 20 de agosto de 2007. O governo do Estado saúda a todos e reafirma o seu compromisso com os objetivos comuns no âmbito metropolitano.

\* - Refere-se ao Decreto nº 44.601, de 21/8/2007, publicado no "Diário do Executivo", no "Minas Gerais" de 22/8/2007.

#### Entrega de Mensagem

O Secretário Danilo de Castro - Neste momento, quero passar às mãos do Presidente da Assembléia a mensagem que encaminha o projeto de lei complementar que cria a Agência Metropolitana.

- Procede-se à entrega da Mensagem nº 88/2007 e do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, que foram publicados na edição de 24/8/2007 do "Diário do Legislativo".

#### Assinatura de Decreto

O Secretário Danilo de Castro - O decreto que cria e regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano já foi assinado por S. Exa., o Governador do Estado.

O locutor - Neste instante, convidamos os Srs. Secretários a assinarem o decreto.

- Procede-se à assinatura do Decreto nº 44.602, de 22/8/2007, publicado no "Diário do Executivo", no "Minas Gerais", em 23/8/2007.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Secretário de Governo, Dr. Danilo de Castro; Exmo. Sr. Deputado Dilzon Melo, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; demais Secretários; colegas Deputados; demais autoridades da Mesa; autoridades presentes; senhoras e senhores; a Assembléia, para não dizer Minas Gerais, vive, nesta tarde, um momento extraordinário quando, depois desta Conferência, que mais pareceu um fórum técnico, estabelece a região metropolitana, cria a Frente Parlamentar Mineira em prol da RMBH e recebe do governo a Mensagem nº 95, de 21/8/2007, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana e o decreto criando o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Tudo isso resume o que foi amplamente discutido, aqui, desde ontem.

Queremos, em nome do Presidente desta Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, agradecer a todos pela participação e dizer que a Assembléia se sente, muito mais que envaidecida, comprometida com essa instituição que vem para cumprir os objetivos desses trabalhos; principalmente o de diminuirmos ou de acabarmos com as desigualdades e buscarmos uma administração mais equilibrada, para que a população das cidades da nossa região metropolitana tenha uma condição de vida mais igualitária, mais justa, mais equilibrada e mais digna.

Para tudo isso é necessária a participação de todos. O Poder Legislativo, os Executivos Estadual e Municipais, e principalmente a participação da sociedade, conferem total legitimidade à criação e à instalação dessa instituição.

Que Deus abençoe a todos, dê-nos coragem e nos ilumine, para cumprirmos o que aqui assumimos, com dignidade, perante o povo e a sociedade de Minas Gerais.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/8/2007

Presidência do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Mauri Torres; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação do requerimento; aprovação; registro de presença; questão de ordem; verificação de votação; ratificação da aprovação do requerimento; questões de ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 347/2007; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Às 20h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Mauri Torres, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 1.026/2007 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 32 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

### Questão de ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, solicito recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 49 Deputados. Portanto, há quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação do requerimento do Deputado Mauri Torres. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental.

### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário do Secretário Dilzon Melo, grande Deputado nesta Casa, hoje Presidente regional do PTB.

### Questão de Ordem

O Deputado Ademir Lucas - Requeiro de V. Exa. que convide o nobre Secretário para fazer parte da Mesa diretora dos trabalhos, pela importância de sua presença entre nós e pela alegria e satisfação que isso nos traz.

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Ademir Lucas, convida o Secretário Dilzon Melo para tomar assento à mesa para a que possa acompanhar os nossos trabalhos.

O Sr. Presidente - A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico. Para tanto, solicita aos Deputados que ainda não registraram presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, não consegui registrar meu voto. Meu voto é sim.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados que, somados a esta Presidência, perfazem o total de 39 Parlamentares presentes. Está, portanto, aprovado o requerimento de inversão de pauta do Deputado Mauri Torres.

### Questões de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, para evitar nova verificação, sugiro a V. Exa. que faça a votação pelo sistema eletrônico, pois fará a votação e a verificação automaticamente. É essa a minha proposição.

O Deputado Ademir Lucas - Presidente, se 37 Deputados votaram, dois votos não foram registrados no painel, portanto, são 39, mais o Deputado Antônio Júlio, que pediu verificação, são 40. Como ele pede verificação estando ausente? Isso não existe. Ele não é fantasma. Ele pediu verificação, portanto, sua presença tem de ser contada.

O Deputado Antônio Júlio - Presidente, aí virou brincadeira. Se há quórum, então faça a votação pelo sistema eletrônico. Faz-se a votação e a verificação.

O Sr. Presidente - Matéria vencida, Deputado.

O Deputado Antônio Júlio - Não, senhor. Aí está virando brincadeira. Esse massacre não existe. Há quórum para votar. Estou sugerindo a votação e a verificação imediatamente. Qual é o problema? Não é CPI, não. Não estamos votando CPI. Estamos votando requerimento, Presidente.

O Sr. Presidente - Registraram seus votos 38 Deputados, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Não, senhor. Não posso concordar com essa posição.

O Sr. Presidente - Com a presença desta Presidência, totalizou 39 Deputados presentes.

O Deputado Antônio Júlio - Há mais gente no Plenário, há gente na Casa, coloca todo mundo.

O Deputado Ademir Lucas - Presidente, nessa matéria, quem pede verificação tem de constar também. Então, são 40 Deputados. O Deputado Antônio Júlio também está presente.

O Deputado Antônio Júlio - Não é CPI o que estou pedindo, não. Vocês estão enganados. Faça a votação e a verificação automaticamente. Qual é o problema?

O Sr. Presidente - É matéria vencida, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Não, senhor; não posso concordar, Presidente. É por isso que esta Casa, a cada dia que passa, perde o crédito perante a população. Isso é bobagem. Vocês estão querendo tomar uma decisão de bobagem, porque há quórum. Há mais de 45 Deputados. O que custa fazer a votação?

O Sr. Presidente - V. Exa. tem de entender, Deputado Antônio Júlio, que foram constatados, no painel, 37 Deputados, mais o Deputado Domingos Sávio, perfazendo o total de 38 Deputados presentes.

O Deputado Antônio Júlio - E qual é o problema? Qual é o problema de repetir, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente - É matéria vencida.

O Deputado Antônio Júlio - É brincadeira, viu? É brincadeira.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 347/2007, do Deputado Doutor Viana, que altera o art. 4º da Lei nº 10.627, de 16/1/92, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, aproveitamos este momento, que não é CPI, pois não estamos discutindo CPI. Infelizmente, o Deputado Sargento Rodrigues quis pedir a instauração de uma CPI e pegou assinatura equivocada, porque o massacre de Ponte Nova não foi em Minas Gerais. Não temos problema carcerário em Minas Gerais. Houve um equívoco do requerimento, e foi abortado pela equipe do governo. E isso está se transferindo para cá, quando se pede verificação de votação, sendo que poderia ser concluído com a votação. Parece que há um medo na Assembléia hoje.

O Sr. Presidente - Informo a V. Exa. que lhe foi dado tempo para discutir o projeto de lei, ao qual V. Exa. deverá se ater.

O Deputado Antônio Júlio\* - Vou discutir o projeto, que fala de realização de auditorias, e auditoria e CPI são correlatas. Estou apenas dizendo que lá faltou a auditoria da CPI, o que é mais ou menos correlato à proposta do Doutor Viana. É muito importante fazer auditorias, mas ele quer fazer auditoria no meio ambiente, e eu quero discutir auditorias nas penitenciárias. Mas não em Minas Gerais, pois aqui, felizmente, não temos problema nenhum nas cadeias. Portanto, não é preciso apurar. Penso que houve um erro nessa CPI analisada, ou auditoria, como poderia não ser. Então não poderia acontecer, e parece que isso abalou a Casa. O equívoco criado pelo Deputado Sargento Rodrigues é que Minas Gerais não tem nenhum problema em relação às penitenciárias, as coisas estão correndo muito bem, graças a Deus! As polícias estão trabalhando em conjunto, aqui não há mais assaltos nem mortes em prisões. Aquele acontecimento ocorreu em Ponte Nova, não foi em Minas Gerais, está havendo um equívoco, o pessoal que morreu era do Rio de Janeiro, não de Minas Gerais.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - A questão da segurança é complexa e atinge todos os Estados, inclusive Minas Gerais. Mas é preciso demonstrar muito claramente o esforço que o governo de Minas tem feito no sentido de garantir a segurança do cidadão e procurar minimizar os problemas nessa área, os quais não são poucos.

Portanto, gostaria de ressaltar que, quando o governo assumiu, em 2003, os investimentos na área de segurança eram da ordem de R\$12.000.000,00, e hoje são mais de R\$200.000.000,00; Minas Gerais tinha 7 mil viaturas nas forças de segurança e hoje tem quase 12 mil veículos; tínhamos 4.900 vagas prisionais e hoje temos mais de 16 mil vagas; o número de policiais civis e militares e Bombeiros era 49 mil, e hoje são mais de 54 mil; a Guarda Penitenciária tinha um efetivo de 600 homens e hoje tem 9.105 homens; o regime de trabalho para presos subiu de 2.400 para 3.600 presos.

Não quero dizer com isso que o problema de segurança do nosso Estado esteja sanado. Minas Gerais tem, sim, problemas de segurança. Quero, no entanto, deixar assinalado e ressaltado que Minas tem lutado e investido em segurança pública. Ao contrário do governo federal, que contingenciou os recursos da segurança pública, Minas Gerais aumentou de R\$12.000.000,00 para R\$200.000.000,00 os recursos para

investimento na área. A parte do governo de Minas está sendo feita, mas o governo federal, infelizmente, está contingenciando os recursos que deveriam ir para a segurança.

Assim como todos os Estados têm problemas com segurança pública, Minas também os tem, mas está investindo recursos para minimizá-los.

Era este o aparte que eu gostaria de fazer. Obrigado, Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio\* - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. É justamente isso que estou dizendo. Os números que V. Exa. leu são altamente expressivos, por isso acho que o pedido de CPI é um equívoco. Exatamente em razão dos altos investimentos que o governo tem feito até agora, o que aconteceu não foi em Minas Gerais.

Essa é minha discussão atual. Acho que o Deputado Sargento Rodrigues cometeu realmente um equívoco. Pelos números apresentados pelo governo, o episódio de Ponte Nova não era para ter acontecido.

O mais importante, no entanto, Deputado Lafayette de Andrada, é que o discurso do Secretário de Defesa Social foi o mesmo dos últimos Secretários. Deu as mesmas informações de que Minas investiu em segurança pública e de que o governo federal não investiu.

Acho que Minas tem investido. Tanto é que tenho certeza de que o massacre de Ponte Nova não foi questão de Minas Gerais, mas, sim, do Rio de Janeiro. Essa é a discussão, que, a meu ver, abalou um pouco a estrutura das pessoas ligadas ao governo. Não entendi até agora, aliás, a razão de a votação de um simples requerimento trazer tantos problemas nesta Casa. Isso é o quê? Ainda é o impacto do equivocado pedido do Deputado Sargento Rodrigues de instaurar CPI do massacre de Ponte Nova? Na minha opinião, o Deputado Sargento Rodrigues realmente se enganou. Isso não é em Minas Gerais, mas em outro Estado, em outro país ou no Rio de Janeiro, que é muito perto.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)\* - Eu até não gostaria de entrar nesse pormenor em discussão na Casa, mas concordo com V. Exa. em que a votação já se havia encerrado quando o Presidente fez uma contagem, a meu ver, equivocada. A votação estava realmente sendo feita pelo painel eletrônico.

Sugeriria, aliás, ao Presidente, que chame o pessoal do ar condicionado e do esgoto, porque, quem sabe, eles conseguem dar um jeito no painel. Conseguiram integrar o esgoto e o ar condicionado da Casa, como podemos constatar pelo vazamento na garagem. Quem sabe não se integram os três serviços, e teremos algo que, se não funcional, pelo menos bem fedorento ficará.

Deputado Antônio Júlio, preocupa-me a questão de Ponte Nova, mas gostaria também de fazer uma observação, não com a veemência do Deputado Lafayette de Andrada, que vem de uma família de juristas e obviamente se dedica a colecionar números e dados estatísticos. Esse não é o nosso perfil.

Mas veja bem V. Exa.: temos, em Minas Gerais, um Ministério Público muito atuante, principalmente quando se trata de políticos, de parentes de políticos ou de termos de ajustamento de conduta, e temos também uma comissão de direitos dos bandidos - perdão, de direitos humanos -, que, salvo melhor juízo - não acompanho seus trabalhos, ouço somente zunzuns e algumas notícias -, esteve, há 90 dias, no presídio de Ponte Nova. Parece-me que o "Estado de Minas" soltou ontem essa notícia, dizendo que, na oportunidade, foram relatadas as ameaças e os confrontos de ganhos, para o que o Ministério Público não tomou nenhuma providência. Pasmé, Deputado Antônio Júlio, há 90 dias a referida Comissão foi passear em Juiz de Fora e não se ateu ao dever de comunicar imediatamente às autoridades a gravidade do que ocorria em Ponte Nova.

Entendo que, quanto a isso, cabe uma investigação acerca da inutilidade de comissões desta Casa, que podem estar atrás de vigilância, e não dos interesses da coletividade. Na minha opinião, Deputado Antônio Júlio, é uma vergonha, pois o prazo é de 90 dias, mas, depois, o que se vê é um corre-corre dentro desta Casa para emitir um relatório e enviá-lo às autoridades. Quanto a esse aspecto, digo a V. Exa.: assumo que, em Minas Gerais, o problema é bem grave, mas é preciso haver responsabilidade, principalmente de parlamentares desta Casa, que usam e abusam do dinheiro público para realizar essas viagens faroleiras, a fim de exibir notícias na imprensa. Entretanto, na hora de se tomarem providências, não dão Ibope, não saem nas páginas dos jornais, não originam escândalos, chilikues, etc.

Deputado Antônio Júlio, penso que devemos iniciar, sim, uma CPI para investigar esse caso. Todavia, é preciso começar a investigar primeiro o que acontece com essas comissões, que viajam, viajam e viajam, fazem farol, mandam notícias para a imprensa, publicam-nas, fazem um monte de coisas, mas, na realidade, não são apresentadas soluções. Pelo contrário, o que ficou demonstrado é que a omissão da comissão dos direitos dos bandidos é muito maior que se imagina. Ela pode estar sendo usada para tudo, exceto para defender os direitos dos menos favorecidos, que são usados todos os dias em páginas de jornais, sendo, depois, jogados para debaixo do tapete.

Já vimos também a questão junto ao Ministério Público. O que não dá Ibope, propina para alguns Promotores, não resolve. Se o pessoal de lá deu algo, foi para manter outras coisas que, conforme sabemos, estão acontecendo, visto que, em Ponte Nova, a criminalidade subiu 300% nos últimos anos. Trata-se de uma questão que tem de ser averiguada, há interesses. O índice de criminalidade subiu a esse nível na referida cidade para atender aos interesses de quem? A omissão começa aqui, nesta Casa. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio\* - Obrigado, Deputado. Sr. Presidente, vamos discutir essa matéria que altera o art. 4º da Lei nº 10.627, de 16/1/92, que dispõe sobre a realização de auditorias ambientais - e essa questão inclui o excesso de presos nas cadeias, o sistema ambiental.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, não temos quórum para continuar a discussão. Diante disso, solicito a V. Exa. o encerramento de plano da reunião por falta de quórum.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 29, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Antônio Júlio; aprovação - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007; encerramento da discussão; inexistência de quórum para votação - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.026/2007; questão de ordem; discurso do Deputado Antônio Júlio; questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

##### Ata

- O Deputado Bráulio Braz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. determinasse uma retificação na ata que acabou de ser lida, porque, na segunda votação, quando levantamos a questão, não havia 38 Deputados em Plenário, mas 37, de acordo com o painel. Está certo que alguns Deputados não marcaram presença no painel. Peço isso apenas para não ficar dúvidas, porque foi um fato lamentável, não precisávamos ter rasgado o Regimento mais uma vez. Apresentei apenas uma questão regimental. Propus ao Presidente que presidía a sessão naquele momento que não haveria necessidade de fazer a votação e depois a verificação. Poderia ter sido feito de forma única. Tenho certeza de que havia quórum. Mas não podemos, de forma equivocada, atropelar o Regimento, não respeitá-lo. Disse, em tom de ironia, que minha solicitação não era pedido de CPI. Ontem houve rebuliço nesta Casa, porque havia um pedido de CPI sobre a tragédia de Ponte Nova. Depois entendi por que houve o abortamento da CPI, já que aquele massacre não foi em Minas Gerais. Ponte Nova não pertence a Minas Gerais. De acordo com as informações do Deputado Lafayette de Andrada, o governo investiu muito em segurança, presídio e cadeias públicas. Então, não há esse tipo de problema em Minas Gerais. Realmente não poderia haver CPI, pois não temos competência para fazer CPI em cidades de outro Estado.

Houve excessiva inquietação de alguns Deputados que, na necessidade urgente e premente de puxarem o saco do governo, ficaram apavorados, quando apresentei uma questão de ordem simplória. Dei sugestão de como se resolver o problema, para que não houvesse toda aquela dificuldade. Sentimos que, mais uma vez, houve vontade de se rasgar o Regimento. Isso ocorreu muito no final do ano passado e no início deste ano. Entendo que, há alguns anos, o PSDB rasgou o Regimento uma vez. Mas não quero chegar a tal, porque considero isso um desrespeito ao parlamento. Gostaria, Sr. Presidente, que o senhor determinasse a retificação da ata. Não havia 38 Deputados, mas 37. Se quiserem contar comigo para dar quórum, até concordo, porque fiz o pedido de verificação. Não há problema nenhum. O Presidente também pode contar como quórum. Entendo bem o Regimento. Mas solicito que não burlem o que estava registrado em nosso painel eletrônico.

Faço um pedido de retificação e gostaria que V. Exa. a determinasse, para que não houvesse dúvida de que estamos cumprindo o Regimento e esperamos que não ocorram outros fatos como esse. Essas desavenças não são boas para o parlamento. Infelizmente, há momentos em que precisamos lutar para o cumprimento do Regimento. O Regimento, dependendo do momento, é extrapolado pelo Presidente. Ele tem de tomar uma decisão, porque nosso Regimento é um instrumento da minoria, é um instrumento da Oposição, mas não é esse o caso que apresentei. Não estava fazendo oposição. Apenas queria que o requerimento do Deputado Mauri Torres, solicitando inversão de pauta por causa de uma matéria importante, deveria ser aprovado pela maioria que estava nesta Casa. Havia 49 Deputados, mas apenas 37 registraram seu voto, porque sabiam que a matéria era importante e não haveria nenhuma justificativa para a inversão de pauta.

Sr. Presidente, minha solicitação é para que V. Exa. faça a retificação, pois não havia 38 Deputados presentes em Plenário naquela segunda chamada, mas apenas 37. O Deputado Ademir Lucas foi correto quando levantou a questão de que eu deveria ser contado como quórum. Concordo com ele. Fiquei calado, para ver qual seria a solução, mas não foi essa. Inventaram que havia Deputado do lado de fora que nem sabia se ia participar da votação para dar quórum. Repetindo, solicito a retificação e que, em vez de 38, sejam considerados 37, conforme o painel marcou ontem à noite.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Antônio Júlio que no painel foram registrados 37 votos. Somando-se o voto do Deputado Domingos Sávio que não conseguiu registrar seu voto, mas o declarou verbalmente e a presença do Presidente, totalizaram 39 presenças, aprovando a matéria. Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

#### Questão de Ordem

O Deputado Fahim Sawan - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedi esta questão de ordem apenas para lembrar que hoje, dia 29 de agosto, é o Dia do Combate ao Fumo. Em nome da Frente Parlamentar de Luta contra as Drogas, lembro a importância desta data para as pessoas que querem deixar de fumar. Hoje já existem muitos métodos científicos. Sabemos que deixar de fumar é muito difícil. Realmente não é fácil para as pessoas que querem deixar esse hábito, principalmente porque a nicotina é uma das drogas mais viciantes que existem. Lembro que 5.000.000 de pessoas, no mundo todo, morrem por causa do cigarro todos os anos. Sabemos que o cigarro é causa de inúmeras patologias. Se pudéssemos eliminar causas que matam as pessoas, o cigarro seria a primeira, pois é a principal causa de morte que se poderia evitar. A segunda é o alcoolismo; e a terceira, a fumaça do cigarro dos outros. Sabemos que o fumante passivo também tem uma chance muito maior

do que uma pessoa normal de ter câncer no pulmão, de ter enfarto, de ter problemas respiratórios sérios, assim como alergias e acidentes vasculares cerebrais. Por isso, Sr. Presidente, chamo a atenção para esta data, que hoje está sendo lembrada pela imprensa de todo o Brasil. É importante marcarmos presença nesta Casa, mostrando às pessoas que hoje existem muitos métodos para parar de fumar, existem métodos científicos com orientação médica e psicológica que dão conta da falta do fumo. Reitero que o cigarro é a maior causa de morte que se poderia evitar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007, do Deputado Doutor Viana e outros, que acrescenta parágrafos ao inciso VI do art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para discussão das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.026/2007, do Governador do Estado, que aprova a atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2, 4, 5, 9, 10, 44, 59, 65, 66, 76, 77, 89 e 90; com as Subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 7, 8, 13, 14, 20, 21, 42, 45, 58 e 64; com as Subemendas nºs 1 e 2 à Emenda nº 15; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 6, 11, 12, 16 a 19, 22 a 41, 43, 46 a 57, 60 a 63, 67 a 75, 78 a 88.

### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, esta é uma matéria bastante discutida, que esteve na pauta de várias reuniões, aliás, na presença do relator, o Deputado Sebastião Helvécio. Vemos que não há número suficiente de Deputados para discutir esse projeto, que exige quórum qualificado. Então, sugiro a V. Exa. ou que faça a recomposição de quórum ou que não dê início a essa discussão, pois realmente não poderemos discutir nem mesmo analisar essa matéria tão importante.

O Sr. Presidente - Informo ao Deputado Antônio Júlio que há quórum para discussão. O próprio Deputado poderá fazer a contagem de Deputados em Plenário. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio\* - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Temos muito tempo, 60 minutos, suficientes para desenvolvermos o tema em análise, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI.

Vimos discutir planos. Nunca vi tanto plano na minha vida como os que estamos discutindo nos últimos tempos. Hoje ouvi pela imprensa local que estão fazendo também um plano para 2023. Perguntaram se o plano estava apenas no papel ou se já havia recursos definidos, quem investiria, mas não, não há.

Em vez de se fazer um planejamento a longo prazo, fazem planos. E para todo plano, como entendo, deve haver recursos alocados ou definidos na Constituição ou no orçamento e saber-se quem vai assumir aquele investimento. E não estamos vendo isso nos projetos que estamos votando e aprovando quase diariamente. No governo federal, ocorre o mesmo: tem sido lançado PAC para tudo, um tal de Programa de Aceleração do Crescimento, que, na verdade, é muito mais um jogo de "marketing", pois nos deixa aquela ilusão de que se está fazendo algo, de que se está investindo para resolver a situação, mas, na realidade, não vemos investimentos chegando à origem. Quando procuramos saber o que está acontecendo, a culpa é do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Todos têm culpa, menos o Poder Executivo, infelizmente.

Às vezes, no Presidente Lula, com aquele entusiasmo que transmite a todos nós, acreditamos, mas não no segundo e no terceiro escalões do governo - aí, sim, os burocratas de plantão -, que parece que sentem medo de que o Brasil realmente acelere o seu crescimento. É um equívoco aqueles pensantes de plantão, pessoas que trabalham sob ar condicionado, sem conhecer em nada a realidade brasileira, os nossos problemas, mas definem os projetos, os programas, o que será divulgado, o que será informado e o que será feito para que a imagem do governo seja a mais alta e positiva possível. Trago esses casos para Minas Gerais e louvo a atitude da Secretaria de Educação, que tem trabalhado e muito, apesar de o governo divulgar informação contrária à realidade da referida Secretaria.

Estive, na semana passada, no Norte de Minas, na cidade de Caraí, onde visitei algumas escolas da zona rural. Não deprimido mas num baixo astral, voltei sentindo o que sentia ao visitar as cadeias, principalmente a cadeia pública da minha cidade, Pará de Minas. Onde caberiam 30 pessoas, havia 130, e saía de lá sem entender o que acontecia, sem saber o que poderíamos fazer para enfrentar essa situação.

Também ficamos surpresos quando o governo faz publicidade, divulgando que não há mais nenhuma escola estadual sem energia elétrica e sem água potável. E o que vi lá foi uma escola com 350 alunos, onde não há nem privada para os meninos utilizarem, e, quando ela existe, não há água. Não acredito que, no Estado de Minas Gerais, que faz uma publicidade quase diária, não haja problemas. Insistimos em aprovar esse Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado de longo prazo. Creio ele que é o planejamento de que necessitamos, apesar de servir muito mais a uma discussão política propositiva e positiva para as publicidades oficiais do governo do que realmente para uma efetividade dos programas que aqui aprovamos. É isso que me deixa às vezes angustiado na política. Fico triste ao ver que as informações são mais importantes que a realidade do povo.

O ex-Governador Itamar Franco disse, numa reunião nesta Casa, que, enquanto alguns técnicos e governos querem administrar com números e com dados estatísticos, não iremos a lugar nenhum, porque os números ficam mais importantes que o cidadão. E ele tem toda razão porque, quando se toma um dado estatístico que diz que não há nenhum menino fora da sala de aula, que não há escola em Minas Gerais sem energia elétrica, sem água, sem rede de esgoto, isso passa a corresponder à realidade. Quando você vê aquilo escrito num papel, de forma enfática, numa propaganda quase diária do governo, passa-se a acreditar que realmente estamos no paraíso. Mas, quando começamos a visitar os locais, constatamos que a realidade é outra.

Nesta semana, Padre João, o jornal "Estado de Minas" trouxe algumas reportagens sobre as nossas estradas. Sou daqueles que criticam, mas participo das questões, às vezes isoladamente, como uma voz única, sei disso. Mas vim de um grupo que lutou pela liberdade de imprensa, pela liberdade política, pela democracia. Portanto, ainda carrego essa vontade de trabalhar. Ontem, ao tomar conhecimento da reportagem, constatee que várias estradas nossas, Doutor Viana, inclusive na sua região, estão em péssimo estado. Quanto a essa questão, já fizemos um movimento. Em 2005, às vésperas do carnaval, eu e mais cinco pessoas paralisamos a BR-262 por 4 horas, para chamar atenção das

autoridades para o fato de que não era possível manter uma estrada como aquela, cujo fluxo de carros talvez seja maior que o da BR-381, no estado em que se encontrava. Não adianta apenas ficar aqui, no Plenário, discutindo e reclamando. Temos de agir. Tivemos ações e reações, naquela ocasião. Enfrentamos a Polícia Rodoviária Federal, que quis desbloquear a estrada, e não deixamos. E fizemos tudo apenas para chamar atenção das autoridades, e não para aparecer. Pusemos fogo em pneus para não permitir passagem de nenhum veículo. E o único veículo, à época, que quis passar, foi o carro forte de uma empresa transportadora de recursos, que queria furar o nosso bloqueio, o que não permitimos. Apenas permitimos a passagem de alguma ambulância, caso de emergência. Precisamos de reações. Precisamos parar de fazer planos e programas, de aceitar tudo passivamente.

As coisas estão acontecendo apenas no papel, nos números e nos dados estatísticos. Em relação à educação, o governo insiste em dizer que não há problema. Mas a Secretária não omite informações, percebendo as dificuldades de um aprendizado atrasado, como está acontecendo. Os meninos não estão aprendendo como ela gostaria. E o governo faz publicidade do contrário. É isso o que tem-me chamado a atenção.

Fico angustiado quando vejo que os programas de longo prazo que elaboramos não avançaram. Não vemos as coisas acontecerem, porque as decisões são implantadas, impostas por via de gabinete. Falam que há discussão, mas não há, principalmente em relação à educação. Hoje a classe política e os atores mais importantes de todo o processo - os Diretores e as Diretoras das escolas e os alunos - não são ouvidos. Apenas recebem ordens para serem cumpridas. Não entendo porque ainda há Diretoras, com tanta carga negativa imposta pela Secretaria a essas coitadas. Há pouco tempo, eu disse à Secretária que as Diretoras têm toda liberdade de fazer o que é determinado. Essa é a liberdade delas. Eles determinam, e elas têm de cumprir.

Há pouco tempo, tivemos a informação de que a Secretaria havia mandado colocar um relógio, comprado de uma empresa, em todas as salas de aula, o que não faz diferença para a maioria dos lugares que visitei. É o menos importante. São investidos milhões de reais para atender a interesse de algum grupo da Secretaria que determina o que deverá ser feito. Deputado Doutor Viana, lembro-me de a Secretaria de Educação mandar dinheiro às caixas escolares e determinar o que teria de ser comprado. Às vezes, o dinheiro se destinava à compra de um "freezer", coisa de que a escola não precisava por já ter um, e a escola tinha de devolvê-lo. A escola não poderia utilizá-lo para outra coisa, porque a pessoa da Secretaria ou do Ministério que elaborou aquela determinação não conhecia a realidade e as necessidades das nossas escolas. É isso o que me deixa angustiado nesses programas, nesses planos de desenvolvimento. A maioria das pessoas não conhece a nossa realidade.

Conclamo a classe política para andar mais, visitar mais as escolas, as cadeias, os hospitais e ver a situação das nossas estradas e moradias, para que possamos ter uma visão diferente do planejamento. Planejar, baseando-se em números e em dados estatísticos, é muito cômodo. Como dizia o Governador Itamar Franco, enquanto analisamos os dados estatísticos, o povo passa por dificuldade, pois fica na segunda, terceira ou quarta expectativa de ter seus interesses atingidos. As pessoas ficam frustradas, pois vêem a publicidade oficial do governo dizendo que está tudo resolvido, sem problema. Pensam que a situação foi resolvida em todos os lugares, menos em sua comunidade, em sua cidade, e perguntam: "Será que não temos aqui um Deputado, um Prefeito, um Vereador?". Isso ocorre, porque recebem informação de que não há problema no Estado. Mas as pessoas sentem na pele que sua escola não possui rede de água e de esgoto, que a escola está caindo. Então, vem a frustração de todos nós.

Deputado Getúlio Neiva, por isso queremos discutir esse plano com mais realidade. O plano foi feito à base de números e de informações. E todos nós sabemos que os números são frios e fáceis de serem manipulados.

O Deputado Getúlio Neiva - Nobre Deputado, permita-me fazer uma consideração sobre o tema. Na verdade, o PMDI deveria prever não apenas as estatísticas, como V. Exa. disse, mas, sobretudo, um estudo mais sociológico do Estado, a perspectiva de desenvolvimento do ser humano, não apenas as obras a serem realizadas.

Sei que a Deputada Elisa Costa irá apresentar, daqui a pouco, uma emenda ao PMDI.

Dentro do enfoque de V. Exa., gostaríamos de lembrar que a falta de receptividade por parte dos órgãos do governo, especialmente dos técnicos burocratas em relação às críticas e posições tomadas pelos Deputados, faz com que o Executivo, às vezes, erre. E esse não é nosso objetivo. Como Deputados, devemos trabalhar para que o governo seja alertado para que, a partir daí, tome providências. Preocupa-me um aspecto sobremaneira importante. Os Deputados podem chegar aqui e fazer uma crítica a uma Secretaria, a um estado de coisas, dizer do comportamento dos técnicos burocratas do governo, mas não são atendidos. Não se presta atenção naquilo que o Deputado, na sua ação fiscalizatória, deve fazer e faz. Entretanto, no dia em que o Promotor de Justiça manda uma cartinha, uma advertência, correm todos para buscar um TAC ou uma solução intermediária.

Deputado Antônio Júlio, o desprestígio atual do Poder Legislativo é marcante. Veja você, meu querido companheiro, que lutou ao nosso lado pela redemocratização do País, um pouco de nossa história. Tivemos uma ditadura. O primeiro governo eleito, Collor, repleto de corrupção. Foram 12 Deputados cassados, os anões do Orçamento. O Poder Legislativo cassou o Presidente da Câmara e o Presidente da República. O povo já se esqueceu disso. Esqueceu que o Poder Legislativo cassou os anões do Orçamento, o Presidente da Câmara e o Presidente da República. Alguns renunciaram antes, mas a cassação era fatal.

Hoje, os jornais do Brasil se regozijam porque o Supremo Tribunal Federal - STF - abriu processo contra os 40 ladrões. E Ali Babá? O STF irá procurá-lo? Se as pessoas que assumem posições e cargos prestassem atenção no discurso de V. Exa., a realidade brasileira certamente seria outra. É preciso colocar as coisas em seus lugares, buscar a humanização dos projetos de governo, especialmente os que levam em consideração o desenvolvimento planejado para os próximos anos. Preocupa-me.

No caso da minha região, não farei questionamentos ou apresentarei propostas. Temos recebido um grande volume de obras deste governo. É verdade. Entretanto, a obra que é necessária, a obra de que precisamos, de que o Norte, Nordeste e Noroeste de Minas precisam - as três regiões mais pobres que representam 40% do território - é a estrada de ferro para carregar nossas riquezas. A região tem apenas 10% do PIB de nosso Estado. Fiz vários discursos sobre a estrada de ferro. Falei, falei. Não está no PMDI. O governo foi até lá agora e está tentando montar um plano estruturador. Lamentavelmente, os Secretários que compareceram não tocaram no assunto da estrada de ferro. Não há como desenvolver o Norte, Nordeste ou Noroeste de Minas, se não houver infra-estrutura para buscar nossos minérios que estão lá, já pesquisados, em mapeamento geológico feito em 1994. Jazidas estão sendo olhadas até pelo capital estrangeiro, empresas chegam para verificá-las e não temos a oportunidade de exportar nosso eucalipto. Temos 120 mil hectares de eucalipto plantados no Alto do Jequitinhonha, desde a década de 1970, mas não temos como buscá-los. O PMDI precisa ser discutido, sim. V. Exa. tem razão em fazê-lo e em colocar o dedo nas chagas. Temos problemas, precisamos resolvê-los e é necessário que alguém venha na tribuna para colocá-los a fim de que o governo acerte e nos ajude a resolvê-los. Muito obrigado pelo aparte, nobre colega. Estamos às ordens para discutir esse assunto quantas vezes ele for colocado.

O Deputado Antônio Júlio\* - Obrigado, Deputado Getúlio Neiva. Lembrava-me, quando V. Exa. fazia o discurso, de como as coisas são executadas ou de como pelo menos tenta-se executá-las nos gabinetes. Na época do governo Eduardo Azeredo e início do governo Itamar Franco, lutávamos para fazer uma ligação asfáltica entre Pará de Minas e Sete Lagoas.

Pará de Minas está praticamente dentro de Sete Lagoas. Há ali a nossa região Papagaios, Maravilhas e Pequi, e não tínhamos nenhuma ligação asfáltica com aquela região, pois éramos cortados pelo Rio Paraopeba. Fomos ao governo, fizemos discussões, e havia um estudo, Deputado Carlin Moura, de técnicos do DER, que não aceitavam as nossas argumentações. Eles queriam autorizar a construção da estrada ligando

Maravilhas a Sete Lagoas, mas por um plano de asfaltamento feito por eles ligando o Norte ao Sul de Minas, passando por uma serra. Mostre-lhes que tentávamos asfaltar uma estrada existente e já havia dificuldades. Como faríamos uma estrada em cima de uma serra, Deputado José Henrique? As pessoas não conheciam a região. Propus pagar um helicóptero para sobrevoarmos aquela região a fim de mostrar que aquilo era planejamento de pessoas de gabinete que não tinham a mínima noção do que propunham. Vim aqui denunciar isso, discuti e briguei, e o que aconteceu? Não saiu do papel, perdemos.

Agora lutamos junto ao Governador Aécio Neves, e tenho quase certeza de que ele autorizará a construção da estrada ligando Papagaios a Pitangui, substituindo aquela idéia mirabolante dos técnicos que queriam fazer uma estrada onde não havia a mínima possibilidade, nas condições atuais do governo. Talvez em um futuro que esperamos seja rápido, o governo possa fazer outros tipos de estradas melhores, com mais condições e encurtando caminhos. É essa a discussão que faço, é essa a questão que lembro ao governo, mostrando não só as dificuldades criadas por ele, mas também as alternativas. Às vezes, temos na cabeça uma alternativa que não é viável tecnicamente, e também entendo dessa forma.

Há pouco tempo, vejo o governo gastar R\$400.000,00, porque não autorizou a Diretora de um presídio a gastar R\$2.000,00. Os técnicos disseram que aquilo não estava no Orçamento. Por que eles dizem isso? Porque eles não conhecem a realidade da direção do presídio. Não querem saber se o presídio está com torneira quebrada, se há vazamento e se foi cortado um cabo de energia elétrica. Para eles isso não interessa e não é planejamento. Tenho dito a alguns companheiros ligados ao governo - e nós também somos ligados a ele, apesar de sermos críticos - que, se ele não retomar esse choque de gestão com responsabilidade, haverá um choque de gestão que parará um monte de coisas ruins no governo, como o caso de Ponte Nova. Minto: Ponte Nova não é em Minas Gerais, pois o que ocorreu em Minas Gerais, em Ponte Nova, não é questão do governo. Envolveram os presos do Rio de Janeiro, que não estavam em Minas Gerais.

Então, lembro essa questão como uma forma de ajudar, porque ficamos aqui nesse puxa-saquismo excessivo em que todos estão com o Governador Aécio Neves... Ele já tem prestígio e não necessita que mais ninguém fique puxando saco, pois está bem perante a opinião pública. Temos de ajudar o Governador - e aí a maioria não aceita isso -, porque temos condições de dar a ele sustentação em tudo de bom que foi feito. Tudo de bom que foi feito começa a desmoronar, porque não se tem mais o cuidado de fazer as coisas corretas, os investimentos necessários e de se preocupar com a vida do cidadão. Às vezes, apenas com as informações dos dados estatísticos e as colhidas em gabinete por um grupo de consultores buscados em outros Estados, os quais não conhecem o Estado de Minas Gerais, e os dados da planta ou do mapa de Minas, querem definir programas.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Nobre Deputado Antônio Júlio, quero compartilhar com o pensamento de V. Exa. a respeito dessa visão tecnicista do projeto original do PMDI que chega a esta Casa. Durante a tramitação do projeto, apresentava e levantava essa discussão. Primeiro, a proposta do projeto original desconsiderou tudo que já tinha sido feito no passado, do ponto de vista de planejamento, especialmente a contribuição de planejamento do Governador Itamar Franco. Este, no passado, apresentou um PMDI que considerou a integralidade do planejamento em Minas Gerais e, especialmente, o papel do Estado, da instituição pública e das agências fomentadoras do desenvolvimento.

Parece-me que isso foi completamente desconsiderado no projeto original apresentado pelo Governador Aécio Neves.

O outro aspecto que quero mencionar, nobre Deputado Antônio Júlio, é que a contribuição da sociedade nesse processo foi pouco valorizada. Devo fazer um registro positivo a respeito do relator, o nobre Deputado Agostinho Patrús Filho, que acatou as emendas da Comissão de Participação Popular, uma contribuição muito importante, talvez a grande novidade desse PMDI. O projeto original não trazia a contribuição popular. A Comissão de Participação Popular ouviu as entidades. O relator Agostinho Patrús teve a sensibilidade de acatar essa proposta. Se não fossem essas emendas, o projeto estaria, sem dúvida nenhuma, com a frieza dos números e da tecnicidade, como é o projeto original. Devo compartilhar com esse pensamento. É fundamental que o Estado, ao fazer o planejamento estratégico para 2023, não se esqueça do papel especial do poder público, do agente Estado como órgão fomentador do crescimento e do desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

Este debate é muito importante, especialmente no momento em que vivemos, no cenário internacional, talvez uma das maiores crises da economia mundial que se abateu especialmente sobre o centro do capital financeiro, que são os Estados Unidos da América. E, na crise, quem é que vem para socorrer-nos? É justamente o poder público, por meio do Banco Central deste país, que vem socorrer a economia. Isso serve para mostrar que não podemos fazer planejamento em Minas Gerais sem ter a proeminência do poder público, dos agentes fomentadores do desenvolvimento. Não desenvolveremos Minas Gerais simplesmente pela lógica do mercado ou pela lógica da tecnocracia, que é o que prevaleceu no projeto original. Temos que avançar muito em relação ao planejamento em Minas Gerais. Não podemos cometer o equívoco de desfazer o que foi feito no passado. Reafirmo a contribuição de planejamento que o governo Itamar Franco trouxe para Minas Gerais e que foi desconsiderada no novo PMDI, ora em tramitação nesta Casa.

Não se faz planejamento sem a participação popular. Não se faz planejamento sem ouvir o povo, a sociedade civil organizada, pecado este cometido pelo projeto original, apresentado pelo Governador Itamar Franco.

V. Exa., ao apresentar essas questões, traz um importante debate, uma importante lição para o conjunto desta Casa.

O Deputado Antônio Júlio\* - Agradeço ao Deputado Carlin Moura. Faço uma proposta um pouco diferente. Logicamente que em 2008 faremos outra adequação ao PMDI. Vimos que funciona no papel ou que pelo menos se tenta colocar em prática aquilo que propõem em gabinete, pois não conhecem a realidade.

O que mais me assusta é que temos consultores do Brasil inteiro trabalhando para o governo, principalmente na Secretaria de Gestão. Falo isso com tristeza porque Minas Gerais sempre teve cabeças pensantes e altamente qualificadas, que estão trabalhando em outras partes do País e não podem servir ao nosso Estado, que busca profissionais em outros Estados.

Quando aprovamos o Projeto Minas em Dia, um projeto mirabolante da Secretaria da Fazenda, o Governador o lançou na Fiemg, com todas as pompas. Quando o Governador apresentou o projeto para alguns Deputados, eu lhe disse que o projeto era academicamente perfeito, mas que não funcionaria. Fui criticado, disseram que sou pessimista. Não sou pessimista; sou prático. Participei da discussão com dois consultores. Discutimos durante muitas horas.

Em determinado momento, perguntei a um deles, rapaz inteligente, bem apresentado, bom de conversa: "Você passou no último concurso da Secretaria da Fazenda?". "Não", respondeu "Sou gaúcho, do Ministério do Planejamento, e estou emprestado ao governo de Minas Gerais". Disse-lhe, então: "Com todo o respeito que tenho pelas pessoas, você não conhece Minas Gerais. Não está, portanto, credenciado a discutir as coisas do nosso Estado baseado apenas em informações acadêmicas. Deveria conhecê-lo um pouco mais, porque, como disse o poeta, Minas são muitas". Aliás, o grande erro do governo é querer fazer planejamento igual para todas as regiões.

A Deputada Elisa Costa briga, de todas as formas, pelos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, porque conhece essa realidade. Mas não é ouvida. Afinal, é da Oposição, é do PT. Ela, sim, mais do que qualquer técnico ou engenheiro, poderia dar contribuição prática e não teórica. Eu posso dar informações da minha região melhor do que qualquer técnico ou engenheiro. Tenho as informações corretas. Mas nós não somos ouvidos, não podemos ser ouvidos.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Concordo plenamente com V. Exa. quando diz que nada substitui o conhecimento prático da realidade cotidiana. Não será em escritório, sob ar refrigerado e sobre carpetes, sem o conhecimento da realidade, que serão feitos os projetos do futuro.

Quero apenas acrescentar às suas palavras que Minas Gerais saiu à frente ao criar o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. O PMDI foi construído, sim, em grande parte, por estudos técnicos de engenheiros e gestores - homens conhecedores das estatísticas, que, talvez, não tenham o conhecimento prático de V. Exa. e de muitas outras pessoas. Mas, na verdade, o PMDI é um plano de diretrizes. Não trata especificamente da realidade do dia-a-dia. São diretrizes gerais que Minas Gerais deverá percorrer nos próximos 20 anos.

O plano não quer resolver o problema imediatamente, de forma concreta e objetiva. Quer apenas dar direcionamento. Por isso, foi feito por acadêmicos, que conhecem as estatísticas. As estatísticas não falham. Não têm erro. Quando dizem que a região do Jequitinhonha é a mais pobre do Estado, estão dizendo a verdade. Não é preciso ter o conhecimento prático, ir lá, chegar à beira do Rio Jequitinhonha e ver o casebre à sua margem para saber que se trata de uma região pobre.

O projeto é acadêmico, sim, mas com uma visão de futuro, de diretrizes. Não se trata de ações específicas para resolver um problema pontual em determinado Município. Não é isso. É um programa de diretrizes, e nisso Minas Gerais saiu à frente. Minas é o único Estado que está fazendo esse tipo de coisa.

Por que os Estados Unidos e as nações da Europa têm desenvolvimento muito superior aos dos demais países? Porque eles planejam o futuro. Os Estados Unidos estão, no presente, construindo obras e implementando projetos que foram desenhados há 30 anos. A Europa, da mesma forma, teve crescimento ordenado.

Já nos tempos do ginásio, aprendemos que, no Brasil, o crescimento foi desordenado, ao contrário do que aconteceu na Europa, que teve crescimento ordenado. No Japão acontece a mesma coisa. E por quê? Porque fazem um ordenamento, um planejamento de longo prazo.

Minas está tentando fazer parte desse contexto, ou seja, elaborar um planejamento de longo prazo e, aí sim, baseado em dados estatísticos, conhecendo estatisticamente nossas falhas, nossos defeitos e nossos anseios. Nesse aspecto, foi utilizado como norte o IDH.

A Deputada Elisa Costa apresentou emendas que não foram acolhidas pelo relator, em que pretende privilegiar estudos e projetos para as regiões do Jequitinhonha e do Mucuri. Mas o PMDI privilegiou o IDH. Não ficou amarrado em desenvolvimento específico de regiões.

Há cidades com IDH muito baixo no Sul e no Triângulo Mineiro. Sabemos que o Triângulo é uma região desenvolvida, sabemos que o Sul é uma região rica, mas há cidades com IDH baixo. Há um acúmulo muito grande de cidades com IDH muito baixo na região Norte de Minas. Certamente, vamos ter ações incisivas nessa região. O foco principal do PMDI foi o IDH. Onde houver IDH baixo, Minas deverá ter um procedimento estratégico mais contundente. Isso fará com que o IDH dessas regiões suba. Mas V. Exa. não deixa de ter sua razão, ao dizer que os técnicos não conhecem a realidade do dia-a-dia. Todavia, especificamente, no caso do PMDI, esse conhecimento prático não é tão valioso e importante como será em outros momentos, quando esse PMDI efetivamente for concretizado.

Parabenizo mais uma vez V. Exa., que é um Deputado com quem aprendo muito. É um dos decanos da Casa, nosso ex-Presidente, um dos homens mais experientes deste parlamento. A cada dia, aprendo um pouquinho com V. Exa.

O Deputado Antônio Júlio\* - Obrigado, Deputado. Sei que esse programa de linhas de desenvolvimento integrado é um planejamento. Não estou descuidando dessa parte. Concordo que os planejamentos têm de ser de longo prazo. Mas o que me assusta é a execução do PMDI. No art. 6º da proposta original, vamos ler o seguinte: "Compete à coordenação do programa de Estado para resultados, instituída pela lei delegada...". Não há uma lei delegada que tenha dado certo. Já consertamos e revogamos várias. Elas foram feitas dentro de gabinetes sem se olhar a praticidade. Esse foi outro erro da Assembléia Legislativa, que deu ao governo a possibilidade de fazer as mudanças por lei delegada. Nenhuma delas deu resultado prático. Continuando: "...instituída pela Lei Delegada nº 112, de 25/1/2007, coordenar a execução do PMDI em conjunto com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.". É isso que me assusta, ou seja, a centralização do acompanhamento dos programas do PMDI. Às vezes, você tem um programa avançado da Secretaria de Educação, que já está dentro da prática e da necessidade, mas essa coordenação deve ser ouvida, para se saber se ele poderá entrar em vigor ou não. Sempre digo que nossos planejamentos são unitários e centralizados. Aí está o grande equívoco desse projeto. Se o governo criasse o programa e desse normas e regras a todas as secretarias, e estas pudessem ter autonomia para sua aplicação dentro dos recursos, com certeza as coisas caminhariam. Mas, com essa centralização, com esse grupo coordenador, as coisas não andarão. Tenho alergia de grupo coordenador, Dr. Viana e Deputado Weliton Prado. Nunca vi uma comissão ou um grupo coordenador chegar ao final do que estão querendo coordenar. Até gostaria de saber sobre as experiências práticas desses grupos, para que eu pudesse tirar esse conceito negativo que tenho de comissões e de grupos coordenadores. Essas comissões já vêm desde o Governo de Benedito Valadares, depois de Tancredo Neves. Ele dizia o seguinte: "Quando as coisas são importantes e de difícil solução, cria-se uma comissão.". Nesse momento, morre o assunto e ninguém cobra.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - V. Exa. está coberto de razão. O PMDI é muito ruim, frio, tecnicista, não se preocupa com o sentimento, com o social, e principalmente não traça as diretrizes para a valorização dos servidores do Estado de Minas Gerais, que são os responsáveis por mover a máquina em todas as áreas. Para dar um exemplo, o Governador não cumpriu a promessa de rever esse assunto. De acordo com a evolução da receita do Estado, ele iria valorizar o servidor. Mas isso não aconteceu. Gostaria de saber se, durante quatro anos, o salário do servidor dobrou. Isso não aconteceu, mas o orçamento do Estado dobrou.

O Orçamento do Estado em 2003 era de R\$17.000.000.000,00, e hoje ele é de R\$32.000.000.000,00, mas não houve essa mesma valorização para o servidor. Os servidores de todas as áreas não foram valorizados. Estão presentes os servidores da educação e o Sind-UTE, fazendo gestões para a aprovação de um piso que traga dignidade e valorização aos servidores, porque o projeto que aqui está vai criar apenas mais um abono. Ele não define um piso, mas um teto salarial.

Não atende de maneira nenhuma os servidores de Minas Gerais, que recebem um dos salários mais baixos de todos os Estados da Federação. Alguns servidores não conseguem pagar suas contas de energia elétrica, que, nos últimos 10 anos, aumentou em quase 500%. Só neste governo aumentou mais de 100%. O salário dos servidores acompanhou o aumento de energia elétrica, o aumento de IPVA, que, há dois anos, foi mais de 100%, para quem tem moto, veículo utilitário? Não. Infelizmente, o PMDI é frio, não se preocupa principalmente com quem move a máquina, com quem é responsável pelo crescimento do Estado, isto é, seus servidores. Não valoriza de forma alguma os servidores, não traça diretrizes.

Parabenizo o Deputado Agostinho Patrús Filho, que, demonstrando sensibilidade, melhorou o projeto acatando algumas emendas. Se assim não fosse, o projeto teria ficado muito pior. Espero que todos os Deputados desta Casa sensibilizem o governo não apenas quanto ao estabelecimento de um piso salarial para os servidores, mas também a fim de que possamos destacar algumas emendas no PMDI. Várias emendas foram protocoladas pelo PT, PCdoB e por outros partidos desta Casa, mas até agora o governo não as acatou. Também é muito importante a mobilização de todos os servidores de Minas Gerais que têm, como já disse, um dos menores salários dos Estados da Federação. Obrigada.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Respeito muito o Deputado Weliton Prado, parlamentar vigilante, ativo e que luta muito pelo engrandecimento dos servidores públicos de Minas Gerais, mas creio que está um pouco equivocada em algumas colocações. O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - não trata de matérias ligadas aos servidores públicos.

Sr. Presidente, deixo claro, para não ser mal interpretado, que o PMDI não é um projeto de lei que trata especificamente dos servidores. Falarei agora sobre os servidores. Os servidores da área de educação, de forma diligente, ordeira e com grande legitimidade, vieram aqui fazer suas reivindicações. Isso deve ser feito.

Farei uma ponderação. Estão aqui os Deputados Weliton Prado, Elisa Costa e Padre João, todos do PT. Desafio: será que o governo federal, o governo Lula está concedendo aos servidores da educação a mesma coisa que o governo de Minas está concedendo aos seus servidores? Conforme o Pac da Educação do governo federal, os servidores da educação terão em 2010 um piso de R\$840,00, mas, em Minas Gerais, isso acontecerá no próximo ano. Conforme o Pac do governo Lula, em todo o País, em 2010, o piso será de R\$840,00 para uma jornada de 40 horas semanais. Em Minas Gerais o piso será de R\$840,00, a partir de 2008, para uma jornada de 20 horas semanais.

É isso que está no projeto do governo que veio para a Assembléia Legislativa. Temos de ser claros e objetivos. Vamos fazer as comparações. Desafio se o governo federal concedeu ao servidor público o que o governo de Minas vem concedendo há quatro anos. Desafio numericamente. Desafio qualquer pessoa e qualquer categoria que tragam aqui as planilhas, a fim de sabermos se o governo federal concedeu aos servidores o que foi concedido pelo governo de Minas.

Deputado Antônio Júlio, a discussão deve ser democrática e precisa acontecer.

Sr. Presidente, desejo continuar o meu pronunciamento para dizer o seguinte: o salário-base do governo federal para a educação, a partir de 2010, de acordo com o PAC, será R\$840,00. Em Minas Gerais, esse salário vigorará a partir do ano que vem.

A discussão é válida e importante. Temos de discutir e buscar melhorias. Isso é o que todos desejamos, mas temos de trabalhar com a nossa realidade. Não adianta criticarmos e dizer que deveria ser como é na Suíça. Isso seria muito interessante, caso o salário mínimo fosse igual ao daquele país. Mas a nossa realidade é outra. Precisamos estudar e nos debruçar sobre essa questão, e temos de fazer isso com os nossos dados. Assim, o piso salarial de Minas Gerais será avançado e maior do que o do governo federal já no ano que vem, pois o do governo federal será somente para o ano de 2010.

Sr. Presidente, são essas as minhas considerações. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, discutíamos o PMDI, mas não há quórum para continuarmos os nossos trabalhos. Solicito que seja encerrada, de plano, a reunião, por falta de quórum.

#### Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105, em 8/8/2007

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Inácio Franco, Lafayette de Andrada, Luiz Humberto Carneiro e Paulo Cesar, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Irani Barbosa, Gilberto Abramo e Ronaldo Magalhães. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, e que ela se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. Em seguida, a Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Luiz Humberto Carneiro para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Lafayette de Andrada e para Vice-Presidente o Deputado Paulo Cesar, ambos com cinco votos. O Presidente "ad hoc", Deputado Antônio Júlio, empossa no cargo de Presidente o Deputado Lafayette de Andrada e passa a ele a direção dos trabalhos. Este, por sua vez, empossa o Vice-Presidente, Deputado Paulo Cesar. A seguir, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Antônio Júlio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Paulo Cesar - Antônio Júlio - Inácio Franco - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei Complementar nº 105, em 8/8/2007

Às 16h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Paulo Cesar, Antônio Júlio, Inácio Franco e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Irani Barbosa, Adalclever Lopes e Gilberto Abramo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar, em turno único, o Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 105/2007, Ex-Projeto de Lei Complementar nº 17/2007, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público e dá outras providências, e faz a leitura de ofício do Sr. João Batista da Silva, Procurador de Justiça e Presidente do Grupo de Estudos do Projeto de Lei Complementar nº 17/2007, encaminhando parecer elaborado pelo referido grupo, com o objetivo de fundamentar, juridicamente, as ações necessárias da Procuradoria-Geral de Justiça em face das alterações efetuadas pelo Poder Legislativo na Lei Complementar nº 34/94. O relator, Deputado Antônio Júlio, com a palavra, procede à leitura do seu parecer, o qual conclui pela manutenção do veto oposto aos incisos II e III do art.14 e pela rejeição do veto oposto aos demais dispositivos da Proposição de Lei nº 105/2007. Após discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta Comissão.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Paulo Cesar - Antônio Júlio - Inácio Franco - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 14ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 22/8/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda e Fahim Sawan (substituindo este ao Deputado Zezé Perrella, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Cecília Ferramenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 900/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos das Deputadas Rosângela Reis em que solicita realização de reunião conjunta desta Comissão e das do Trabalho, da Previdência e Ação Social e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para, em audiência pública, debater a consequência de Decreto nº 44.035, de 2005; Ana Maria Resende em que solicita realização de reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para, em audiência pública, debater sobre o aumento das tarifas da Cemig e as dificuldades enfrentadas pelas pequenas indústrias, em especial, a têxtil; dos Deputados Vanderlei Miranda em que solicita realização de reunião para, em audiência pública, debater a paralisação de mais de 2.000 pedidos de abertura de empresas mineiras, em decorrência da falta de estrutura da Receita Federal do Brasil e da Secretaria de Estado da Fazenda para operar o Cadastro Sincronizado Nacional; e seja realizada visita desta Comissão e da de Transporte, Comunicação e Obras Públicas às instalações do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins com o intuito de verificar "in loco" a situação daquele complexo aeroportuário; Eros Biondini em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, debater, com os convidados que menciona, o Projeto de Lei nº 555/2007; e seja realizada visita desta Comissão e da de Transportes, Comunicação e Obras Públicas ao Ministério da Defesa, à Agência Nacional de Aviação Civil-Anac - e à Infraero, em Brasília, a fim de apresentar sugestões e reivindicações dessas Comissões sobre a transferência do tráfego aéreo do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins; Fahim Sawan em que solicita seja realizada reunião, na cidade de Uberaba, para, em audiência pública, debater a 15ª Semana dos Dinossauros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Cecília Ferramenta - Eros Biondini.

ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 23/8/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, João Leite e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre a suposta agressão praticada por policiais militares contra família em 27/7/2007 e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, encaminhando para conhecimento, cópia da Lei nº 13.955, de 20/7/2001, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos carcerários; Alvaro Teixeira da Costa, Diretor da TV Alterosa, encaminhando cópia da gravação efetivada por essa emissora durante realização de reunião da Comissão no dia 12/7/2007, solicitada por meio do Ofício nº 1.478/SGM; Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, informando que a denúncia de possível irregularidade por parte de membro da Polícia Federal no processo que envolve Aroldo Nunes de Oliveira, Frederico Arley Ribeiro, Juliana Albino Bordin e Maria do Carmo Nunes de Oliveira, de Montes Claros, foi encaminhado ao Diretor-Geral da Polícia Federal, para providências; Cássio Antônio Ferreira Soares, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 440/2007, da Comissão; Mário Konichi Higuchi Júnior, Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, justificando sua ausência na reunião e informando que o Procedimento de ID 826123, instaurado por esta Promotoria de Justiça Especializada, visando a apurar eventuais agressões praticadas por policiais militares contra família em 27/7/2007, se encontra em regular tramitação, aguardando a realização de inúmeras diligências para o deslinde da questão; Luíza Helena Trócio Fonseca, Promotora de Justiça da Comarca de Ouro Preto, esclarecendo que já foram enviadas as informações requeridas pelo Presidente da Casa concernentes à morte de Gil Magno Cruz, bem como referentemente a Walmary Moreira; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional (17/8/2007). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Major PM Carlos Wagner da Silva, Adjunto de Análise na Corregedoria da PMMG, representando o Cel. César Romero Machado Santos, Corregedor de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; o Sr. Dino Miraglia Filho, advogado; e a Sra. Maria Alves Piero Gonzaga, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (17), em que solicita pedidos de providências à Secretária Estadual de Cultura, solicitando agilidade na efetivação do convênio com Centro Vhiver, que atende a 3 mil pessoas soropositivas para HIV no Estado; à Secretária Estadual de Cultura e à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig -, prorrogação do comodato para uso do imóvel onde funciona o Centro Vhiver, e a interrupção do processo de despejo dessa entidade; à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, solicitando a ampliação do número de atendimentos conveniados com esse Centro; em que solicita pedido de informações: ao CAO - Conflitos Agrários sobre providências adotadas pelo Ministério Público, com relação a representações, encaminhadas à Comissão, subscritas por trabalhadores rurais sem terra ligados ao movimento Liga dos Camponeses Pobres; ao Comando-Geral da PMMG e à Secretaria de Estado de Defesa Social, sobre motivação do impedimento do Deputado Padre João de acesso ao cerco policial promovido contra a manifestação de estudantes em Belo Horizonte, em grave afronta à prerrogativas constitucionais de um parlamentar e a abertura de processo policial-militar para apurar responsabilidades por esse fato; em que solicita seja encaminhada à ouvidoria do Sistema Penitenciário de São Joaquim de Bicas a representação subscrita por Agentes Penitenciários na qual relatam várias denúncias de irregularidades; em que solicita sejam encaminhados ofícios ao Diretor do Foro de Barbacena, solicitando agilidade na concessão da Ação Ordinária nº 005605088675-5, subscrita por Francisco dos Anjos dos Anjos Pereira e representantes do grupo das vítimas do jubileu de São José Operário-2004; à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado e à Corregedoria da Polícia Civil, enviando cópia da documentação apresentada pela Vereadora da Câmara Municipal de Três Pontas, para as providências cabíveis ao caso e solicitando que seja anexada aos ofícios cópia das notas taquigráficas da reunião; à Corregedoria do Tribunal de Justiça, solicitando que seja apurada denúncia de possível perseguição política contra servidora do Fórum de Três Pontas, conforme documentação apresentada pela servidora à Comissão; em que solicita sejam realizadas visitas da Comissão, com o Secretário de Defesa Social, Corregedoria de Polícia Civil e com o Corregedor do Ministério Público, para se tratar do caso do Sr. Sebastião Ramos Filho, que alega ter sofrido agressões por policiais civis e militares; e outra à Penitenciária José Maria Alkimin, inclusive o centro de apoio médico, para se verificarem as condições desse estabelecimento penal; seja encaminhado ofício à Corregedoria de Polícia Civil, solicitando providências para a apuração da invasão da residência da Sra. Rosângela Ciriaco de Oliveira, que alega que sua casa foi arrombada e depredada por traficantes, fato esse que está sob investigação do 14º DP; solicita ainda sejam anexadas as notas taquigráficas com a denúncia do fato; seja enviado ofício ao Juiz Federal Substituto da 7ª Vara Civil em Minas Gerais, informando que a Comissão está acompanhando o caso afeto ao Processo nº

2006.38.00.024376-0, que o imóvel da Fundação Navantino Alves está ocupado por 60 famílias (aproximadamente 150 pessoas), e não 45 pessoas, como foi informado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado, que o órgão responsável pela política da habitação no Estado é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, que deveria se responsabilizar pelo plano de reassentamento dessas famílias e, por fim, que a Lei nº 13.604, de 28/6/2000, determina o acompanhamento, por comissão especial, dos processos de desocupação de áreas invadidas para assentamento rural ou urbano do Estado; seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, responsável pela política de habitação no Estado, encaminhando cópia da decisão judicial do Processo nº 2006.38.00.024376-0, que tramitou na 7ª Vara Civil da Justiça Federal em Minas Gerais, solicitando o envolvimento da Secretaria no processo de desocupação do imóvel da Fundação Navantino Alves, em Belo Horizonte, e na elaboração de um plano de reassentamento da 60 famílias que atualmente habitam esse imóvel; em que solicita seja convocado o Cel. PM Sandro Afonso Teatine Sales, do Comando Especializado de Minas Gerais, e convidado o Reitor da PUC MG, Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, para prestarem esclarecimentos sobre a ação da PMMG em 22/8/2007, quando da ocupação por estudantes e movimentos sociais de um prédio privado, supostamente da Companhia Vale do Rio Doce; João Leite (4) em que solicita visita da Comissão à Cadeia Pública de Ouro Preto, para verificar as condições de guarda de presos no local; seja enviado ofício à Promotoria de Justiça da Comarca de Ouro Preto, solicitando cópia dos processos investigatórios que apuram desvios de conduta policial ocorridos no último ano (abuso de autoridade, lesões corporais, entre outros), a fim de instruir audiência da Comissão com o Comando-Geral da PMMG; audiência da Comissão com o Comando-Geral da PMMG, para tratar da ocorrência recorrente de desvio de conduta policial no Município de Ouro Preto; seja encaminhado ofício à Chefia da Polícia Civil do Estado, pedindo a transformação, com o devido investimento em equipamentos e pessoal, da 28ª Delegacia Seccional de Ouro Preto em Delegacia Regional, para que possam atender com mais agilidade e eficácia às demandas investigativas da região; Antônio Júlio em que solicita à Subsecretaria de Administração Penitenciária informações sobre a redução do número de Agentes Penitenciários na Penitenciária Pio Canedo, em Pará de Minas; Padre João em que solicita sejam ouvidos cidadãos de Ouro Preto sobre denúncias de violência cometidas pela Polícia Militar que atua nesse Município e posteriores providências; Luiz Tadeu Leite e Ruy Muniz em que solicitam seja realizada reunião em Ponte Nova para, em audiência pública, debater a situação da guarda de presos na cadeia pública local e a morte de 25 detentos, ocorrida naquela unidade prisional, em 23/8/2007; Luiz Tadeu Leite em que solicita seja encaminhado ofício à Corregedoria da Polícia Militar do Estado, solicitando as conclusões do inquérito policial que apura o envolvimento de policiais em agressões a três pessoas, entre elas um adolescente de 15 anos, nas proximidades do Hospital Risoleta Neves, em Venda Nova. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Luiz Tadeu Leite - Ruy Muniz - João Leite - Padre João.

#### ATA DA 21ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 29/8/2007

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apurar denúncia de que medicamentos de tratamento de câncer importados de países vizinhos, ineficazes ou prejudiciais à saúde, estariam sendo usados nas unidades da Fhemig, no Hospital do Ipsemg e nas unidades de Oncologia do Sistema Único de Saúde em Minas Gerais, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Saulo Levindo Coelho, Provedor da Santa Casa de Misericórdia, encaminhando exemplar do relatório de gestão, ano 2006, do Grupo Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde, encaminhando a esta Comissão relatórios consolidados de Prestação de Contas do Sistema Estadual de Saúde, referente à execução orçamentária do 2º trimestre de 2007; Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, convidando para a cerimônia de posse da Diretoria Executiva Nacional do Conasems, no dia 29/8/2007, às 19 horas, no Memorial JK, em Brasília; da Nature's Plus Farmacêutica Ltda., dando ciência do pregão eletrônico nº 22/2007, da Secretaria de Estado de Saúde. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Mitico Yokota, Coordenadora de Alta Complexidade da Secretaria de Estado de Saúde, e os Srs. Luiz Adelmo Lodi, referência técnica em Oncologia da SES; Edson Perini, professor da Faculdade de Farmácia da UFMG; Ana Paula Campos Silva, especialista em Políticas e Gestão de Saúde da SES; Antônio Salustiano Machado, Diretor-Presidente da Quiral Química Ltda. de Juiz de Fora; Alexandre Dupeyrat, Ex-Ministro da Justiça e Advogado da Quiral Química Ltda., que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer as suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos membros da Comissão em que solicitam seja encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa -, pedido de informações acerca de providências tomadas pela Agência sobre denúncia oferecida pela Quiral Química Ltda., Juiz de Fora; do Deputado Ruy Muniz, em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Saúde, para que seja realizada, pela Fundação Ezequiel Dias - Funed -, as análises fármaco-químicas do "Docetaxel" para investigar a denúncia encaminhada a esta Comissão pelo Dr. Antônio Salustiano Machado, solicita, ainda, que os resultados sejam enviados a esta Comissão e que as notas taquigráficas com o depoimento do Sr. Antônio Salustiano sejam encaminhadas aos técnicos da Funed e ao Sr. Roberto Porto Fonseca, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia, para fundamentar as análises. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 657, 1.086, 1.183 e 1.202/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 30/8/2007, às 10:00 horas, com a finalidade de discutir a dificuldade dos Municípios que não contam com trabalhos de médicos legistas, de obter informações sobre a demora no atendimento de pedidos de autópsia e a dificuldade do médico legista para realização do trabalho com a falta do auxiliar de necropsia, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2007.

Carlos Pimenta, Presidente - Ruy Muniz.

#### ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 29/8/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Vanderlei Miranda e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Delvito Alves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 896/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Eros Biondini). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.196/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos desta Comissão (2), em que solicitam sejam realizadas visitas desta Comissão às instalações do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, com intuito de verificar "in loco" a situação daquele complexo aeroportuário, e ao Ministério da Defesa, à Agência Nacional de Aviação - Anac -, e à Empresa de Infraestrutura - Infraero, em Brasília, para apresentar sugestões e reivindicações desta Comissão relativas à transferência de parte do tráfego aéreo do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Minas Gerais, com os convidados que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência

agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Eros Biondini - Bráulio Braz.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 29/8/2007

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa e o Deputado Domingos Sávio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Domingos Sávio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 402, 1.374, 1.380 e 1.382/2007, este com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Elisa Costa); 1.322, 1.348 e 1.359/2007 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes); 1.334, 1.362, 1.370, 1.371 e 1.373/2007 (relator: Deputado Domingos Sávio); 1.384, 1.385, 1.388, 1.389, 1.390, 1.391, 1.393 e 1.394/2007, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Walter Tosta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 814, 1.078, 1.079, 1.094, 1.100, 1.115, 1.146, 1.148, 1.152, 1.156, 1.179, 1.185, 1.187, 1.189, 1.191, 1.193, 1.197, 1.198, 1.200, 1.205, 1.206, 1.207, 1.210, 1.211, 1.214, 1.232, 1.234, 1.258, 1.259, 1.265, 1.272 e 1.274/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2007.

Rosângela Reis, Presidente.

### ordem do dia

Ordem do dia da 24ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 3/9/2007

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 3/9/2007, destinada à comemoração do Dia do Profissional de Educação Física.

Palácio da Inconfidência, 31 de agosto de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/9/2007, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir a proibição do comércio de aves vivas no Estado, estabelecida no Programa de Regionalização Avícola, implantado pelo IMA, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2007.

Vanderlei Jangrossi, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar Nº 27/2007

Comissão de Constituição e Justiça

## Relatório

Por meio da Mensagem nº 68/2007, o Governador do Estado encaminhou a esta Casa o projeto de lei epígrafe, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada – Ugeprevi – e o Conselho Estadual de Previdência – Ceprev – para o Regime Próprio de Previdência do Estado, altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 13/7/2007, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em conformidade com o art. 192, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno, a proposição foi encaminhada a esta Comissão, para receber parecer quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

## Fundamentação

A proposição sob comento, segundo a mensagem do Governador do Estado, cria a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada – Ugeprevi –, de acordo com o § 20 do art. 40 da Constituição da República, com as modificações introduzidas pelas Emendas nºs 20, de 1998, e 41, de 2003, e o Conselho Estadual de Previdência – Ceprev –, órgão executivo, consultivo e deliberativo, com a atribuição de administrar a Ugeprevi e com o objetivo maior de garantir a unicidade e a padronização das normas e dos procedimentos adotados para a concessão de benefícios previdenciários.

Em seu art. 7º, estabelece as situações nas quais servidores passariam a ser titulares de cargo efetivo desde a data de ingresso no serviço público estadual.

Por fim, o projeto promove alterações na Lei Complementar nº 64, de 2002, que instituiu o regime próprio de previdência e assistência social dos servidores públicos do Estado: revoga o art. 79, altera a redação do inciso I do art. 3º, o inciso IV do art. 56 e o "caput" do art. 85 e acrescenta o inciso III ao art. 39.

Foi apresentada, por meio da Mensagem nº 89/2007, do Governador do Estado, emenda ao projeto, mantendo as autarquias Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM – e Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.

Primeiramente, cabe-nos esclarecer que, em obediência ao Regimento Interno, esta Comissão, em sua esfera de competência, aprecia a proposição exclusivamente sob o aspecto jurídico-constitucional, cabendo a avaliação da conveniência e da oportunidade da matéria às comissões de mérito.

No que tange à criação da Ugeprevi, a Orientação Normativa nº 1, do Ministério da Previdência Social, considera, em seu art. 2º, inciso V, unidade gestora entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública de cada ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

A citada norma, em seu art. 14, parágrafo único, dispõe que o Regime Próprio de Previdência dos Servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será administrado por unidade gestora única, vinculada ao Poder Executivo.

Por sua vez, o art. 9º da Lei Federal nº 10.887, de 2004, estabelece que a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores contará com um colegiado, com participação paritária de representantes e de servidores dos Poderes da União, cabendo-lhe acompanhar e fiscalizar sua administração, na forma do regulamento.

Quanto às modificações da Lei Complementar nº 64, de 2002, o art. 5º do projeto altera a redação do inciso I do art. 3º, estabelecendo que são vinculados compulsoriamente ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores os servidores públicos titulares de cargos efetivos das administrações direta, autárquica e fundacional dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, assim considerados aqueles cujas atribuições, deveres e responsabilidades específicas estejam definidas em estatuto ou normas afins e que tenham sido aprovados por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos ou de provas de seleção equivalentes bem como aqueles efetivados nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual.

O referido artigo altera, ainda, o inciso IV do art. 56 da referida lei complementar, estabelecendo como fonte de receita do Funpemp saldo positivo oriundo da compensação financeira prevista no § 9º do art. 201 da Constituição da República.

E, por fim, o projeto em estudo altera a redação do art. 85, modificando o rol dos beneficiários da assistência médica, hospitalar e odontológica bem como social, farmacêutica e complementar prestada pelo Ipsemg. Segundo a redação em vigor, são os segurados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores referidos no art. 3º e os servidores não titulares de cargo efetivo definidos no art. 79 da mencionada lei complementar, inclusive seus dependentes. Com a alteração proposta, seriam mantidos os segurados referidos no art. 3º, os servidores detentores exclusivamente de cargo de provimento em comissão, os agentes políticos e os servidores admitidos nos termos do art. 10 da Lei nº 10.254, de 20/7/90, que são os designados para os cargos de Professor, Especialista em Educação, Servçal e de Serventuários e Auxiliares da Justiça.

O art. 6º do projeto acrescenta ao art. 39 da referida lei complementar o inciso III, estabelecendo que compete ao Estado, por meio da Confip, assegurar o saldo negativo oriundo da compensação financeira prevista no art. 201 da Constituição da República.

Em seu art. 12, revoga o art. 79 da citada norma, segundo o qual "o Estado, por meio de seus Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, suas autarquias e fundações, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, poderá assegurar aposentadoria a seus servidores não titulares de cargo efetivo e pensão aos seus dependentes, bem como os demais benefícios previdenciários, observados as regras do RGPS, conforme o disposto no § 13 do art. 40 da Constituição da República e, no que couber, as normas previstas nesta lei complementar".

Por fim, no tocante à efetivação de pessoal, o projeto em estudo, em seu art. 7º, estabelece que, em razão da natureza permanente da função para a qual foram admitidos, são titulares de cargo efetivo desde a data de ingresso, observada a correspondência com a função atualmente exercida e, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 64, os servidores que estejam em exercício na data da publicação da lei, nas situações indicadas a seguir, estendendo-se aos que se aposentaram nas seguintes condições.

1 – Aqueles admitidos com fundamento no art. 4º da Lei nº 10.254, de 1990, e não alcançados pelos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. Esses artigos dizem respeito à efetivação dos detentores de função pública referente à

Emenda à Constituição do Estado nº 49, de 2001.

O citado art. 4º, por sua vez, dispõe que o atual servidor da administração direta, de autarquia ou fundação, inclusive aquele admitido mediante convênio com entidade da administração indireta, ocupante de emprego regido pela CLT, terá o emprego transformado em função pública, automaticamente, no dia 1º do mês subsequente ao da publicação da lei.

2 – Os servidores estabilizados nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República. Esse artigo refere-se aos servidores em exercício na data da promulgação da Constituição da República, há, pelo menos, cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulado no art. 37 do referido diploma constitucional.

3 – Os servidores a que se refere a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254 admitidos até 16/12/98. A citada norma trata de designação para suprir comprovada necessidade de pessoal no que se refere a Professor, para regência de classe, Especialista em Educação e Serviço, para exercício exclusivo em unidade estadual de ensino.

4 – Os servidores a que se refere a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254 admitidos após 16/12/98 e até 31/12/2006. Em seu parágrafo único, o artigo dispõe que os referidos servidores são vinculados ao Fundo Financeiro de Previdência – Funfip -, instituído pela Lei Complementar nº 64.

O projeto em comento, em seu art. 8º, estabelece que são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social os detentores exclusivamente de cargo de provimento em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração; os agentes políticos; os servidores a que se refere a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254 não alcançados pelo art. 7º; os servidores a que se refere a alínea "b" do § 1º do mesmo artigo, quais sejam os designados para suprir comprovada necessidade de pessoal referente aos Serventuários e Auxiliares da Justiça e os contratados nos termos do art. 11 da Lei nº 10.254, que se refere à contratação temporária.

Em seu art. 9º, o projeto dispõe que ficam assegurados os benefícios previdenciários adquiridos até a data da publicação da lei, nos termos e critérios em que foram concedidos.

Em seu art. 10, veda a possibilidade de dispensa imotivada, pelo Estado, dos servidores de que trata a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei 10.254, ou seja, dos designados para suprir comprovada necessidade de pessoal no que se refere a Professor, para regência de classe, Especialista em Educação e Serviço, para exercício exclusivo em unidade estadual de ensino, admitidos até 31/12/2006 e em exercício na data da publicação da lei.

Inferimos, portanto, que o projeto de lei em apreço trata de servidor público e seu regime jurídico, não apresentando vício de inconstitucionalidade de natureza formal.

No que toca à iniciativa, o art. 61, § 1º, II, "c", da Constituição da República prescreve que compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de lei que disponha sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Em simetria com a Carta Magna, a Constituição do Estado, em seu art. 66, III, "c", estabelece que regime jurídico único dos servidores públicos dos órgãos das administrações indireta, autárquica e fundacional, inclusive provimento de cargo, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de militar para a inatividade, são matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado.

A esse respeito, é oportuno ressaltar que as normas constitucionais que tratam da iniciativa reservada para a deflagração do processo legislativo são consideradas uma projeção específica do princípio da separação dos Poderes, segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal – STF.

Sobre o tema, transcrevemos a ementa do acórdão referente à ADI 864-1-RS, publicada no "Diário do Judiciário da União" de 13/9/96, que teve como relator o Ministro Moreira Alves:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Já se firmou nesta Corte o entendimento de que, no tocante a leis que digam respeito a regime jurídico de servidor público, seu projeto é de iniciativa exclusiva do Governador de Estado membro, aplicando-se-lhe, portanto, a norma que se encontra no artigo 61, II, da Constituição Federal. No caso, como salientado na inicial, o projeto que deu margem à lei objeto desta ação direta de inconstitucionalidade foi de iniciativa parlamentar, razão por que incorre ela em inconstitucionalidade formal. Ação julgada procedente, para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 9.844, de 24 de março de 1993, do Estado do Rio Grande do Sul".

Por fim, embora não exista, do ponto de vista formal, óbice à tramitação da matéria, julgamos oportuna a apresentação do Substitutivo nº 1, com o objetivo de conferir mais clareza ao texto e aprimorá-lo quanto à técnica legislativa, incorporando, na oportunidade, as idéias contidas na emenda apresentada pelo Governador do Estado.

#### Conclusão

Com fundamento nas razões apresentadas, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei Complementar nº 27/2007 na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos a seguir.

#### SUBSTITUTIVO Nº 1

Institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada – Ugeprevi – do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais, o Conselho Estadual de Previdência – Ceprev –, altera a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada – Ugeprevi – do Regime Próprio de Previdência dos Servidores e do Regime Próprio dos Militares do Estado de Minas Gerais, unidade programática para escrituração, a partir de janeiro de 2008, dos recursos do Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais – Funpemg – e do Fundo Financeiro de Previdência – Funfip –, bem como dos recursos do orçamento fiscal destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários concedidos aos servidores e aos agentes públicos de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, com a redação dada por esta lei, e aos militares do Estado.

§ 1º – A concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários dos segurados a que se refere o "caput" deste artigo, nos termos e nos prazos estabelecidos no regulamento, serão escriturados na Ugeprevi, observado o disposto no § 2º.

§ 2º – O ato de concessão dos benefícios para membro ou servidor, a cargo do Poder Judiciário, da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Polícia Militar do Estado e do Corpo de Bombeiros Militar, será remetido à Ugeprevi, conforme previsto no regulamento de que trata o § 1º, para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º – Fica instituído o Conselho Estadual de Previdência – Ceprev –, com caracteres consultivo, deliberativo e de supervisão dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos e dos Militares do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – Compete ao Ceprev gerir a Ugeprevi, por meio da criação de unidade programática única a ele subordinada.

Art. 3º – Compõem o Ceprev:

I – o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, que o presidirá;

II – o Secretário de Estado de Fazenda;

III – o Advogado-Geral do Estado;

IV – o Defensor-Geral do Estado;

V – o Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –;

VI – o Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM –;

VII – um representante do Poder Legislativo;

VIII – um representante do Poder Judiciário;

IX – um representante do Tribunal de Contas;

X – um representante do Ministério Público;

XI – um representante, titular de cargo efetivo, dos servidores ativos;

XII – um representante dos militares;

XIII – um representante dos servidores inativos;

XIV – um representante dos militares inativos;

XV – um representante dos pensionistas.

§ 1º – Os membros a que se referem os incisos XI a XV serão escolhidos pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice elaborada pelas entidades representativas legalmente constituídas, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º – Os membros referidos no § 1º deverão ter nível superior de escolaridade, reputação ilibada e comprovada capacidade e experiência em previdência, administração, economia, finanças, contabilidade, atuária ou direito.

§ 3º – Os membros referidos nos incisos VII a X serão designados pelo Governador do Estado, após indicação dos titulares daqueles órgãos para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º – O regimento interno do Ceprev será aprovado por decreto, mediante proposta dos seus membros.

§ 5º – A secretaria executiva do Ceprev será exercida por servidor indicado por seu Presidente.

§ 6º – A atuação no âmbito do Ceprev não enseja nenhuma remuneração para seus membros, e os trabalhos nele desenvolvidos são considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 4º – Compete ao Ceprev, além do disposto no parágrafo único do art. 2º :

I – estabelecer as diretrizes gerais relativas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, a que se refere a Lei Complementar nº 64, de 2002;

II – expedir instrução, de âmbito geral, contendo as normas e os procedimentos a serem adotados para a concessão dos benefícios, de forma a garantir a unicidade e a padronização desse atos;

III – estabelecer diretrizes para a elaboração, a consolidação e o acompanhamento do orçamento anual da Ugeprevi, segmentado por fundos, programas, fontes de recursos e caracterização das despesas;

IV – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas à previdência social no Estado;

V – acompanhar a gestão dos recursos destinados ao Fundo Financeiro de Previdência – Funfip –;

VI – aprovar, por maioria absoluta de seus membros, proposta do regulamento referido no § 2º do art. 1º desta lei complementar.

Art. 5º – O inciso I do art. 3º, o inciso IV do art. 56 e o "caput" do art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - (...)

I – o titular de cargo efetivo das administrações direta, autárquica e fundacional dos Poderes do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, assim considerado o servidor cujas atribuições, deveres e responsabilidades específicas estejam definidas em estatuto ou normas estatutárias e que tenha sido aprovado por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos ou de provas de seleção equivalentes, bem como aquele efetivado nos termos do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado;

Art. 56 - (...)

IV – saldo positivo oriundo da compensação financeira prevista no § 9º do art. 201 da Constituição da República;

Art. 85 – O Ipsemg prestará assistência médica, hospitalar e odontológica, bem como social, farmacêutica e complementar aos segurados referidos no art. 3º desta lei, aos servidores detentores exclusivamente de cargo de provimento em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aos agentes políticos e aos servidores admitidos nos termos do art. 10 da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, extensiva aos seus dependentes, observadas as coberturas e os fatores moderadores definidos em regulamento."

Art. 6º – O art. 39 da Lei Complementar nº 64, de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

"Art. 39 - (...)

III – o pagamento do saldo negativo oriundo da compensação financeira prevista no § 9º do art. 201 da Constituição da República."

Art. 7º – Em razão da natureza permanente da função para a qual foram admitidos, são titulares de cargo efetivo, desde a data do ingresso, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 64, de 2002, os servidores em exercício na data de publicação desta lei, nas seguintes situações:

I – admitidos com fundamento no art. 4º da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, e não alcançados pelos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais;

II – estabilizados nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República;

III – de que trata a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei 10.254, de 1990, admitidos até 16 de dezembro de 1998;

IV – de que trata a alínea "a" § 1º do art. 10 da Lei 10.254, de 1990, admitidos após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2006.

§ 1º – O posicionamento do servidor de que trata este artigo dar-se-á no nível ou grau correspondente ao padrão de vencimento utilizado para pagamento da sua remuneração na data de publicação desta lei.

§ 2º – Para fins da contagem de tempo de serviço e de tempo de contribuição previdenciária dos servidores a que se refere este artigo, serão computados apenas os períodos considerados pela lei como de efetivo exercício.

§ 3º – Os servidores de que trata este artigo são vinculados ao Fundo Financeiro de Previdência – Funfip –, instituído pela Lei Complementar nº 64, de 2002.

Art. 8º – São segurados do regime geral de previdência social, conforme o disposto no § 13 do art. 40 da Constituição da República:

I – o detentor exclusivamente de cargo de provimento em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

II – o agente político, ressalvado o exercente de mandato eletivo vinculado ao respectivo regime próprio de previdência social;

III – os servidores a que se refere a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, não alcançados pelo art. 7º desta lei;

IV – os servidores a que se refere a alínea "b" do § 1º do artigo 10 da Lei nº 10.254, de 1990;

V – o contratado nos termos do art. 11 da Lei nº 10.254, de 1990.

Art. 9º – Ficam assegurados aos servidores do Estado os benefícios previdenciários adquiridos até a data de publicação desta lei, nos termos e critérios da legislação em vigor na data da aquisição do direito.

Art. 10 – Fica vedada a possibilidade de dispensa imotivada dos servidores de que trata a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, admitidos até 31 de dezembro de 2006 e em exercício na data de publicação desta lei, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 10.254, de 1990.

Art. 11 – A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, mediante requerimento do interessado, emitirá certidão de contribuição, para os agentes públicos do Poder Executivo mencionados nos incisos I a IV do art. 8º, relativa ao período em que estiveram vinculados ao regime próprio, com vistas à contagem recíproca a que se refere § 9º do art. 201 da Constituição da República.

Parágrafo único – A certidão a que se refere o "caput" relativa aos agentes públicos dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria Pública será emitida pelo órgão de recursos humanos competente.

Art. 12 – Com a publicação desta lei, ficam mantidas as autarquias Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, a que se refere a Lei nº 9.380, de 18 de dezembro de 1986, e Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - Iplemg -, a que se refere a Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999.

Art. 13 - Observado o disposto nos arts. 40, § 20, e 42, § 1º, da Constituição da República, a escrituração de que trata o art. 1º desta lei não prejudicará a autonomia administrativa, financeira e orçamentária do IPSM, em especial, a relativa:

I - à gestão dos recursos oriundos da contribuição patronal e do segurado;

II - aos atos de concessão de benefícios previdenciários conforme previsto no § 2º do art. 1º desta lei;

III - às ações de assistência à saúde;

IV - à concessão dos demais benefícios assegurados pelo IPSM, nos termos da Lei nº 10.366, de 1990.

Art. 14 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 – Fica revogado o art. 79 da Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, ficando assegurados aos servidores os benefícios previdenciários nele previstos, adquiridos até a data de publicação desta lei.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Neider Moreira, relator - Sargento Rodrigues - Hely Tarquínio - Sebastião Costa - Delvito Alves.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.264/2007

#### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.264/2007, de autoria do Deputado Ivair Nogueira, que declara de utilidade pública a entidade Teuto Esporte Clube, com sede no Município de Betim, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 1.264/2007

Declara de utilidade pública a entidade Teuto Esporte Clube, com sede no Município de Betim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Teuto Esporte Clube, com sede no Município de Betim.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2007.

Gláucia Brandão, Presidente - Vanderlei Jangrossi, relator - Ademir Lucas.

### MANIFESTAÇÕES

#### MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Deputado Federal Miguel Martini pelo lançamento de seu livro "A segunda vinda de Cristo" (Requerimento nº 894/2007, do Deputado Eros Biondini);

de congratulações com o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - pelo transcurso do 96º aniversário da corporação (Requerimento nº 949/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Diocese de Campanha pela passagem do centenário de sua criação (Requerimento nº 954/2007, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo, pelo empenho na publicação dos atos de outorga das serventias notariais aos candidatos aprovados nos concursos de remoção e de ingresso para os Serviços Notariais e de Registro de Minas Gerais, publicados oficialmente em julho de 2007 (Requerimento nº 955/2007, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com o Sr. Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pela passagem dos 30 anos de fundação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Requerimento nº 963/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Centro Cultural Pró-Música pela realização, em Juiz de Fora, do 18º Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga (Requerimento nº 966/2007, do Deputado Sebastião Helvécio);

de repúdio ao Presidente da República pela deportação dos dois boxeadores cubanos durante realização do PAN Rio de Janeiro - 2007 (Requerimento nº 1.006/2007, da Comissão de Direitos Humanos).

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 28/8/2007

O Deputado Carlin Moura\* - Exmo. Sr. Presidente em exercício, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários da Casa, imprensa, público presente, queridos telespectadores da TV Assembléia. O tema que me traz a esta tribuna hoje é por demais agravante e bastante comovente. Trata-se da tragédia do dia 23 de agosto na cadeia pública de Ponte Nova, tragédia que deixa a sociedade estarrecida: por um lado, há aqueles que se preocupam com o Estado Democrático de Direito; e, por outro, aqueles que não acreditam mais na sociedade democrática e acham até que o ocorrido poderia ter sido uma notícia de bom agrado, com o que não podemos compartilhar de forma alguma.

O nosso querido D. Mauro Morelli, em seu programa sobre segurança alimentar voltado à defesa das crianças, tem uma frase bastante simbólica. Ao falar da segurança alimentar para nossas crianças, D. Mauro Morelli diz: "O programa da segurança alimentar é uma forma de a sociedade garantir que as nossas crianças não morram crianças". Seguindo o exemplo da sua frase e parafraseando-o, o ocorrido em Ponte Nova alerta nossa sociedade para o fato de não podermos permitir que nossos jovens e adolescentes morram ainda jovens e adolescentes. O que ocorreu na cadeia pública de Ponte Nova é fruto, especialmente, da omissão e da inoperância do poder público em Minas Gerais.

A situação carcerária no Estado põe na ordem do dia uma profunda reflexão: o que faremos para evitar o problema da segurança pública? O que podemos fazer para evitar que nossos jovens e adolescentes, especialmente os filhos de pessoas mais pobres e os afro-brasileiros, sejam colocados nas mesmas situações em que se encontravam os presos da cadeia de Ponte Nova? Na verdade, esse espaço abrigava 187 pessoas, enquanto a capacidade é, no máximo, para 80. Essa realidade povoa as nossas delegacias de polícia, cujas funções hoje estão sendo desviadas; atualmente se transformaram em depósitos de presos no nosso Estado. Por exemplo, há muito não se promove concurso público para Agente Penitenciário, o que é mais um agravante. As nossas cadeias públicas não possuem esse servidor público para cuidar de sua situação. Muitas vezes, para vigiá-las, são deslocados policiais civis e militares ou até mesmo servidores públicos de uma Prefeitura, que não têm essa função nem estão preparados para isso, o que é oriundo do descaso do poder público para com essa situação, que está levando a sociedade e os nossos jovens a esse tipo de martírio. A sociedade fica estarrecida com isso.

Esse acontecimento merece profunda reflexão. O que o Estado e a sociedade mineira podem fazer para enfrentar esse problema? Qual seria a solução? Quando pararemos para resolver esse problema? Às vezes, esquece-se do essencial e dá-se prioridade a outras questões. O fato que ocorreu no dia 23 de agosto põe na ordem do dia que é importante discutirmos um projeto global de segurança pública em Minas Gerais e, aliás, que é preciso torná-lo prioridade em relação a outros projetos.

Fico aqui questionando-me sobre uma questão: divulga-se muito a construção do novo Centro Administrativo de Minas Gerais, cujo projeto é do grande revolucionário e comunista Oscar Niemeyer. Se pudéssemos ouvir a sua opinião, certamente veríamos que, na sabedoria dos seus quase 100 anos, preferiria construir um palácio da educação, da cultura e da criança e do adolescente a construir um palácio de governo.

Portanto, é importante fazermos uma reflexão. Será que, neste momento, é mais importante construirmos um novo palácio para Minas Gerais ou enfrentarmos o problema da segurança pública? Da mesma forma, há um projeto para o nosso querido e egrégio Tribunal de Justiça, instituição pela qual nutro profundo respeito. Tenho uma profunda consideração pelos nossos nobres Desembargadores. O projeto de construção do novo Palácio do Tribunal de Justiça está na ordem de R\$300.000.000,00. Diante da circunstância em que atualmente se encontra Minas Gerais, não seria mais plausível e sensato interrompermos por enquanto esses dois projetos grandiosos para enfrentarmos o problema da segurança pública no Estado?

Esse problema passa por uma série de fatores. Primeiramente, fazer cumprir a Constituição. O preso não pode ficar cumprindo pena em cadeias públicas. Precisamos construir novas penitenciárias nos moldes dos direitos garantidos pela Constituição para que possam cumprir pena. Além disso, criar políticas de cumprimento de pena em que o preso não seja simplesmente um ser jogado lá dentro. É importante que nas nossas penitenciárias haja trabalho para o preso e oportunidade para sua ressocialização, para que estude e desenvolva atividades que lhe permitam retornar à sociedade.

Várias entidades, hoje, têm programas e têm desenvolvido estudos para que o preso cumpra pena de forma mais social, como, por exemplo, as Apacs, que têm sido um modelo interessante de cumprimento de pena.

Um programa de segurança pública não passa simplesmente pela construção de novos presídios. É importante cortarmos o mal pela raiz. Que oportunidade estamos dando aos nossos jovens da periferia? Como é que anda o programa de educação profissional em Minas Gerais hoje? Há um programa de valorização da escola técnica profissionalizante, das escolas agrícolas, das escolas estaduais que dão formação profissional aos nossos jovens?

É preciso pensar tudo isso, caso contrário as tragédias do dia 23 somente se repetirão. Essa tragédia tem de servir de exemplo para Minas Gerais refletir sobre qual futuro construiremos no Estado.

Enquanto discutimos a tragédia do dia 23, aqui no Plenário desta Casa se discute um projeto que acredito ter o poder de modificar muito o futuro desses jovens e desses adolescentes que estão sendo condenados a morrer ainda jovens e adolescentes. Refiro-me ao projeto que diz respeito à remuneração do professor. Se queremos acabar com o problema da violência pública ou diminuí-lo, se queremos diminuir a população carcerária do nosso Estado, precisamos, acima de tudo, valorizar o profissional da educação. Esse é verdadeiramente o profissional que ajudará a diminuir essa tragédia histórica e social que o Brasil e Minas Gerais vivem hoje. No entanto, o professor do nosso Estado, pelo projeto que está tramitando, simplesmente tem uma proposta de reajuste salarial de apenas 5%. Como prepararemos e incentivaremos os nossos professores a enfrentar o desafio de educar nossa população jovem, nossas crianças e nossos adolescentes com um reajuste de apenas 5%?

Na proposta original do projeto, quando se fala em R\$850,00 como piso, na verdade trata-se de um piso remuneratório. Estipula-se um teto, que não entra na tabela de progressão salarial do professor.

Então, esse é o grande desafio para Minas Gerais hoje. Qual é a nossa prioridade? Investiremos em educação, no seu profissional, ou o Estado,

todas as vezes em que ocorrer uma tragédia como essa do assassinato de jovens na cadeia, terá de tirar dinheiro público para indenizar as famílias? É com isso que Minas Gerais continuará convivendo?

A situação da segurança pública é muito preocupante em nosso Estado. A resolução dessa questão, sem dúvida nenhuma, depende de atitudes muito firmes do poder público, que passam, primeiro, pela questão orçamentária. Precisamos investir mais e melhor nos nossos jovens. Precisamos investir mais e melhor nas nossas escolas profissionalizantes e, acima de tudo, precisamos fazer cumprir a Constituição brasileira do ponto de vista do cumprimento das penas. Não podemos condenar os nossos presos a estar fora do sistema constitucional brasileiro.

Não estou aqui para defender crime nem bandido nenhum. O bandido que cometeu um crime tem de ser punido com o rigor das nossas leis, mas nem a mais nem a menos. O poder público tem de cumprir a sua função institucional, para que Minas não sirva de mau exemplo para o País. Esse é o debate que está sendo feito hoje. Será que o exemplo que Minas Gerais dará ao nosso país é justamente esse do dia 23 de agosto, com a omissão e a ineficiência do Estado no cumprimento do seu papel constitucional? Será que Minas Gerais entrará para o noticiário nacional assim como São Paulo entrou, há alguns anos, com a famigerada tragédia do Carandiru?

Será que Ponte Nova vai-se transformar no Carandiru de Minas Gerais?

Senhoras e senhores, colegas Deputados e Deputadas, essa foi uma tragédia anunciada. Nós, que compomos o poder público deste Estado, temos de nos debruçar sobre esse problema e enfrentá-lo com rigor e coragem. Pela excepcionalidade, o fato merece, desta Casa e de todas as autoridades constituídas deste Estado, uma grande reflexão e um programa de emergência para contornarmos essa situação que se abateu sobre Minas Gerais.

Tive oportunidade de, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos, fazer algumas visitas às nossas cadeias públicas. Fui ao 2º Distrito Policial, no Município de Contagem, o qual também se transformou em depósito de presos, colocando em risco a comunidade como um todo. Quando se aglomeram, se acumulam presos, num determinado espaço, a própria sociedade corre risco, pois ela fica sob a ameaça permanente de fuga ou evasão.

Por isso precisamos, e proponho e conclamo o povo de Minas Gerais e as autoridades constituídas deste Estado, de fazer dessa tragédia que ocorreu no dia 23 de agosto uma grande reflexão. Vamos trabalhar em torno de um projeto sério para Minas Gerais, que tenha as prioridades orçamentárias. Que façamos dessa tragédia uma lição para o bem, e não uma lição para o mal.

Devemos deixar de lado outros projetos menos prioritários neste momento, como a construção de um novo palácio para o governo, ou até a construção de um novo palácio para o Tribunal de Justiça, para que possamos enfrentar, com o rigor da lei e, ao mesmo tempo, com a mobilização da sociedade, um programa que redima e retire a nossa juventude dessa condenação prematura, dessa pena de morte forçada, existente hoje no sistema prisional brasileiro, que é colocado para os nossos jovens, especialmente para os filhos dos mais pobres e para os afro-brasileiros.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João\* - Saúdo o Presidente, os nobres colegas Deputados e Deputadas, as pessoas que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembléia.

Gostaria de, na mesma linha das palavras do Deputado Carlin Moura, externar nossa solidariedade às famílias dos detentos que morreram na terceira maior tragédia, ou melhor, descuido, descaso, do País, superada apenas por Carandiru, que teve 111 mortes, e pelo evento havido no presídio de Urso Branco, em Rondônia, onde houve 27 mortos. Em Ponte Nova, perto de minha terra natal, Urucânia, aconteceram 25 mortes.

Junto à solidariedade aos familiares, cito a fala de D. Geraldo Lírio Rocha, que ontem, ao celebrar um ano de falecimento do nosso querido e saudoso D. Luciano Pedro Mendes de Almeida, ao concluir a celebração, disse que estaria traindo a pessoa de D. Luciano e sairia daquela celebração engasgado se não externasse, de um lado, sua solidariedade aos familiares e, de outro, a indignação em relação ao descaso, ao tratamento dado aos nossos presos. A indignação maior foi em relação ao caso de Ponte Nova.

Quero externar a indignação, Deputados Carlin Moura, André Quintão e Almir Paraca, porque, quando recolho uma pessoa, sou responsável por ela. Nesse caso, a responsabilidade é do Estado. Quem coordena atualmente o trabalho do Estado é o nosso Governador. Quando o Estado fica fragilizado e expressa incompetência em determinadas áreas, temos as catástrofes e os transtornos, como o derramamento de ausência do exercício do Estado.

No caso, as coisas ficam à revelia em todas as áreas. Assim, externamos nossa indignação. É lamentável ter de acontecer isso para que esse assunto entre na pauta seja da Câmara, seja aqui da Assembléia, seja do próprio governo. Isso acontece porque, às vezes, nossas vozes não tiveram resposta, não foram ouvidas.

Em 2003, visitamos essa cadeia, que já tinha o mesmo problema. Na época tivemos audiências e denunciemos a situação. Houve reunião com o Delegado. Mas a situação das outras comarcas não é diferente. Lembro-me do Deputado Sebastião Helvécio, pessoa que muito admiro e em quem me inspiro, o qual presidiu boa parte de uma audiência pública aqui, nesta Casa, em relação à expansão da Gerdau Açominas. Em 2005, conforme as notas traquigráficas, essa empresa disponibilizou R\$350.000,00 para a construção de uma nova cadeia em Ouro Branco.

Em Ponte Nova, o número que tínhamos de detentos era o dobro em relação à capacidade, ou seja, ela abrigava 173 presos quando poderia suportar apenas 87. Naquela época, a cadeia de Conselheiro Lafaiete tinha mais de 270 presos, e tinha capacidade para apenas 98 detentos. Hoje essa cadeia, que continua com capacidade para 98 presos, está com 220 presos, e com frequência também acontecem motins.

O pior é que fizemos audiências públicas, tivemos audiência com o Desembargador Lúcio Urbano, Primeiro-Secretário da Defesa Social do mandato anterior, mas não tivemos retorno. Houve audiência pública também com o então Secretário Ibrahim Abi-Akel. Denunciei que a Presidente da Câmara saiu da audiência chorando, Deputado André, pelo tratamento que recebeu lá.

Até hoje, mesmo conseguindo recursos sem ser do Estado para construir a cadeia, nem sequer a planta foi liberada. O Município não pode fazê-la, porque é de responsabilidade do Estado. E a Secretaria até hoje não liberou a planta.

Mesmo assim, o que fica claro, e os dados mostram, é que o sistema está falido. Temos de enfrentar essa realidade. O índice de recuperação de uma pessoa na cadeia ou no presídio não ultrapassa 15%, enquanto no sistema da Apac, assumido pela própria comunidade por meio de associação de proteção e assistência ao condenado, esse índice ultrapassa 90%.

Então, é má-vontade, é falta de interesse, é querer, na verdade, driblar a lei com uma punição muito além do permitido, chegando-se até à pena de morte.

Fica aqui nossa denúncia, nosso sentimento de solidariedade. Estão surgindo iniciativas para repensar o sistema carcerário e prisional como um todo. Sobretudo nós desta Casa não podemos ficar indiferentes, ficar de fora de uma apuração. É preciso agir com total dedicação em relação ao ocorrido em Ponte Nova. O ser humano, por mais que tenha errado, deve merecer um gesto de confiança na sua recuperação, e o Estado é o responsável por oferecer condições para isso. Não se trata simplesmente de recuperar, mas de garantir a reinserção na sociedade. A Apac tem mostrado isso, ou seja, quando a pessoa sai da prisão tem qualificação profissional e conta, aliás, com o benefício de redução da pena. Em alguns lugares, ela tem até poupança referente ao que se produziu em artesanato, em oficinas, em padarias. Em cada uma das 79 unidades existentes no Estado há iniciativa, apoio econômico, espiritual, profissional, jurídico e psicológico. É dessa maneira que recuperamos o ser humano.

Isso também é responsabilidade nossa. A ausência de políticas públicas na educação e na geração de emprego é que leva pessoas a cometerem determinados delitos. É lógico que sabemos que algumas também têm desvio de caráter. No caso de Ponte Nova, uma foi presa em virtude de pensão alimentícia; outra, de furto de canivete. Esses delitos não poderiam permitir que essas pessoas, juntamente a outras cuja periculosidade é maior, como no tráfico... Como distingui-las e dar-lhes tratamento a partir de sua realidade, seu caráter? O sistema da Apac é uma resposta.

Denunciamos a ausência, a deficiência do Estado. Foi isso que permitiu o que aconteceu em Ponte Nova. Não foi falta de alerta. Estou discutindo aqui o caso de Ponte Nova. Neste mês, houve início de rebelião em Conselheiro Lafaiete. Por inúmeras vezes denunciamos a situação dessa cidade e não tivemos resposta. É falta de consideração e respeito para com os Deputados e esta Casa. Quando surge uma situação de risco e perigo que exige dedicação e atenção, é ignorada.

Encontra-se amparo da comunidade e apoio da iniciativa privada em auxiliar o Estado, que não cumpre o seu papel. Em Ponte Nova, ocorreu a 3ª maior tragédia, com muitas mortes, uma característica, infelizmente, capitalista. Às vezes pensamos que se trata de algo distante da nossa realidade, mas fica cada vez mais claro para a sociedade como um todo que isso ocorre quando o Estado não cumpre o seu papel, quando se distancia e deixa os problemas serem resolvidos pela própria comunidade, pela própria sociedade, às vezes em forma de caridade, de filantropia.

Temos de enxergar essa situação, mas, infelizmente, às vezes a imprensa não mostra isso. Quando uma família assume a guarda de uma criança, é a responsável por ela. Quando alguém está sob a minha guarda, sou o responsável. No caso desses cidadãos, eles estavam na rua, haviam cometido delitos diferenciados, leves ou pesados, mas tinham de receber um tratamento humano, pois são filhos de Deus e mereciam todo o respeito. A dignidade dessas pessoas deveria ser resgatada, para garantir-se, sobretudo, sua reinserção na sociedade. São cidadãos capazes de retomar a vida em sua normalidade. São capazes de trabalhar, serem responsáveis por sua própria família, dando-lhe apoio.

O Estado deve redimir-se e dar todo o apoio aos familiares, embora indenização não pague a vida de ninguém. Que isso seja um alerta em relação às inúmeras cadeias públicas que existem no Estado, e não simplesmente aos grandes presídios. O Estado teria de destinar mais recursos para a Apac, pois há participação da sociedade, da comunidade, que têm dado uma resposta positiva e mostrado ao Estado que é possível recuperar um cidadão. Após cumprir 10, 15 anos, é possível que o cidadão se torne equilibrado, que possa contribuir com o Estado, ao invés de depender dele.

Para a Apac, um condenado custa menos de R\$500,00, ao passo que um preso, quer seja na cadeia pública, quer seja no presídio, custa para o Estado mais de R\$1.000,00. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público das galerias, público que nos acompanha pela TV Assembleia, inicio meu pronunciamento comungando com as manifestações dos nobres Deputados Carlin Moura e Padre João, que revelaram a tragédia, a ausência do Estado.

Gostaria de falar não exclusivamente do Estado de Minas Gerais, mas do Estado brasileiro, nas suas três instâncias.

Deputado Padre João, V. Exa. sabe muito bem que fui Prefeito de Paracatu e, como tal, tive de lidar - e todos os Prefeitos lidam - cotidianamente com o problema crescente da violência em nossas comunidades.

Talvez pior do que a tragédia aqui já citada, os nossos jovens estão sendo assassinados diariamente, numa proporção crescente. Infelizmente, isso não está acontecendo só na minha cidade e região, mas também em toda Minas Gerais e no Brasil. Os assassinatos de jovens pobres, marginalizados e excluídos vêm provocando uma defasagem populacional, o que tem feito com que a população feminina cresça, numericamente, acima da população masculina, em função de tantas e tantas mortes de jovens pobres deste país.

Estou vendo aqui o nobre Deputado João Leite e me lembrando da minha passagem pelo outro mandato, em que atuava junto ao Deputado na Comissão de Meio Ambiente. Já nessa ocasião, 1995, visitávamos os presídios, as delegacias, as cadeias públicas de Minas Gerais, e podíamos constatar a mesma situação grave de hoje, que é apontada como a causa central de tragédias dessa natureza ou de outras menores.

Portanto, gostaria de dizer não exclusivamente da incompetência, e, sim, da impotência do Estado, não só do Estado brasileiro, mas dos Estados nacionais, como ainda estão organizados, mundo afora, para resolver problemas dessa dimensão e de outras tantas que dizem respeito ao bem-estar social.

Mudando um pouco de assunto, muitos de nós ainda estamos na cantilena, em defesa do Estado mínimo, sem perceber que, no primeiro mundo, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, a defesa do "Estado do bem-estar social" continua muito presente na atuação efetiva dos Estados daqueles países e continentes.

Entre nós, as críticas sempre aparecem mediante as tragédias, mas as ações, fundamentadas no discurso do Estado mínimo, continuam presentes entre a maioria das nossas lideranças, infelizmente.

Também gostaria de tratar de uma pauta positiva, relacionada ao tema da violência e da falta de oportunidade para a nossa juventude, mas, antes de abordar essa política pública do governo federal, que vai em direção contrária a isso, isto é, oferecendo alternativas e oportunidades, também gostaria de falar de uma experiência menor, doméstica, que revela que, quando há vontade política, determinação e compromisso cidadão, é possível orientar ações em outras direções.

Invariavelmente, a sociedade civil brasileira, por meio de suas organizações, hoje denominadas o terceiro setor, vem assumindo para si parcela substantiva da responsabilidade que deveria ser do Estado, cobrindo os vazios, os vácuos deixados pelo Estado brasileiro e promovendo ações meritórias, em grande medida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho a grata satisfação de comunicar a esta Casa que, no dia 2 deste mês, a TV Escola, do Ministério da Educação, exibiu para todo o Brasil amplo documentário destacando o trabalho desenvolvido pela Escola Estadual Delano Brochado Adjuto, da minha querida Paracatu, no Noroeste de Minas. O documentário, com o título "A história da escola e do afeto" e duração de 40 minutos, foi veiculado em três horários diferentes, dando ênfase ao esforço do educandário para, por meio de projetos que extrapolam a educação convencional, combater a violência, resgatar a harmonia social e escolar, disseminar a cultura, qualificar para o trabalho e incentivar a cidadania.

Apenas 15 escolas de todo o Brasil foram selecionadas para este tipo de abordagem pelo Ministério da Educação, duas delas de Minas Gerais: uma de Muzambinho, no Sul do Estado, e a Escola Estadual Delano Brochado Adjuto, que se localiza na área periférica de Paracatu, onde milhares de jovens, crianças e familiares vivem uma constante situação de risco. O esforço e a dedicação em prol da inserção social dos seus alunos, na avaliação do MEC, é uma experiência que todo o Brasil deve conhecer e que efetivamente teve oportunidade de conhecer no dia 2 de agosto último.

Esse trabalho vem sendo feito por meio de programas estaduais, como Educação Afetivo-Sexual, Escolas-Referência e Educação Cooperativista, além de projetos próprios como Música Popular Brasileira, Ambiente Conservado, Homem Educado, Novos Rumos a Paracatu e Resgate do Aluno Ausente e do Presente Ausente. Entre outros, merecem destaque especial o projeto Adolescendo Passo a Passo, uma rica e produtiva experiência desenvolvida em parceria com a Unimed; e a efetiva participação do projeto Crescer, executado pela Prefeitura Municipal, que fez com que alunos conquistassem vagas no mercado de trabalho.

O Bairro Paracatuzinho, no qual a escola está inserida, é uma área carente que possui cerca de um quarto da população urbana de Paracatu. Ali, jovens e crianças à beira da evasão escolar e da opção pela delinquência infanto-juvenil, tão comuns no meio, têm sido resgatados ou desviados dos perigosos caminhos que constituem a negação da vida e colocados nas trilhas que levam a um futuro decente. Claro que nem de longe isso é a solução completa para uma gama de problemas sociais da maior gravidade. Mas já é uma excelente ajuda.

Cala fundo no peito de cada paracatuense o fato de uma instituição da cidade ser destaque na área da educação. Sim, porque o apreço e a predileção pelas coisas da cultura são um marco na história do nosso povo. A cidade começou a ser povoada em meados do século XVII pelos bandeirantes Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis. Nasceu sob o signo do ouro, produziu e ainda produz muitas toneladas do rico metal. Sua agropecuária de ponta é destaque no cenário socioeconômico de Minas Gerais. Mas o traço mais marcante da nossa gente é essa ligação histórica com as coisas da educação e da cultura. Tanto é que, já em 1821, quando os norte-americanos dizimavam nações indígenas inteiras no processo de conquista do Velho Oeste, Paracatu se preocupava com as coisas do saber, chegando a conseguir, por meio de decreto régio, a criação das cadeiras de Retórica e Filosofia, correspondentes ao ensino superior da atualidade.

O destaque conferido à Escola Estadual Delano Brochado pelo Ministério da Educação traz em seu bojo também um aspecto alentador. Ele vem demonstrar que, apesar de todas as falhas, dos salários injustos pagos aos educadores, de todas as dificuldades que a educação pública brasileira enfrenta, sempre é possível fazer alguma coisa a mais quando se quer. Por isso, cumprimentamos a diretoria, os professores, os funcionários e a comunidade escolar do Bairro Paracatuzinho por essa vitória que, com a graça de Deus, haverá de ser apenas mais uma no processo de transformação para melhorar a vida de milhares de jovens e crianças.

E solicito à Mesa que expeça à Secretaria de Educação, à 26ª Superintendência Regional de Ensino e à diretoria da escola ofícios cumprimentando a todos por essa vitória que engrandece a educação de Minas Gerais.

Queria ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazer ao conhecimento de todos que hoje, pela manhã, a partir das 10 horas, aconteceu, no Palácio das Artes, o lançamento da Teia 2007, com o lema "Tudo de todos", que será realizada entre os dias 7 e 11 de novembro nesta Capital. A Teia é o encontro dos pontos de cultura do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. Esse será o segundo evento dessa natureza - o primeiro aconteceu no ano passado -, e a proposta da Teia 2007 é exatamente a de formular ou aprimorar as propostas de políticas públicas desenvolvidas para a juventude, como eu disse, nobre Deputado Padre João, fazendo contraponto a essa situação já abordada aqui do desastre em relação aos muitos presidiários assassinados. Entendemos que é por meio de programas como o Cultura Viva, que abre oportunidades para que os nossos jovens possam evoluir e desenvolver seus dons, habilidades, talentos, aptidões e competências profissionais, que vamos oferecer alternativas efetivas para a nossa juventude.

Hoje o Programa Cultura Viva já tem, atuando no Brasil, 680 pontos de cultura. Em Minas Gerais, temos em torno de 50, que atuam com comunidades tradicionais, como quilombolas, afrodescendentes e indígenas, com comunidades de Folia de Reis e Folia do Divino, com grupos de capoeira e de música de rua, enfim, grupos que retratam toda essa diversidade e beleza das culturas mineira e brasileira.

Hoje, com a presença do Ministro Gilberto Gil; do Vice-Governador Anastasia; do Prefeito Pimentel, de Belo Horizonte; do Célio Turino, que coordena todos esses programas no Ministério da Cultura; e do Juca, Secretário Executivo desse Ministério; foi lançada a segunda Teia, de que Belo Horizonte será sede em novembro. Tenho a certeza de que esse momento será rico e aberto a toda a comunidade brasileira, e, particularmente, à mineira. Será um grande encontro, que poderá não só socializar os esforços e avanços promovidos pelo Ministério da Cultura durante o governo Lula, mas também enriquecer esse esforço e esse trabalho, na medida em que vai promover o intercâmbio entre todas essas experiências e, mais que isso, apontar para o aperfeiçoamento desse conjunto de iniciativas que precisamos reconhecer e louvar. É nessa linha que vamos conseguir oferecer alternativas para a nossa juventude, para que ela não seja mais excluída, marginalizada e assassinada, como vem sendo até agora, dentro ou fora dos presídios. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Obrigado, Deputado Almir Paraca. A Presidência solicita ao ilustre Deputado que formalize junto à Mesa os requerimentos formulados, para apreciação.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, quero, inicialmente, compartilhar das manifestações aqui emitidas pelos Deputados Almir Paraca, Célio Moreira e Padre João, externando nossa solidariedade às famílias dessas pessoas, seres humanos, que, em condições absolutamente terríveis, tiveram precocemente suas vidas interrompidas. Solidarizamos-nos também com aquelas famílias, que, durante tantos minutos, tantas horas, viveram momentos de angústia e incerteza face ao exagerado número de pessoas que, infelizmente, ainda superlotam as cadeias, os presídios e as unidades de nosso sistema de segurança pública.

Não tratarei aqui desse assunto, até porque, com muita pertinência, ele já foi objeto de pronunciamentos anteriores. Quero apenas dizer que, neste ano, a Assembléia, ao analisar principalmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 e as prioridades do Plano Plurianual de Ação Governamental, deverá transformar essa solidariedade, essa preocupação, em gestos concretos de apresentação de propostas, como já o fez nas várias audiências públicas. Como bem mencionou o Deputado Padre João, na situação em questão a Assembléia fez a sua parte.

Sr. Presidente, venho aqui registrar, como cidadão, como militante político e como Deputado do PT, uma importante data para todos nós,

mineiros e brasileiros. Hoje, dia 28/8/2007, comemoramos 24 anos de fundação da Central Única dos Trabalhadores, a nossa querida CUT.

A CUT é hoje a maior central sindical da América Latina. São 3.489 entidades filiadas. E, falando da CUT, adentra ao Plenário nosso querido Deputado Federal Gilmar Machado, também militante histórico, que muito honra Minas Gerais no Congresso e na Comissão do Orçamento.

A CUT, que hoje faz aniversário de 24 anos, representa mais de 22 milhões de trabalhadores do campo e da cidade em nosso país. Essa Central inverteu toda uma estrutura de organização sindical imposta pela ditadura militar, que interveio em mais de 1.300 sindicatos nesse período sombrio da história brasileira, o que significou a articulação e a organização de um novo sindicalismo: um sindicalismo autêntico, que rompeu com uma estrutura arcaica, corporativa e autoritária; um sindicalismo que correspondeu a um novo momento político e também econômico de modernização nas relações de trabalho no Brasil; e um sindicalismo com uma estrutura sindical desatrelada do patronato e também dos partidos políticos.

A CUT sempre afirmou a sua autonomia, e essa é uma característica importante da esquerda brasileira, diferentemente de outras experiências internacionais. No Brasil, tivemos a afirmação de partidos políticos de esquerda, sem abrir mão de movimentos sociais fortes e autônomos. Ou seja, os movimentos sociais no Brasil têm uma lógica própria e organizada de defesa de causas e bandeiras, com sentimentos mais próximos da realidade do povo brasileiro, sem ser simplesmente uma correia de transmissão de ideologia ou de convicções partidárias.

Portanto, quando chegamos hoje ao aniversário de 24 anos da CUT, temos de continuar a fortalecer essa importante central sindical.

Neste momento, da tribuna desta Casa, gostaria de, em nome do companheiro Lúcio Célio Guterres, atual Presidente, parabenizar todos aqueles que constróem e ajudam essa bonita história da CUT. Nosso amigo Lúcio, que entre tantas lutas, batalhas vividas e tantos desafios nos últimos tempos, ainda enfrenta um desafio - talvez o mais importante da sua vida -: a defesa da sua integridade como ser humano, a sua luta contra a doença e pelo restabelecimento das suas perfeitas condições de saúde. O companheiro Lúcio é um exemplo vivo de força, de garra, que inspira e inspirou tantos na afirmação dessa Central Única dos Trabalhadores.

Assim, quero aderir e divulgar desta tribuna a campanha que hoje a CUT, em seu aniversário, está reforçando, celebrando em prol de doação de medula, sangue, córnea, coração e tecidos. Quem sabe, se essa campanha já tivesse sido exitosa, poderia estar facilitando um pouco mais não só essa batalha existencial do companheiro Lúcio Guterres, mas também de tantos brasileiros que necessitam da ajuda de outro ser humano.

O Deputado Padre João (em aparte)\* - Deputado André Quintão, grande companheiro, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento, que reconhece a importância da CUT na política, na garantia de direitos trabalhistas, de avanço na legislação, que tanto contribuiu.

Gostaria também de expressar o nosso carinho pelo companheiro Lúcio Guterres. Na semana passada, conversei com ele, que estava no leito de um hospital em São Paulo, pois encontra-se em tratamento. Pediu-me a nossa oração. Há mais de 15 dias, numa atividade de trabalho, ele começou a passar mal e teve de ir para um hospital, e verificou que o tratamento dispensado a ele era inadequado. Somente agora ele começa a melhorar. Portanto, peço a todos uma corrente de oração pela recuperação desse valoroso companheiro Lúcio Guterres, para que, o quanto antes, retome as atividades. Parabéns pela importante lembrança.

O Deputado André Quintão - Muito obrigado, Deputado Padre João. Estendo também esses cumprimentos aos ex-Presidentes da CUT-MG: Fernando Cabral, primeiro Presidente, nosso companheiro da antiga União dos Trabalhadores do Ensino - UTE -, hoje Sind-UTE; ao João Paulo Pires de Vasconcelos, ex-Presidente da CUT, militância sindical e política muito importante, constituinte nota 10; ao Carlos Campos, sindicalista aguerrido da nossa CUT; ao companheiro Carlos Calazans; ao Paulo César Funghi; e ao José Antônio de Lacerda, Jota, atual Vice-Presidente da CUT-MG. Todos esses companheiros, que já tiveram essa responsabilidade de comandar a CUT, e hoje o nosso companheiro Lúcio Guterres merecem todo o nosso respeito.

E, muito associados à história da CUT, comemoramos também, neste mês de agosto, 20 anos da Escola Sindical Sete de Outubro, que resulta de uma parceria do sindicalismo italiano, a CISSL, com a estrutura sindical revolucionária engendrada pela CUT e diversos sindicatos combativos. Nesta semana a escola realiza um importante seminário interno e externo sobre políticas sociais e direitos trabalhistas.

Tivemos a oportunidade de encontrar pela manhã com o Secretário-Geral da Presidência, Ministro Luiz Dulci, que já foi coordenador da Escola Sindical Sete de Outubro. Esse nome nos remete ao massacre de Ipatinga, uma das páginas mais tristes do movimento dos trabalhadores: alguns deles foram barbaramente exterminados pela mão insana dos patrões, em um período de triste lembrança para todos nós.

A Escola Sindical Sete de Outubro, que tem nesse seminário a presença dos Ministros Luiz Dulci e Patrus Ananias, entre outras autoridades, significa e significou um novo sentido do internacionalismo sindical, uma nova forma de cooperação entre os trabalhadores da Europa e da América Latina. A escola sindical teve, já na sua gênese, uma grande cooperação técnica e financeira, não da estrutura superior do sindicalismo italiano, mas da base dos metalúrgicos de toda a Itália - do norte, do centro e até do sul -, ou seja, os trabalhadores italianos contribuíram voluntariamente para fortalecer uma entidade voltada para a elevação da formação política dos quadros dirigentes do movimento sindical brasileiro e também da base, enfim, dos trabalhadores de maneira geral. Inúmeros sindicalistas tiveram oportunidade de passar pela Escola Sindical Sete de Outubro, que ampliou sua missão. Hoje, no coração do Barreiro, na região industrial da Grande BH, em um processo permanente de interação com a comunidade, ela conseguiu transformar-se em referência de formação para trabalhadores do campo e da cidade, para as lideranças e quadros intermediários do movimento sindical. Além disso, ela sedia tantos eventos e encontros formativos do que há de melhor nos movimentos sociais em nosso país.

Portanto, hoje, ao lembrar, desta tribuna, os 24 anos da CUT e ao cumprimentar a Escola Sindical Sete de Outubro, na pessoa da Rita, que hoje a coordena, pelos seus 20 anos de existência, deixamos aqui o nosso fraterno abraço ao companheiro Lúcio Célio Guterres. Reiteramos a frase da carta que ele encaminhou a todos nós, uma citação de Fernando Pessoa: "Tudo vale a pena se a alma não é pequena". E foi a alma grande de tantos brasileiros - e muitos, infelizmente, já não estão entre nós - que possibilitou erigir no Brasil um sindicalismo autêntico, que honra o trabalhador brasileiro por meio da CUT. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente e Deputados, gostaríamos de trazer a V. Exas. uma manifestação que trata do Ipsemg. (- Lê:)

"A previdência dos servidores do Estado de Minas Gerais foi criada pelo Decreto Estadual nº 6.600, de 9/5/24, e passou a denominar-se Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg - por meio do Decreto-Lei nº 1.416, de 24/11/45.

Desde a sua criação, o Ipsemg sempre teve por finalidade amparar o servidor público estadual e seus dependentes, concedendo pecúlio e pensão à família do contribuinte falecido, aposentadoria por invalidez, auxílio-funeral, empréstimos em dinheiro, empréstimos hipotecários, bem como estabelecer farmácias para fornecimento aos contribuintes e prestar-lhes assistência médica, cirúrgica, hospitalar e dentária.

Quando da edição do Decreto-Lei nº 1.416/45, ficou estipulado que os contribuintes do Instituto teriam acesso aos serviços de assistência médica, cirúrgica, dentária e hospitalar, subordinados a uma regulamentação especial, baixada pelo Conselho Deliberativo do Ipsemg. Restou estabelecido, ainda, que a autarquia deveria providenciar a construção de um hospital nesta Capital para seus contribuintes.

Assim, por meio da Lei Estadual nº 1.195, de 23/12/54, foi instituída uma taxa de assistência - art. 57 -, objetivando o custeio da assistência médico-social; criou-se, então, o desconto compulsório de 2% sobre o estipêndio de contribuição, além da contribuição de 50% do total arrecadado, por parte da entidade empregadora. Na oportunidade, ficou determinado, ainda, que 20% do produto das contribuições obrigatórias e facultativas seriam empregados na construção ou aquisição de prédios destinados a hospitais e postos de assistência.

Observa-se que, desde a década de 40, muito antes da promulgação da Constituição Cidadã, que previu os princípios informadores e as regras de competências no tocante à proteção da saúde pública, o Ipsemg já se preocupava com o bem-estar da sociedade, notadamente de seus contribuintes, na condição de servidores públicos estaduais.

O Instituto não se preocupava, exclusivamente, em garantir os benefícios previdenciários de seus contribuintes; sua atuação sempre se pautou pela defesa da justiça social, prevendo regras de proteção social e atendimento à saúde dos servidores públicos e suas famílias.

Mesmo durante os anos negros da ditadura, nos quais a democracia foi asfíxiada com a supressão total dos direitos individuais dos cidadãos, o Ipsemg continuou a garantir aos servidores do Estado de Minas Gerais - sobretudo àqueles de baixa renda, que nunca tiveram condições financeiras para arcar com o pagamento de planos de saúde privados - o acesso à assistência, à saúde de qualidade, objetivando reduzir a pobreza e a marginalização social, promovendo, assim, a dignidade da pessoa humana.

É sabido de todos que o direito à vida e à saúde, entre outros, aparece como consequência imediata da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil. Esse fundamento afasta a idéia de predomínio das concepções transpessoais de Estado e nação, em detrimento da liberdade individual.

Como destaca o renomado constitucionalista José Afonso da Silva, "a saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. O direito à saúde rege-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperam. As ações e serviços de saúde são de relevância pública, por isso ficam inteiramente sujeitos à regulamentação, fiscalização e controle do poder público, nos termos da lei, a quem cabe executá-los diretamente ou por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Se a Constituição atribuiu ao poder público o controle das ações e serviços de saúde, significa que sobre tais ações e serviços tem ele integral poder de dominação, que é o sentido do termo controle, mormente quando aparece ao lado da palavra fiscalização".

Dessa forma, qualquer iniciativa que contrarie as normas que regem a saúde pública deve ser, veementemente, repelida, porque fere ela um direito fundamental da pessoa humana.

Pois bem, já nos derradeiros anos da ditadura militar, restou editada a Lei nº 9.380, de 18/12/86, que, ao regulamentar a assistência previdenciária dos contribuintes do Ipsemg, bem como a assistência médica, hospitalar, farmacêutica, odontológica e complementar a seus beneficiários, unificou a contribuição previdenciária no importe de 8% incidente sobre o estipêndio de contribuição do servidor, até o limite de 20 vezes o vencimento mínimo estadual, acrescida de 4,8% incidente sobre a parcela que exceder o limite acima referido, porcentagem esta destinada exclusivamente ao pagamento de pensão.

No art. 34 da Lei nº 9.380, de 1986, ficou estabelecido que o Ipsemg poderia despende com assistência médica, hospitalar, odontológica, farmacêutica e complementar, importância não superior a 40% da contribuição previdenciária prevista na alínea "a" do inciso I do art. 24 - referente ao importe de 8% -, acrescida da respectiva contribuição da entidade empregadora.

Esse artigo teve sua redação determinada pela Lei nº 13.455, de 12/1/2000. Observa-se que as reformas legislativas no sistema previdenciário dos servidores públicos estaduais preservaram os objetivos finalísticos do Ipsemg, que sempre pautou sua atuação na consagração do direito do cidadão, notadamente do servidor público estadual à saúde, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, nos termos do art. 196 da Constituição da República.

Ocorre que, após a edição da Lei nº 9.380, de 1986, o Estado de Minas Gerais passou a atrasar os repasses das contribuições ao Ipsemg, o que desencadeou graves problemas estruturais na autarquia, sobretudo no que tange ao pagamento das pensões previdenciárias, aos beneficiários dos segurados e à qualidade dos serviços médico-hospitalares, odontológicos e complementares.

Tanto assim que, em 16/12/98, em conformidade com a Lei nº 12.992, de 30/7/98, o Ipsemg e o Estado de Minas Gerais celebraram um Termo de Negociação de Dívidas e Outros Pactos Adjetos, assinado pelo então Presidente do Ipsemg, Sr. José Maria Borges, o então Secretário de Estado de Fazenda, Sr. João Heraldo Lima, o então Governador do Estado, Sr. Eduardo Brandão de Azeredo, e o Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais, Sr. Arésio Antônio de Almeida Dâmaso e Silva.

Por meio do referido termo de negociação, as partes acordaram que a dívida consolidada do Estado para com o Ipsemg, à época, no valor total de R\$918.129.486,85, seria paga em 357 parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo todo dia 30 de cada mês, acrescidas da taxa de juros de 6% ao ano e corrigidas com base na variação da Ufir. Todavia, como atestado pela Auditoria-Geral do Estado, no Relatório de Auditoria nº 1190.3.17.03.014.03, somente as parcelas de 1 a 7 e parte da parcela 8 foram efetivamente pagas ao Ipsemg.

Importante ressaltar que o mencionado relatório, emitido pela Auditoria-Geral do Estado - AUGE -, refere-se ao levantamento dos valores de contribuições previdenciárias devidas pelo Tesouro do Estado ao Ipsemg, em cumprimento ao art. 80 da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, que instituiu um novo regime previdenciário no Estado de Minas Gerais, regulamentado pelo Decreto nº 42.758, de 2002.

Da análise do mencionado relatório, constou o seguinte: que todos os valores devidos ao Ipsemg pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, não repassados na época devida, foram devidamente apurados e consolidados pela Auditoria-Geral do Estado - AUGE -, com os seus respectivos acréscimos legais, compreendendo o período de maio de 1985 a março de 2002, por não terem sido considerados incluídos quando da vigência da Lei nº 12.992, de 30/7/98; que, do total geral apurado, no importe de R\$1.688.899.793,48, será quitado, no registro da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, por meio da Contadoria-Geral, o valor correspondente a 60% do total da dívida, ou seja, R\$1.015.652.993,76, nos termos do art. 80 da Lei Complementar nº 64, de 2002; que o restante da dívida, ou seja, R\$677.101.995,84, correspondente aos 40% do total geral, deverá ser parcelado em até 360 vezes, na forma do regulamento, conforme parágrafo único do art. 80 da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002.

Imperioso frisar também que a Lei Complementar nº 64, de 2002, que quitou 60% da dívida do Tesouro do Estado para com o Ipsemg, determinando o parcelamento dos 40% restantes, foi discutida e aprovada por esta Casa Legislativa antes mesmo de se saber o montante total

da dívida, valor este que somente veio a se conhecer após a conclusão do relatório da Auditoria-Geral do Estado.

Do total geral, 60% da dívida foi quitada, encontrando-se em aberto o montante de R\$677.101.995,84, referente aos 40% restantes.

Na verdade, esses 40% do total geral da dívida referem-se à percentagem das contribuições previdenciárias arrecadadas que deveriam ter sido despendidas com assistência médica, hospitalar, odontológica, farmacêutica e complementar aos segurados do Instituto, nos termos do art. 34, da Lei nº 9.380, de 18/12/86, que assim dispõe: "O Ipsemg não poderá despende com assistência médica, hospitalar, odontológica, farmacêutica e complementar, excluída a natureza jurídica, importância superior a 40% do montante das contribuições arrecadadas dos segurados e das correspondentes cotas da entidade empregadora".

É sabido de todos que os poucos recursos repassados ao Ipsemg pelo Estado têm prejudicado, sobremaneira, a prestação de serviços e produtos prestados pelo Instituto, notadamente aqueles referentes à assistência médica, hospitalar e ambulatorial.

Essa realidade foi constatada por Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs - instauradas pela Assembléia Legislativa, oportunidade em que usuários, médicos e sobretudo associações representativas da classe dos servidores públicos estaduais denunciaram a queda na qualidade dos serviços, conforme restou provado nos autos da ação civil pública por atos de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais face ao Estado de Minas Gerais, João Heraldo de Lima e José Maria Borges, Processo nº 024.98.149.055-0, em curso perante a 4ª Vara de Fazenda Pública desta Comarca.

Ainda nos autos do mencionado processo, foi acostada a perícia de onde se extrai a triste realidade fática dos serviços prestados pela autarquia a seus segurados.

Às fls. 2.255 daqueles autos, consta termo de depoimento de testemunha colhido em 24/9/2003, cujas palavras são do Sr. João Diniz Pinto Júnior, Presidente do Ipsemg, no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2002, que assim se manifestou: "Que, durante o período de 1995 a 1998, poucos médicos e dentistas do interior passaram a atender servidores públicos, levando os servidores a serem vítimas de seguros e associações intermediárias dessas seguradoras de saúde. Na Capital, houve diminuição de número de leitos, diminuição de número de consultas, adiamento de cirurgias, filas de mais de três anos para tratamento odontológico, atraso no pagamento de benefícios e desabastecimento nas farmácias".

Não obstante ao testemunho dado, observa-se que nem mesmo o próprio Presidente do Instituto à época buscou diligenciar-se no intuito de tomar as providências cabíveis a fim de cobrar o pagamento da dívida para com a autarquia, que "agonizava", e ainda padece, diante do descaso do governo estadual.

Enfim, cabe dizer que a assistência dada pelo Ipsemg encontra-se terrivelmente prejudicada, ferindo frontalmente o art. 22 da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor -, que estabelece que os órgãos públicos, por si ou suas empresas concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Da mesma forma, além de não observar expressa determinação da Carta Magna, o Estado tem desrespeitado, direta e frontalmente, o art. 34 da Lei nº 9.380, de 1986, e o art. 85 da Lei Complementar nº 64, que estabelecem acerca do dever do Ipsemg em prestar assistência médica, hospitalar, odontológica, social, farmacêutica e complementar aos servidores públicos e seus dependentes. Dessa feita, o Estado de Minas Gerais, ao desrespeitar as normas jurídicas atinentes à espécie, deixando de repassar ao Ipsemg as contribuições previdenciárias dos segurados, tem a desarrazoada atitude de prejudicar a autarquia estadual no desempenho de suas tarefas, sobretudo no que tange à prestação dos serviços médico-hospitalares.

Frisa-se que, pagando sua dívida para com o Ipsemg, o Estado não estará fazendo nada mais que sua obrigação. Ressalta-se ainda, ilustres parlamentares, que a estipulação de alíquota própria, no importe de 3,2% para custeio dos serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, social, farmacêutica e complementar, determinada no §1º do art. 85 da Lei Complementar nº 64, acarretará consequências drásticas ao Ipsemg, caso o voto do Ministro Eros Grau, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.106/MG, seja acompanhado dos demais pares. O Ministro relator entendeu pela declaração de inconstitucionalidade do vocábulo "compulsoriamente", contido no § 4º do art. 85 da Lei Complementar nº 64, na redação original, e no § 5º do referido artigo, com a redação dada pela Lei Complementar nº 70, de 2003, sob o argumento de que considerou violado o art. 149, § 1º, da Constituição Federal, na medida em que foi instituída contribuição compulsória em relação à saúde, área excluída da atuação da seguridade social pelo constituinte. Em outras palavras, estará o Instituto em situação periclitante se, no julgamento final da Adin, a contribuição em favor da saúde for considerada facultativa, diante da existência da dívida milionária que o Estado mantém com o referido Instituto.

Oportuno ressaltar também que a não-compulsoriedade da contribuição para a saúde deflagrará o esfacelamento do princípio do pacto de solidariedade que sempre norteou a atuação do Ipsemg, desde a sua criação, na década de 20.

Desta feita, se a Adin for julgada procedente, e caso a dívida do Tesouro do Estado para com o Instituto não for paga, todo o complexo ambulatorial e hospitalar do Ipsemg estará fadado ao fechamento, pois a ausência de repasse de valores durante todos estes anos acarretou um processo, talvez irreversível, de falência dos serviços prestados pela autarquia a seus segurados e pensionistas.

Frisa-se que, ao fixar alíquota específica para o custeio da assistência à saúde, esta Casa Legislativa, quando da votação do respectivo projeto de lei, não atentou para o fato de que, inquestionavelmente, a inconstitucionalidade do §4º do art. 85 da Lei Complementar nº 64, de 2002, na redação original, e do §5º do referido art. 85, com a redação dada pela Lei Complementar nº 70, de 2003, seria argüida com fundamento no §1º do art. 149 da Constituição Federal.

Ressalta-se, ilustres parlamentares, que a Lei nº 9.380, de 1986, sempre custeou, através do fundo de previdência, a assistência à saúde dos servidores públicos, mediante contribuição única. A Lei Complementar nº 64, por sua vez, separou as alíquotas, designando uma contribuição própria para a saúde, o que acabou por deflagrar o problema referente à argüição de inconstitucionalidade dessa parcela, que já está encontrando coro junto ao STF.

Certamente o governo estadual, objetivando terceirizar o sistema de saúde do Ipsemg, agiu propositalmente, prevendo, no futuro, a opção dos servidores públicos, sobretudo daqueles de maior poder aquisitivo, pela não-contribuição para o serviço de assistência à saúde do Instituto.

Com isso, o maior prejudicado com essa estratégia matreira é o servidor público estadual de menor poder aquisitivo; esses servidores, incluindo os da ativa, aposentados e pensionistas, não têm condições de arcar com o pagamento de um plano de saúde individual, que o governo estadual pretende implantar no Ipsemg.

Em contrapartida, esse mesmo servidor, que auferia baixos salários, contribui, da mesma forma que os demais, com a mesma alíquota, para o

sistema previdenciário. O governo garantiu, na Lei Complementar nº 64, o pagamento mensal de aposentadorias e pensões vultosas de beneficiários de segurados dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Observa-se, portanto, a ausência total de justiça e razoabilidade do sistema, que privilegia uns poucos em detrimento da grande maioria, que necessita, para sua sobrevivência, da assistência médico-hospitalar e odontológica prestada pelo Ipsemg.

Apenas para ilustrar a gravidade do problema, já foram fechadas várias agências regionais do Ipsemg no interior. Sr. Presidente, V. Exa. sabe disso porque a sua região também foi atingida. O Ministério Público tem atuado buscando salvaguardar os direitos dos usuários, mas, ainda assim, várias agências foram fechadas.

É preciso dizer que a Ascom-Ipsemg apresentará um abaixo-assinado com mais de 3 mil assinaturas de servidores, usuários do Ipsemg, objetivando impedir o fechamento de tais postos e principalmente o do posto da Gameleira.

Diante de todos esses fatos levantados, há somente um caminho para se tentar obter uma solução para o gravíssimo quadro instalado no Ipsemg: esta Casa Legislativa, por meio de seus componentes, eleitos pelo povo, deverá fazer com que o governo estadual se sente à mesa com os representantes dos servidores públicos, associações, sindicatos e outros organismos da sociedade, objetivando buscar uma solução definitiva para o problema da assistência médico-hospitalar do Ipsemg, instalada por meio da Lei Complementar nº 64.

Urge que se reabra discussão, com a participação dos servidores e suas lideranças, para a revisão da Lei Complementar nº 64. Frisa-se que a rediscussão é necessária em razão dos grandes e constantes equívocos e prejuízos que essa lei complementar causa aos servidores públicos estaduais e a seus dependentes, por ter quebrado o princípio de solidariedade na contribuição para a assistência à saúde.

Sr. Presidente, vou interromper por aqui e voltar a esta tribuna, na primeira oportunidade, para concluir esse pronunciamento.

Estamos em negociação com a Presidência desta Casa, para que a Associação dos Contribuintes do Ascom-Ipsemg faça a entrega de um abaixo-assinado, com milhares de assinaturas, solicitando a revisão da Lei Complementar nº 64, e, ainda, um cuidado especial com a assistência médica para os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, sem prejuízo da discussão que está em curso nesta Casa, no que diz respeito à garantia do Ipsemg. Juntos à Ascom, queremos fazer a discussão e garantir, efetivamente, o atendimento à saúde pública dos servidores do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

## matéria administrativa

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/8/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando, a partir de 3/9/07, Anne Alves de Sousa do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/9/07, Davi Madalon Fraga do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/9/07, Hamilton Amaral Barreto do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/9/07, Vânia Lúcia Silva Trindade Barros do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/9/07, Geraldo Pereira Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Anne Alves de Sousa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Davi Madalon Fraga para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando Geraldo Pereira Filho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Hamilton Amaral Barreto para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Vânia Lúcia Silva Trindade Barros para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Almir Paraca

exonerando, a partir de 3/9/07, Lilian Assunção Torres do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/9/07, Paulo Afonso Anacleto Torres do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Astolfo Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Claudionor Ribeiro dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Lilian Assunção Torres para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Paulo Afonso Anacleto Torres para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 4 horas;

nomeando Vinícius Lemos do Prado para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Virgílio Martins Filho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Inácio Franco

exonerando, a partir de 3/9/07, Eduardo de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Rêmolo Aloise

exonerando, a partir de 3/9/07, Maria do Socorro Menezes do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando, a partir de 3/9/07, Raquel Silva Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Maria do Socorro Menezes para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Raquel Silva Barbosa para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Enio Fabricio Flores Taipinas do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

nomeando Adailza Araújo da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

exonerando Dalmar Morais Duarte do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.123, de 4/11/92, e 5.198, de 21/5/01, assinou o seguinte ato:

exonerando, a partir de 3/9/07, Maria Beatriz Chagas Lucca do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, e 5.198, de 21/5/01, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01 e 2.401, de 16/7/07, assinou os seguintes atos:

dispensando Mauricio Machado de Castro da Função Gratificada de Gerente-Geral-FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário;

designando Maria Beatriz Chagas Lucca para a Função Gratificada de Gerente-Geral-FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário;

designando Raquel Mansur de Godoy para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2007

LEILÃO Nº 3/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 19/9/2007, às 14h30min, leilão que tem por finalidade a alienação de materiais provenientes de desmontagem do sistema de ar condicionado central do Palácio da Inconfidência.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.